



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN

FACULTAD DE CIENCIAS POLÍTICAS, JURÍDICAS Y DE LA COMUNICACIÓN

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA A PARTIR DA  
PERSPECTIVA DO PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I NO MUNICÍPIO  
DE PENEDO ALAGOAS E SUA INCIDÊNCIA NA INCLUSÃO ESCOLAR DE  
PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Lucicleide Cavalcante Ferreira

Asunción, Paraguay

2019

Lucicleide Cavalcante Ferreira

**ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA A PARTIR DA  
PERSPECTIVA DO PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I NO MUNICÍPIO  
DO PENEDO ALAGOAS E SUA INCIDÊNCIA NA INCLUSÃO ESCOLAR DE  
PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.**

Tese apresentada a UAA como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em  
Ciências da Educação.

Tutor: Dr. José Antonio Torrez Gonzáles

Asunción, Paraguay

2019

Ferreira, Lucicleide Cavalcante.

Análise do Processo de Formação Continuada a partir da perspectiva do professor de ensino fundamental I no município de Penedo-Alagoas e sua incidência na inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais.

Nome do tutor: Prof. Dr. José Antonio Torrez González

Dissertação acadêmica em maestria de Ciencias de la Educación— U A A , 2019

Palavras- chave: Inclusão de pessoas com necessidades especiais-Leis de inclusão.

Código de biblioteca:.....

Lucicleide Cavalcante Ferreira

**ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA A PARTIR DA  
PERSPECTIVA DO PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I NO MUNICÍPIO  
DO PENEDO ALAGOAS E SUA INCIDÊNCIA NA INCLUSÃO DE PESSOAS COM  
NECESSIDADES ESPECIAIS.**

Esta tese foi avaliada e aprovada para a obtenção do título de Mestre em Ciências da  
Educação.

Pela Universidad Autónoma de Asunción – UAA

Comissão julgadora

.....  
.....  
.....

Asunción, Paraguay

2019

Ao meu Deus, que me deu forças para continuar e ir a busca de meus sonhos. A minha mãe, por sempre estar ao meu lado me estimulando a concretizar meus objetivos. Ao meu esposo por sempre me incentivar e estar junto a mim nesta jornada, aos meus filhos Daniel, David e Danilo por apesar da distância que passamos ao decorrer deste estudo me entenderam, pois, sabiam que no futuro todos tiraremos bons proveitos dos esforços aqui empreendidos.

## **Agradecimentos**

A Deus por estar presente em cada passo dessa jornada, não me deixando desistir, obrigada por escutar cada prece durante dia, noite e madrugada e mostrar que tu és meu Deus e que cumpre tua palavra, sendo assim minha gratidão a ti é infinita. A minha mãe por acreditar sempre em mim, e me mostrar que tudo posso naquele que me fortalece, e me fazer seguir sempre em busca de meus sonhos, nossos sonhos; ao meu esposo que despertou em mim a necessidade de ter um currículo enriquecido e renovado, me orientando, me estimulando, me fortalecendo, enfim sonhou junto comigo e hoje faz parte da conclusão deste trabalho, obrigada por compreender cada momento. Em especial para meus filhos, a vocês dedico cada conquista é por vocês que busco o melhor de mim, para proporcionar-lhes a felicidade e mostrar que por meio dos estudos conquistamos o melhor de tudo. Ao meu orientador professor Dr. José Antônio Torres González, por ter aceitado o convite para a realização deste sonho realizado. De forma colaborativa quero agradecer a meu amigo Nágib Mendes, que esteve comigo na estrutura deste trabalho, me ajudando e compartilhando seus conhecimentos na área da inclusão, a você sou muito grata por cada momento; ao amigo Manoel por também fazer parte desta conquista, sempre ajudando com informações pertinentes ao tema, a organização e estrutura, ao amigo Ítalo Higino, pois sempre estava disposto a ajudar, e estando sempre perto quando preciso.

Enfim e a todos aqueles aqui não citados, mas que contribuíram de forma direta ou indireta na construção deste trabalho agradeço a Deus por ter me presenteado com a amizade de cada um de vocês.

## Resumo

A presente dissertação tem por objetivo analisar as características do processo de formação continuada na perspectiva do corpo docente e sua relevância na formação de pessoas com necessidades educacionais especiais e ou deficiência. Considerando que o professor precisa estar preparado para atuar diante da diversidade e das novas tecnologias, proporcionando assim um ambiente rico de informações trabalhado de forma dinâmica e construtiva, pois o processo de inclusão requer reformulações não só no ambiente físico, mas também pedagógico, por ser essa ação de ensino aprendizagem um fator riquíssimo para evolução do educando. Discutimos como surgiu a escola no Brasil, como era tratada a pessoa com deficiência, a importância do professor esta em formação continuada e o que o MEC tem ofertado para esses professores. Para a realização desta pesquisa tivemos como apoio teórico: Gonzales (2002), Mantoan (2015), Figueira (2014) entre outros estudiosos que defendem a formação do professor nesta perspectiva da educação inclusiva como aborda essa investigação. A problemática fundamentou-se em analisar se os professores do ensino regular do fundamental I estão preparados para garantir a inclusão dos alunos com deficiência, desenvolvendo estratégias para o acesso, permanência e ensino aprendizagem de forma significativa como está garantido na Lei. Compreendendo isso é que se pode em seguida apontar os resultados, para isso utilizou-se a abordagem qualitativa, interpretativa, permitindo maior riqueza na descrição dos dados. A pesquisa foi realizada em duas escolas (Municipal e Estadual) situadas na cidade de Penedo-Alagoas. Os participantes foram: Professores do ensino fundamental Gestores e coordenadores das escolas investigadas. Os resultados da pesquisa mostraram que os professores sentem-se inseguros em trabalhar com as crianças com deficiência devido a poucas formações continuada voltada a área da educação especial assim como a falta de informação por parte da equipe escolar (gestão e coordenação) de como trabalhar em sala com as crianças com necessidades especiais, além disso, relatam que não possuem materiais didáticos para o trabalho com essas crianças e a ausência dos pais no acompanhamento de seus filhos dificultando ainda mais a formação dos mesmos. Pretende-se com essa investigação atrair a atenção da gestão escolar e coordenadores da educação especial da rede municipal e estadual, para proporcionar aos docentes de ambas as redes mais cursos, congressos, seminários, ou seja, toda a informação necessária incluindo a prática para que, não sejam só os professores que se sintam seguros e evoluídos, mas também os alunos com deficiência os fazendo sentir que realmente estão inclusos no ambiente escolar e no processo de aprendizagem.

Palavras chave: Formação continuada- Inclusão de pessoas com necessidades especiais-Leis de inclusão.

## Resumen

La presente disertación tiene por objetivo analizar las características del proceso de formación continua en la perspectiva del cuadro docente y su relevancia en la formación de personas con necesidades educativas especiales y o discapacidad. Considerando que el profesor necesita estar preparado para actuar delante de la diversidad y de las nuevas tecnologías, proporcionando así un ambiente rico de informaciones trabajado de forma dinámica y constructiva, pues el proceso de inclusión requiere reformulaciones no sólo en el ambiente físico, mas también pedagógico, por ser esa acción de enseñanza aprendizaje un factor riquísimo para evolución del educando. Discutimos cómo surgió la escuela en Brasil, como era tratada la persona con discapacidad, la importancia del profesor estar en formación continua y lo que el MEC ha ofrecido para esos profesores. Para la realización de esta pesquisa tuvimos como apoyo teórico: Gonzàles (2002), Mantoan (2015), Figueira(2014) entre otros estudiosos que defienden la formación del profesor en esta perspectiva de la educación inclusiva como abarca esa investigación. La problemática se ha fundamentado en analizar se los profesores de la enseñanza reglada del nivel fundamental I (1er al 5to año de la primaria) están listos para garantizar la inclusión de los alumnos con discapacidad, desarrollando estrategias para el acceso, permanencia y enseñanza aprendizaje de forma significativa como está garantizado en la Ley. Comprendiendo eso es que se puede en seguida apuntar los resultados, para eso se utilizo el abordaje cualitativo, interpretativo, permitiendo mayor riqueza en la descripción de los datos. La investigación fue realizada en dos escuelas (Municipal y Estatal) ubicadas en la ciudad de Penedo-Alagoas. Los participantes fueron: Profesores de la enseñanza fundamental, Gestores y coordinadores de las escuelas investigadas. Los resultados de la pesquisa enseñaron que los profesores se sienten inseguros en trabajar con los niños con discapacidad debido a pocas formaciones continuas volcadas al área de la educación especial así como la falta de información por parte del equipo escolar (gestión y coordinación) de como trabajar en el salón de clase con los niños con necesidades especiales, además de eso, relatan que no poseen materiales didácticos para el trabajo con esos niños y la ausencia de los padres en el acompañamiento de sus hijos dificultando aun más la formación de los mismos. Se pretende con esa investigación atraer la atención de la gestión escolar y coordinadores de la educación especial de la red municipal y estatal, para proporcionar a los docentes de ambas las redes más cursos, congresos, seminários, o sea, toda la información necesaria incluyendo la práctica para que, no sean sólo los profesores que se sintan seguros y evluídos, mas también los alumnos con discapacidad, los haciendo sentirse que realmente están incluidos en el ambiente escolar y en el proceso de aprendizaje.

Palabras claves: Formación Continuada- Inclusión de personas con necesidades especiales-ley de inclusión



## SUMÁRIO

RESUMEN .....	viii
LISTAS DE TABELAS .....	xi
LISTA DE FIGURAS .....	xii
LISTA DE ABREVIATURAS .....	xiii
Introdução .....	!Error! Marcador no definido.
PRIMEIRA PARTE: MARCO TEÓRICO .....	7
1. FORMAÇÃO DOCENTE DAS ÉPOCAS SOBREVINDAS ATÉ OS DIAS ATUAIS .....	7
1.1 A formação docente no Brasil: do período colonial aos dias atuais. ....	7
1.2 Chegada da família imperial no Brasil e sua contribuição na formação de professores ....	11
1.3 A formação docente continuada na época do Brasil República (1889) .....	15
1.4 A formação continuada no contexto da Nova República .....	19
1.5 A formação continuada na contemporaneidade .....	21
1.6 As Políticas acerca da formação continuada e seu papel na prática docente. ....	22
1.7 A Formação inicial e continuada: tensões entre teoria e prática .....	27
2. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: .....	33
2.1 A compreensão da deficiência nas sociedades antigas (400 a. c) á (476 d. c) .....	33
2.2 A compreensão da deficiência na idade média .....	35
2.3 A compreensão da deficiência na idade moderna .....	37
2.4 A compreensão da deficiência na contemporaneidade .....	38
3. EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL E A FORMAÇÃO DOCENTE CONTINUADA . ....	41
3.1. A formação continuada do docente e sua importância para atuar com aluno com deficiência. ....	44
3.2 A Formação continuada na perspectiva da educação inclusiva: “Hoje, no Brasil, o que se tem feito”? .....	47
SEGUNDA PARTE: METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO .....	53
4. METODOLOGIA .....	53
4.1 Problema de investigação .....	53
4.1.1 Objetivos da Investigação: .....	56
4.2 Desenho da Investigação .....	57
4.3 Descrição do lugar de estudo .....	60
4.3.1 A Escola Estadual Professor João Valeriano de Oliveira .....	61
4.3.2 A escola Municipal de Educação Básica Santa Luzia .....	63
4.4 População .....	66
4.5 Amostra .....	66

4.6 Construção dos instrumentos e Técnicas para coleta de dados.....	68
4.6.1 Validação.....	70
4.6.2 procedimentos para coleta de dados.....	70
4.6.3 Questões Éticas.....	71
4.6.4 Responsável pela coleta das informações.....	72
5. RESULTADOS.....	73
5.1 Aplicação e interpretação dos resultados obtidos pela técnica de entrevista semiestruturada realizada junto aos docentes que atuam no ensino fundamental.....	73
5.1.2 Aplicação da entrevista com gestores da escola municipal e estadual.....	90
5.1.3 Aplicação da entrevista com os coordenadores da educação inclusiva.....	95
6. CONCLUSÃO.....	102
6.1 – Caracterizar a formação acadêmica dos professores atuantes nas séries do terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental.....	102
6.2 – Descrever as políticas de formação continuada no Brasil e o que o MEC tem, de fato, disponibilizado para formação dos professores.....	103
6.3 – Obter informações sobre as ações pertinentes à formação continuada promovida pela rede municipal e estadual na cidade de Penedo – Alagoas.....	103
6.4 – Analisar as possíveis dificuldades encontradas no processo de formação continuada pelos professores que atuam junto à alunos com deficiência em escolas da cidade de Penedo – Alagoas.....	105
RECOMENDAÇÕES.....	107
Referências.....	109
ANEXOS.....	120
Anexo A - Carta de autorização para Realização da pesquisa assinada pela gestora da Escola Municipal Santa Luzia- Penedo –Al.....	120
Anexo B - Carta de autorização para Realização da pesquisa assinada pela gestora da Escola Estadual João Valeriano de Oliveira. Penedo –Al.....	121
APÊNDICES.....	122
Apêndice A -validação de instrumento.....	122
Apêndice B - Entrevista Semiestruturada para professores atuantes na Escola Municipal e Estadual de Penedo-Al.....	129
Apêndice C -Entrevista semiestruturada para gestores atuantes na Escola Municipal e Estadual de Penedo-Al.....	132
Apêndice D -Entrevista semiestruturada para coordenadores atuantes na Escola Municipal e Estadual de Penedo-Al.....	135
Apêndice E -Carta para a direção das Escolas Municipal e Estadual de Penedo-Al.....	138
Apêndice F -Termo de consentimento livre e esclarecido para os professores e gestores da Escola Municipal e Estadual de Penedo-Al.....	139

**Lista de Tabelas**

Tabela 1: Percentual de matrículas dos estudantes com deficiência de 2015 a 2017 .....	2
Tabela 2: Programas de formação continuada .....	51
Tabela 3: Quantitativo de matrículas dos alunos com Deficiência .....	65
Tabela 4: Participante da pesquisa da rede Estadual .....	67
Tabela 5: Participante da rede Municipal .....	67
Tabela 6: Dados da população e amostra .....	68

**Lista de Figuras**

Figura 1 - Desenho metodológico da pesquisa .....	59
Figura 2 – Município de Penedo – Alagoas .....	60
Figura 3 – Mapa do Brasil destacando o Município de Penedo-Alagoas.....	61
Figura 4 – Fachada da escola professor João Valeriano de Oliveira .....	62
Figura 5– Profissionais do ensino regular da escola João Valeriano de Oliveira.....	63
Figura 6 – Fachada da escola municipal Santa Luzia .....	64
Figura 7 – profissionais do ensino regular da escola Municipal Santa Luzia. ....	65
Figura 8 – Dados da população e amostra .....	68

## **L i s t a d e A b r e v i a t u r a s**

A E E – A t e n d i m e n t o E d u c a c i o n a l E s p e c i a l i z a d o

A P A E – A s s o c i a ç ã o d o s P a i s e A m i g o s d o s E x c e p c i o n a i s

C F – C o n s t i t u i ç ã o F e d e r a l

C N E – C o n s e l h o N a c i o n a l d e E d u c a ç ã o

C N E C – C a m p a n h a N a c i o n a l d e E d u c a ç ã o d o s C e g o s

E A D - E d u c a ç ã o a D i s t â n c i a

E N A D E – E x a m e N a c i o n a l d e D e s e m p e n h o d e E s t u d a n t e s

G E R E – G e r ê n c i a R e g i o n a l d e E d u c a ç ã o

I B G E – I n s t i t u t o B r a s i l e i r o d e G e o g r a f i a e E s t a t í s t i c a

I D E B – Í n d i c e d e D e s e n v o l v i m e n t o d a E d u c a ç ã o B á s i c a

I P E S – I n s t i t u i ç õ e s P ú b l i c a s d e E d u c a ç ã o S u p e r i o r

M E C – M i n i s t é r i o d a E d u c a ç ã o e C u l t u r a

N E E - N e c e s s i d a d e s E d u c a c i o n a i s E s p e c i a i s

O N U – O r g a n i z a ç ã o d a s N a ç õ e s U n i d a s

P A R F O R – P l a n o N a c i o n a l d e F o r m a ç ã o d e P r o f e s s o r e s

P C D - P e s s o a c o m d e f i c i ê n c i a .

P D E – P l a n o d e D e s e n v o l v i m e n t o d a E d u c a ç ã o

P N E – P l a n o N a c i o n a l d e E d u c a ç ã o

P N E E - P e s s o a c o m N e c e s s i d a d e s E d u c a c i o n a i s E s p e c i a i s

P R O I N F O - O P r o g r a m a N a c i o n a l d e T e c n o l o g i a E d u c a c i o n a l

PPP – Projeto Político Pedagógico

SEESP – Secretaria de Educação Especial

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

TA – Tecnologia Assistiva.

UNESCO – Organização das Nações Unidas

## Introdução

A formação inicial é o primeiro contato teórico a ser inserido na vida do futuro profissional, em específico, da educação. É neste momento, envolvido com os novos conhecimentos, entrelaçados com a prática por meio do estágio, que se sabe o que realmente é o curso, e se é este que quer seguir para ter como um futuro profissional. Assim, com sua primeira formação concretizada, surge o impacto do dia a dia, ou seja, as dificuldades enfrentadas a cada momento, pois a sociedade vai mudando, a tecnologia vai imperando, os instrumentos, habilidades, metodologias educacionais vão surgindo e o professor precisa estar inteirado com o novo.

Daí se ver que a formação inicial não é uma aprendizagem única e sim a primeira de muitas a ser buscada. Neste sentido, a proporção de formações continuadas no Brasil vem sendo palco de grandes debates, principalmente nos desafios encontrados nas escolas públicas ao receber o aluno com deficiência. Nesta série de desafios no processo de inclusão, o presente estudo aborda a acuidade da formação continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva. Nesta linha de desenvolvimento prosseguida de professores na perspectiva da educação inclusiva, nos dias atuais, observa-se com mais assiduidade inúmeros estudos e pesquisas acadêmicas, demonstrando a intensidade do professor de estar sempre se atualizando para fazer o processo de inclusão da pessoa com deficiência. Nesta defesa, autores como González (2002); Mantoan (2015); Furtado (2015); Candau (1996); Raíça (2008) abordam como essa atitude faz a diferença na produção de conhecimentos para com a pessoa com deficiência.

Esse ponto inicial, no que se relaciona à formação do profissional da educação do ensino regular, assim como, a inserção da pessoa com deficiência na rede de educação, se deu com imperatividade a partir da Declaração de Salamanca no ano de (1994), onde foi elaborado um importante documento que fala da política e da prática da educação à pessoa com deficiência - PCD, reafirmando o direito garantido na Declaração Universal de Direitos Humanos.

No Brasil, esse direito é reafirmado na Constituição Federal de 1988, na qual garantem a todas as pessoas o direito à educação, e com relação à pessoa com deficiência este direito também é imperativo na LDB/96 e no PNE/01. Assim, vendo esta garantia respaldada pelas leis supracitadas o crescente número de matrículas de alunos com deficiência está visível nas esferas municipais e estaduais. Isso é uma conquista importante não só para o sistema de ensino brasileiro, mas para a pessoa com deficiência, pois as leis apesar de ser aplicado, seu

cumprimento ainda é demorado, mesmo assim estão sendo firmadas em ambas as esferas do sistema de ensino.

Alunos matriculados nas salas de ensino regulares.	Ano	Porcentagem
	2015	80,7%
	2016	82,0%
	2017	84,1%

**Tabela nº 1** - Percentual de matrículas dos estudantes com deficiência de 2015 a 2017.

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica. INEP/MEC. 2015 a 2017.

O censo escolar da Educação Básica 2018, diz que “Entre 2010 e 2017, houve aumento de 85% das matrículas de alunos com deficiências, transtorno global do desenvolvimento (TGD/TEA) e/ou altas habilidades/superdotação nas classes comuns da educação básica e queda de 22% nas classes especiais” (Brasil, 2018, p. 52). É visível a crescente procura de matrículas para crianças com deficiência no setor educacional nos três anos anteriores no território brasileiro, isso é um ponto muito importante, o que levou a necessidade de investigar se os professores do ensino regular se sentem preparados para ensinar com qualidade a essa demanda. Uma vez que são poucos que tem formação continuada na área da educação inclusiva e isso pode ser considerado uma situação preocupante, pois na mesma proporção que se cresce a matrícula de alunos é viável a necessidade de se ofertar aos profissionais da educação um conhecimento teórico e prático de como trabalhar com a PCD.

Mesmo sabendo que a pessoa com deficiência passou por momentos de discriminação, preconceito e diversos abusos sabe-se que hoje não é mais aceitável essas atitudes, todavia, ainda há a exclusão por parte da sociedade, pois está segregada, faz a invisibilidade prevalecer. Nesta proporção é importante frisar que na escola não basta inseri-los, mas sim, dá a oportunidade aos mesmos de se desenvolver e fazê-los se sentir parte de uma sociedade justa. Neste sentido, é primordial por parte do educador saber desenvolver práticas didáticas inclusivas, todavia, é importante que o professor para isso esteja engajado em cursos de formação nesta área nos quais os possibilitem lecionar com mais dinamismo, reciprocidade e segurança, coisa que esta última é uma das partes principais para o processo de ensino ao aluno com ou sem deficiência.

Devido aos diversos desafios que os professores enfrentam os mesmos preferem fugir do processo de inclusão, já as escolas por sua vez, afirmam não ter condições de receber esse



aluno por obterem uma estrutura inadequada. Boa parte dos pais estão mais atentos, exigindo um ambiente incluso a todos os alunos com profissionais aptos e com uma boa prática de ensino aprendizagem para estes futuros cidadãos que serão profissionais. Diante disso, entendem-se os motivos que justificam a importância da referida temática escolhida, portanto, a formação continuada do professor não pode ser considerada uma obrigação e sim uma necessidade em estar a par das novas tendências educacionais para proporcionar não só a pessoa com deficiência, mas também a sem deficiência um ensino de qualidade e com responsabilidade.

Com estes pressupostos, a respeito da formação continuada dos professores na perspectiva da educação inclusiva da pessoa com deficiência, possibilitou considerar aos questionamentos que conduzem uma inquietação para a elaboração da manifestada investigação, dentre as quais apresentamos:

- Como se dá a formação continuada, na perspectiva da educação inclusiva dos docentes que atuam no Ensino Fundamental I nas escolas da rede estadual e municipal de educação da Cidade de Penedo – Alagoas?

- A unidade de ensino estadual e municipal oferta momentos de formação continuada para os professores da rede?

- Como a formação continuada tem contribuído para um melhor desempenho na prática dos docentes?

- Há, por parte da rede estadual e municipal na cidade de Penedo-AL, ações voltadas para a oferta de formação que contemplem a confecção de materiais pedagógicos aos educadores?

Nesta definição, pode-se formular a problemática da presente pesquisa pelo fato, de sentir imperativo o surgimento da necessidade de formação continuada na perspectiva da educação inclusiva enfatizada pelos profissionais da educação do ensino regular da cidade de Penedo-AL. Era comum em reuniões e plantões pedagógicos os professores relatarem que não estavam aptos para atuar com a PCD, os deixando angustiados na maior parte de seu processo de ensino por não saber fazer essa transmissão e também por não ter material pedagógico que lhe desse a oportunidade de ministrar aulas de forma simples, eficiente e eficaz, gerando assim a não obtenção dos objetivos almejados estabelecidos em reuniões pedagógicas e em seu plano de ação.

Como forma de investigar essa realidade demonstrada pelos profissionais da educação da cidade de Penedo-AL, bem como responder os questionamentos pontuados acima, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as características do processo de formação continuada na

perspectiva do corpo docente e sua relevância na formação de pessoas com necessidades educacionais especiais e ou deficiência. Já os objetivos específicos são os seguintes:

1. Caracterizar a formação dos professores atuantes do ensino fundamental I da escola Estadual e Municipal da cidade de Penedo-AL;
2. Descrever as políticas de formação continuada no Brasil e o que o MEC tem, de fato, disponibilizado para formação dos professores;
3. Obter informações sobre as ações pertinentes à formação continuada promovida pela rede municipal e estadual na cidade de Penedo-AL;
4. Analisar as possíveis dificuldades encontradas no processo de formação continuada pelos professores que atuam junto a alunos com deficiência em escolas da cidade de Penedo-AL.

A partir destes objetivos, esta pesquisa tem a intenção de conhecer como está sendo o pensar dos profissionais da rede estadual e municipal e se os órgãos competentes estão de fato tendo o compromisso de colaborar com as políticas de formação de professores, podendo com isso organizar e planejar novas ações que acrescente e potencialize o educador em sua transmissão de conhecimentos aos alunos.

Para contemplar os objetivos delineados, este estudo foi assim organizado em duas partes, onde, a primeira parte se refere ao marco teórico, que abordará os assuntos referentes ao objetivo do presente estudo. O referencial teórico, primeira parte deste estudo iniciou falando sobre a formação docente das épocas passadas até os dias atuais, onde demonstra como surgiu e quem trouxe a primeira formação docente podendo analisar o quanto o sistema educacional brasileiro evoluiu significativamente apesar dos entraves que ainda persiste.

O segundo capítulo se refere à trajetória histórica da educação especial, visto que neste momento demonstra as frustrações, lutas e conquistas que a pessoa com deficiência sofreu ao decorrer dos anos. Os temas abordam sobre a compreensão da deficiência nas sociedades antigas, a compreensão da deficiência na idade média, moderna e contemporânea.

O terceiro e último capítulo relata sobre a educação da pessoa com deficiência no Brasil e a formação docente continuada, fazendo uma análise sobre as visões, tendências e os processos formativos, portanto trata-se de um tema onde relata a importância da formação docente para atuar em específico com a PCD, o que o Brasil tem feito, ou seja, os programas que têm sido ofertado a esses profissionais para amenizar a angústia demonstrada por eles.

A segunda parte referente a este trabalho dá início com a metodologia constante no quarto capítulo, onde será falada neste quesito a área problemática, os objetivos que foram mencionados acima. O desenho desta pesquisa é qualitativa, com o desígnio de adequar maior

familiaridade com o tema em questão. O método de abordagem é o estudo de caso por ser analisada de interesse e é abordado em sua complexidade. É considerada também de caráter investigativo descritivo exploratório por não se empenhar em obter número com o resultado e sim por indicar qual o percurso para a tomada de decisão de forma certa sobre a questão problemática.

A atual pesquisa foi realizada na cidade de Penedo, estado de Alagoas, situada no nordeste brasileiro, em dois estabelecimentos educacionais públicos: a Escola Estadual Professor João Valeriano e a Escola Municipal Santa Luzia.

A pesquisa realizada é composta pelos professores em exercício no ensino fundamental I de duas escolas da esfera municipal e estadual, na escola estadual são 4 (quatro) professores, todos aceitaram participar da entrevista, já a esfera Municipal são 20 (vinte) professores, onde apenas 13 se propuseram fazer a entrevista e os outros 7 acabaram desistindo. Quanto aos gestores, cada escola contém 1 (um), assim uma de cada escola se propuseram participar, como também os 2 (dois) coordenadores, cada um da rede de ensino da cidade. O número de alunos da escola Municipal totaliza em 1.079, nos turnos matutino e vespertino. Já o estado tem 354, também nos dois turnos matutino e vespertino.

A amostra populacional para esta pesquisa se adequa ao tipo não probabilística e intencional e foram balizadas dentro de um preceito de representatividade. O critério de seleção destes profissionais foram os que lecionam no ensino fundamental I, já para os gestores foram selecionados o diretor principal de ambas as escolas e dois coordenadores da educação inclusiva, um do Estado, pertencente a 9ª GERE e outro do município que pertence a SEMED, desta forma a amostra desta pesquisa foi de 17 professores, 02 gestores e 02 coordenadores.

Para a coleta de dados o procedimento se deu por contato anterior com as escolas escolhidas, onde foi explicado sobre a motivação e o tema escolhido para esta pesquisa, e identificação como pesquisadora do programa de mestrado em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Asunción-UAA. Para a coleta de dados se priorizou o método de enquête. Para isso, utilizou-se a técnica por meio da aplicação de entrevista aos professores, gestores e coordenadores. A pesquisadora foi a principal responsável pela aplicação do instrumento. A validação, apresentada no item 4.6.1, aborda a avaliação dos instrumentos desta pesquisa, onde 5 (cinco) Doutores responderam um formulário para a validação dos instrumentos.

No quinto capítulo falará acerca dos resultados adquiridos no decorrer da pesquisa, assim como a análise e interpretação dos resultados obtidos pela técnica da entrevista com os professores, gestores e coordenadores da escola municipal e estadual.

No sexto capítulo apresenta-se a conclusão, ponto final para a investigação, que abordará os objetivos que foram alcançados no decorrer desta pesquisa, a identificar: caracterizar a formação dos professores, gestores e coordenadores da rede estadual e municipal; descrever as políticas de formação continuada no Brasil e o que o MEC tem, de fato, disponibilizado para formação dos professores; obter informações sobre as ações pertinentes à formação continuada promovida pela rede municipal e estadual na cidade de Penedo-AL; analisar as possíveis dificuldades encontradas no processo de formação continuada pelos professores que atuam junto a alunos com deficiência em escolas da cidade de Penedo-AL.

No sétimo e último capítulo, diante das reflexões acerca desta pesquisa, e visando abranger este estudo sobre a formação continuada dos professores na perspectiva da educação inclusiva, foi recomendado para as escolas, SEMED e GERE alguns itens que norteassem aos docentes a trabalhar com os alunos com necessidades especiais.

## **PRIMEIRA PARTE: MARCO TEÓRICO**

### **1. FORMAÇÃO DOCENTE DAS ÉPOCAS SOBREVINDAS ATÉ OS DIAS ATUAIS.**

O presente trabalho iniciará abordando uma breve retrospectiva de como se dava a formação inicial no Brasil desde o período colonial até os tempos modernos, onde será necessária a revisão bibliográfica destes estudos anteriores e atuais.

Neste sentido González et al. (2014, p. 19) relata a importância de fazer uma revisão bibliográfica pois esta:

Serve de ajuda para evitar erros; orientação para realização do estudo; é uma guia, que conduz ou exige a concentração do investigador a centrar-se na resolução do problema. Aumenta a perspectiva que o investigador tem sobre o problema a ser estudado; possibilita a descoberta de novas áreas de pesquisa e concretiza aquelas insuficientemente estudadas e revela um marco de referência que serve para interpretar os resultados do estudo.

Entendendo a importância de estar sempre revisando tudo que foi acrescentado neste trabalho é que partimos para o entendimento de como surgiu à educação no Brasil e quais políticas públicas foram inseridos no sistema educacional brasileiro relacionado à continuidade de conhecimentos para o processo de ensino aprendizagem dos alunos de hoje.

Para iniciar, iremos abordar os períodos e como foi surgindo no Brasil a formação de professores visto que os principais responsáveis pelo processo inicial de formação, ou seja, transmissão de conhecimento advém dos padres vindos de Portugal, que trouxeram para o país a primeira noção do que é ser conhecedor da escrita e leitura, e o que aconteceu ao decorrer das décadas, ou seja, o que foi acrescentado e retirado para o funcionamento do sistema da educação brasileira. E para complementar este último capítulo foi acrescentado as possíveis existências de tensões entre a teoria e prática vivenciada pelos profissionais da educação nos dias de hoje.

#### **1.1 A formação docente no Brasil: do período colonial aos dias atuais.**

A história da educação no Brasil tem seu início com a chegada dos Jesuítas em 1549 junto com os colonizadores. Os jesuítas em sua função catequizadora precisavam adentrar a mata para ir de encontro com os indígenas, e assim, converte-los a fé católica proporcionando noções básicas da língua portuguesa e aritmética, os capacitando também para o trabalho de

acordo com as necessidades do homem no meio ambiente. Nesta mesma linha, Santana (2010) diz que as crianças e jovens aprendiam o espanhol, operações básicas, ensinavam algumas profissões para isso utilizavam o teatro, a arte de cantar com o objetivo também de catequizar de forma lúdica. Também ensinaram a educação do corpo, ou seja, como se vestir diferenciando os homens das mulheres. Como estratégia utilizavam de encenações dramáticas, coreografias, entre outros meios que tinham como o objetivo fazê-los cobrir suas partes íntimas, para que se tornassem seres civilizados. No intento de alcançar estes objetivos, os Jesuítas tiveram que aprender as línguas utilizadas pelas diferentes nações indígenas.

Os jesuítas passaram duzentos e dez anos transmitindo seus ensinamentos em sua residência ou locais destinados a isso, porém, segundo Bispo, Santos e Nascimento (2009) na forma de educação jesuítica existiam: “uma forma positiva [...] enquanto prática civilizatória e a outra com o negativa considerando suas ações como o um jesuitismo guerreiro, ou seja, com o uso da violência” (2009, p. 114), essas ações serviam também como uma forma de impor “respeito” e medo, o que causava na maior parte um ensino autoritário onde quem transmitia o saber era o dono da razão.

Os jesuítas além de propagar a fé, eles transformaram a cultura indígena e também a língua materna, uma vez que, em específico, a língua Tupi-Guarani, foi lentamente substituída pelo modelo jesuítico. Com o crescimento da população indígena, e com o objetivo da propagação da fé católica e de transmitir a cultura Jesuítica, foram criadas as escolas para os curumins, já que era bem mais fácil transmitir as informações às crianças, pois aceitavam o que era ensinado sem rebater, coisa que os mais velhos não aceitavam com tanta facilidade.

Em 1564, por ordem da coroa Portuguesa os jesuítas assumem a educação, acrescentado um grande passo, uma vez que, segundo Romanelli (1986, p. 35) “A educação que se dava aos ‘Curumins’ estendia-se aos filhos dos colonos, o que garantia a evangelização destes”. Diante disto, surge neste mesmo ano a primeira escola na Bahia, com uma estrutura física diferenciada das dos índios, mais tarde, exatamente no ano de 1585 abre mais duas instituições educacionais, na cidade de Olinda e Rio de Janeiro surgindo daí a divisão de categoria que para Olinda (2003):

Os Jesuítas implementaram duas categorias de ensino no Brasil: a instrução simples primária, as escolas de primeiras letras para os filhos de portugueses e dos índios; e a educação média, colégios destinados a meninos brancos que formavam mestres em artes/bacharéis em letras (2003, p. 04)

Entretanto, a educação que estava voltada a propagação da fé e conseguinte aos ensinamentos de diversos materiais tradicionais, os mesmos como o visto, estava propício somente aos índios e aos povos brancos de fator econômico alto, sendo descartado de acordo com Oliveira (2013), as mulheres e crianças escravas ficavam excluídas do processo educacional, não tendo acesso às escolas nem informações de cunho educacional. As meninas tinham uma educação voltada ao lar, existiam famílias que ensinavam suas filhas a ler, porém as mesmas só tinham uma base inicial, sendo instruídas somente aos afazeres do lar e conseguinte esposa e mãe de família. Existia uma postura por parte dos jesuítas na época nestes colégios degradantes, uma vez que “educavam” de forma rígida, ou seja, eles repreendiam com postura severa, utilizando um espaço ermo para prender as crianças, além de exercer castigos corporais de acordo com a idade das crianças quanto mais velha esta fosse, maior seria o grau do castigo, surgindo daí a palmatória, joelhos no chão, rosto para parede, dentre outros castigos que prevaleceram por muitas décadas.

A pedagogia jesuítica é firmada em 1599, surgindo assim o *Ratio Studiorum*, criado com o objetivo de coordenar todas as instituições de uma só maneira. Isto é, um único sistema a ser seguido em todas as instituições, porém o padre que exercia o papel de professor poderia trabalhar com a realidade local, desde que não afetasse o sistema da doutrina cristã e cultivasse a cultura portuguesa estabelecida pela ordem superior. Neste sentido, Paiva (2000) afirma que:

O colégio era a adesão à cultura portuguesa. Lendo a gramática do colégio, entenderemos a gramática da cultura. Sublinho aqui as linhas-mestras do *Ratio Studiorum*, o código pedagógico dos jesuítas. A destinação do homem e de todos os seus atos para Deus, compreensão própria de uma sociedade teocêntrica, funda a visão pedagógica. A religiosidade, pois, dá forma a esses atos. Em outras palavras, os atos são compreendidos como função de um mundo religioso e expresso em linguagem religiosa. O princípio estrutural é a autoridade hierarquizada – Deus como princípio e fim – do que decorrem a centralização, a uniformidade e a invariância. A disciplina se torna, aí, instrumento capital: disciplina de costumes, disciplina acadêmica, disciplina ascética. [...] é preciso treinar as pessoas a agir de acordo com o plano divino. O proposto pela pedagogia jesuítica era a prática das virtudes, o amor das virtudes sólidas (2000, p. 49-50).

Para isso era primordial que tivesse o conhecimento da língua nativa, para que se pudessem entender as preces corriqueiras no ambiente, já que os jesuítas também tinha a missão de catequisar, as músicas também eram predominantes não só nas cerimônias, mas

também como uma forma de efetivar o que estava previsto no currículo, ofertado pelo sistema. Com relação ao Método, Santana (2010) diz que o procedimento utilizado na época era o tradicionalista, onde a repetição, memorização, testes com inúmeras perguntas eram realizados periodicamente com o objetivo de avaliar somente por essa prova.

Compreende-se até aqui que, os jesuítas foram nossos primeiros educadores e formadores de outros profissionais da educação naquela época, lembrando que neste período não havia instituição destinada à formação de professores profissionais, pois a formação que havia na época era destinada a formação do sacerdote, coisa que mais a frente foi sistematizada pelo *Ratio Studiorum*.

Em 1759, com o objetivo de descentralizar o poder da igreja que era muito forte na época, Marquês de Pombal resolveu expulsar os jesuítas do Brasil, pois Pombal entendia que a organização religiosa possuía muito poder centralizado em suas mãos, coisa que fugia das mãos do Estado, fazendo acontecer a conhecida reforma pombalina, acabando o sistema de ensino inserido pelos jesuítas. Carvalho (1978) diz que:

[...] o objetivo da reforma pombalina nos estudos foi o de criar a escola útil aos fins do Estado e nesse sentido, ao invés de ela preconizar uma política de difusão interna e externa do trabalho escolar, o Marquês de Pombal pretendia organizar uma escola que, antes de servir aos interesses da fé, servisse aos imperativos da Coroa (1978, p. 140).

Destarte disso, de acordo com Santana (2010) a educação brasileira passaria a ser organizada pelo Estado. Assim como os pagamentos dos professores que até então citado por Romanelli (1986) “eram pessoas leigas que foram introduzidas no ensino e o estado assumiu pela primeira vez, os encargos da educação”. (1986, p. 36). Entendendo que estes eram profissionais não preparados, e os mesmos utilizavam na ministração de suas aulas cartilhas, que por sua vez seria de responsabilidade da imprensa Régia, em confeccionar a impressão de livros didáticos para esse processo de ensino aprendizagem dos alunos, estabelecido pelo novo governo, salientando que apesar da educação está sob o comando do governo, os métodos de punição ainda permanecia o mesmo dos jesuítas, com castigos severos, frisando novamente a educação de mulheres. Foi com a reforma Pombalina que as mesmas tiveram a oportunidade de estar presente nas salas de aulas, porém eram separadas pelo sexo, sendo professoras mulheres responsáveis pelo ensinamento de mulheres, e homens pelos ensinamentos de homens, possibilitando a essas mulheres um futuro no mercado de trabalho especificamente no magistério.



Nesta época não havia faculdade de ensino superior, assim os que possuíam um poder econômico elevado, iria para o exterior para faculdade de Coimbra em Portugal. Diante de tal situação, surge a ideia de modernizar o estado português e tirar das mãos da igreja o poder econômico, nas palavras de Caetano (2007):

Pombal considerava que os Jesuítas tinham um poderoso domínio sobre os territórios lusos. O afastamento dos inicianos desse poder significaria, para ele, a libertação do Estado, com possibilidade de instaurar uma ordem política moderna e plenamente autônoma. Em vista disso, vários questionamentos foram feitos, até chegar à expulsão oficial da Companhia de Jesus dos domínios portugueses, em 1759, sob a alegação de serem os inicianos “traidores do Rei” e dos seus Estados (2007, p. 32-33)

Com a expulsão dos Jesuítas toda a estrutura e sistema deixado por eles foram diluídos, causando com isso uma desorganização no sistema educacional, no qual desestabilizou o estado por vários anos, surgindo o sumiço de escolas e de professores capacitados para atuar na educação. Um fato interessante é que de acordo com Louro (2001, p. 449) “Após a expulsão destes, continuou sendo incumbência masculina, tanto como responsáveis pelas “aulas régias”, quanto como autônomos que se estabeleciam por conta própria”. Tempos depois, diante de uma má administração ocorre a queda de Pombal, piorando ainda mais a situação, pois o auxílio financeiro não chegava para as enormes despesas que se prolongava, ocasionando em específico a falta de pagamento aos professores por meses e até mesmo anos.

No fim deste período colonial, a carência de escola foi um dos pontos marcantes, pois as mesmas, só eram encontrada nas cidades ou vilas que eram importantes na época, passando o Brasil a ser visualizado como o um país diversificado, multilíngue, rural e infelizmente não escolarizado, em linhas claras com pessoas analfabetas, porém é importante abordar que apesar da queda do Marquês de Pombal, o ensino primário e secundário antes oferecido sobre formato da aula Régia, ainda foi utilizado por muito tempo.

## **1.2 Chegada da família imperial no Brasil e sua contribuição na formação de professores**

Em 1808, a corte vem para a colônia brasileira, ocasionando com sua chegada abertura de portos para recepção das nações amigáveis que chegava ao país em grande quantidade, que por sua vez ocasiona uma grande modificação no aspecto social, cultural, econômico e não menos importante educacional, Aranha (2006) diz que:

A primeira medida a respeito da educação tomadas por D. João VI foi, assim que chegou ao Brasil em 1808, foram, a criação de escolas em nível superior, para atender as necessidades do momento, ou seja, formar oficiais do exército, da marinha(para a defesa da colônia), engenheiros militares, médicos, e a abertura de cursos especiais de caráter pragmático. (2006, p. 221)

Infelizmente os cursos superiores foram exclusivamente para a elite que no Brasil chegava, devido à invasão napoleônica em Portugal, surgindo assim o ensino superior nas áreas de Medicina, Agricultura, Química, e Engenharia. Romanelli (1986) ainda diz que houve uma missão cultural dos franceses, que significou muito para época, pois acrescentou de forma significativa a Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil no ano de 1820, sendo transformada tempos depois em Escola de Belas Artes, também surgindo mais tarde do Museu Real, do jardim Botânico e da Biblioteca Pública.

Sabe-se que a independência do Brasil ocorreu em 1822, que estavam prevalecidos os interesses em acordos políticos por parte da classe dominante, deixando assim o Brasil de ser colônia. Daí vários fatos importantes aconteceram na nossa história, mas especificamente no que se refere à educação, sabe-se que foi ano de 1824 outorgada a primeira constituição, no qual se refere em seu artigo 179 os direitos do indivíduo, em específico no item 30, que assegurava o direito à educação primária a todos, porém no que se refere a formação de professores, nada foi declarado, continuando a educação um problema que não estava sendo visualizado como necessário para a sociedade do século XIX, pois como já mencionado a escassez de professores capacitados era grande, até mesmo pelo fato de não ter escolas específicas para a formação de professores, devido a isso, ensinava-se aleatoriamente qualquer conteúdo.

Diante dessa falta de preparação do professor, surgiu em 1º de Março de 1823, uma Lei esclarecida no decreto 28F no qual dizia que, qualquer pessoa, tem a permissão de abrir escolas, utilizando o método de Lancaster (organizado para aulas de primeiras letras), também conhecido como método Mútuo, pois segundo Menezes (2001) esse ensino, dava a possibilidade do aluno que sabia mais ensinar a quem sabia menos, suprimindo com isso a ausência de professores que era muito na época, porém estes alunos com mais conhecimentos eram orientados e supervisionados por um único professor.

Neste período as turmas eram separadas por grau de conhecimento, como aponta Bastos (1997):

Os alunos estão divididos em várias classes, seis em geral, com nível de conhecimento semelhante, ou seja, que não sabem nem mais nem menos que os outros. O aluno é integrado a uma classe depois de averiguado seu conhecimento. A classe tem um ritmo determinado de estudo e um programa a desenvolver de leitura, escrita e aritmética. Por exemplo, a leitura: para os menores, da primeira classe, aprender o alfabeto e traçar as letras sobre a areia; na segunda classe, iniciam as sílabas de duas letras que escrevem sobre a ardósia; na terceira, fazem a combinação com três letras; na quarta, trabalham as palavras com várias sílabas; na quinta, começam a ler; somente na sexta classe leem corretamente. Cada aluno pode pertencer ao mesmo tempo há várias classes diferentes, ele pode estar mais avançado em leitura, que na escrita ou no cálculo. (1997, p. 7)

Bastos (1997) ainda pontua que neste método foram abolidos os castigos físicos, e as aulas aconteciam tanto na própria residência do professor como em escolas domésticas, cedidas pelos pais das crianças. Contudo existiam recomendações nas quais eram necessárias a estrutura da escola ter, com o afirma Lancaster (1821, p.1) citado por Ferreira (2015) diz que:

[...] o comprimento com mais de dois terços da largura. O chão deveria estar em um plano inclinado, e o professor posicionado [em um estrado rodeado de degraus] na parte inferior da elevação [na base]. A inclinação [seria de tal modo] que causaria elevação das últimas fileiras de banco, e isso possibilitaria ao professor visualizar de sua mesa, todos os alunos da escola. (2015, p. 211).

No que se relaciona a este método, Bispo (2009) diz que com a intenção de alastrar tal ação, foi feita a oficialização em Novembro de 1827, e ainda aborda que os professores teriam que estudar nas capitais, sendo ele o único responsável pelo custeamento de suas despesas. Isto foi afirmado no artigo 5º da lei, onde fala que os Professores, que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e a custa dos seus ordenados nas escolas das capitais. Isso posto, é possível visualizar que não existia um interesse por parte do Estado em custear estes profissionais para uma formação sólida e consistente, uma vez que, esta responsabilidade de arcar com os gastos seria somente do educador e não do governo da época.

Percebe-se, que essa é a primeira vez no decorrer da história, que se fala da preparação do professor para atuar em sala de aula. Os autores aqui supracitados abordam como era o método Lancaster, enfatizando pela primeira vez a importância da formação docente. Pode-se

dizer que em meados do século XIX, com essa abertura escolar, surge por parte da sociedade uma procura maior em obter conhecimentos, com isso requer uma educação com qualidade no ensino com organização e instrumentos pedagógicos inovadores, coisa que o método Lancaster não priorizava, ocorrendo assim o enfraquecimento do mesmo e surgindo as escolas Normais.

Com a promulgação do ato adicional de 1834, a instrução primária ficou sobre responsabilidade das províncias, requerendo novas modalidades de ensino, uma vez que a escolarização era de difícil acesso pelo fato de existirem poucas escolas e a insuficiência de professores. Na perspectiva de mudar este estado de calamidade, onde existiam além de professores despreparados, professores mal remunerados, o Brasil teve como inspiração os modelos dos países europeus no ano de 1835, trazendo para a formação de professores, as primeiras Escolas Normais, que de acordo com Tanuri (2000) “A primeira escola normal brasileira” foi criada na Província do Rio de Janeiro, pela Lei nº 10, de 1835 (200, p. 64), e para ter acesso a esta o interessado teria que se “ser cidadão brasileiro, maior de dezoito anos, com boa morigeração, e saber ler e escrever” (Rio de Janeiro, Lei nº 10, 4/04/1835, art. 4º).

Com o seguir dos anos as escolas foram se alastrando com o fala Saviani (2005) a partir de 1936 no estado da Bahia; em 1842 em Mato Grosso do Sul, em 1846 em São Paulo, em 1864 no Piauí, em 1869 no Rio Grande do Sul, em 1970 em Paraná e Sergipe, em 1873 no Espírito Santo e Rio Grande do Norte, em 1879 Paraíba, em 1880 no Rio de Janeiro, Distrito Federal e Santa Catarina, em 1884 em Goiás, em 1885 no Ceará, e em 1890 no Maranhão. Todas essas escolas com características do ensino mútuo eram comuns, Tanuri (2000) com prova tal ação na seguinte premissa:

A organização didática do curso era extremamente simples, apresentando, via de regra, um ou dois professores para todas as disciplinas e um curso de dois anos, o que se ampliou ligeiramente até o final do Império. (...) A infraestrutura disponível, tanto no que se refere ao prédio, como a instalação e equipamento, é objeto de constantes críticas nos documentos da época. A frequência foi reduzidíssima, muito embora a legislação das diversas províncias proporcionasse provimento nas cadeiras do ensino primário aos egressos das escolas normais independentemente de concurso. Nessas condições, tais escolas foram frequentemente fechadas por falta de alunos ou por descontinuidade administrativa e submetidas a constantes medidas de criação e extinção, só conseguindo subsistir a partir dos anos finais do Império. (2000, p. 65)

A parte administrativa destes estabelecimentos é de responsabilidade do diretor, como aborda o artigo 2º do Decreto N° 10/1835, que também fala sobre o currículo:

Artigo 2º A mesma Escola será regida por hum Director, que ensinará. Primeiro: a ler e escrever pelo methodo Lancasteriano, cujos princípios theoricos e práticos explicará. Segundo: as quatro operações de Arithmetica, quebrados, decimales e proporções. Tertio: noções geraes de Geometria theocrica e pratica. Quarto: Grammatica de Língua Nacional. Quinto: elementos de Geographia. Sexto: os princípios de Moral Christã, e da Religião do Estado. (Brasil, 1835)

Neste sentido Saviani (2007, p. 144) diz que “os professores deveriam ter o domínio daqueles conteúdos que lhes caberia transmitir às crianças, desconsiderando-se o preparo didático-pedagógico”.

Com a deficiência didática ocasionada ao decorrer dos anos e a falta de interesse por parte da população pela profissão, pois nesta época eram mal remunerados, vendo tal situação, no ano de 1849 com a posse de presidente Couto Ferraz, fecha as portas da escola Normal localizada na cidade de Niterói, por ter a visão deste ser dispendiosa, e ter um currículo restrito e insuficiente para uma educação de qualidade, diminuindo ao seu ver a quantidade de alunos que concluía este curso. Para suprir essa carência assim o diga, uma classe de professores adjuntos regulamentado pelo Decreto n° 1331, de 17 de fevereiro de 1854, proposta de Couto Ferraz, assume por um tempo o processo de ensino. Mas para assumir tal posse os professores passavam por uma prova de capacidade seguida de moralidade e também as suas vestimentas eram avaliadas, isso somente para o sexo feminino, além dos aspectos destacados anteriores, adentrava no seu convívio privado como cita a própria lei de Couto:

As professoras devem exhibir, de mais, se casadas, a certidão do seu casamento; se viúvas, a do óbito de seus maridos; e se viverem separadas destes a pública sentença que julgar a separação, para se avaliar o motivo que a originou. As solteiras só poderão exercer o magistério público tendo 25 anos completos de idade, salvo se ensinarem na casa dos pais e estes forem de reconhecida moralidade (Brasil, 1854, sp)

A ideia de Couto enfraqueceu por um tempo as aberturas de escola Normal no país, tempos depois Couto perdeu força e as escolas normais voltaram a surgir, pois eram um dos temas de grande discussões e nos documentos de meados da década 50. Na década de 1860, de acordo

com Castanha (2018) houve uma crescente massa de defensores da escola normal e que tinha o apoio do inspetor de instrução pública da Corte, Eusébio de Queirós, assim como o ministro dos Negócios do Império, José Liberto Barroso, tempo mais tarde foram surgindo comissões, projetos e outros defensores que priorizavam a abertura de escolas normais com melhorias ao passo que as décadas iriam se modificando pois, isso não quer dizer que não houve retrocessos, necessitando com isso de modificações tentadas por vários personagens aqui não citados, porém acrescenta-se um conhecido por Leôncio de Carvalho que projetou uma reforma que tinha como visão a organização das escolas normais no Brasil e a definição de um currículo mínimo, tanto para escolas normais como também para os cursos preparatórios ao ensino superior, que já estava em decorrência na época da década de 80. Sua ideia foi abraçada por algumas regiões como a do Rio de Janeiro e Paraná

De acordo com historiadores, no final da república Imperial é que a escola normal demonstra está dando certo, por meio de experiências significativas, de acordo com o estado, podendo ser visualizado a sequência da educação e formação de professores com um modelo mais avançado no Brasil república.

### **1.3 A formação docente continuada na época do Brasil República (1889)**

Chega-se o período republicano, marcado historicamente pela proclamação da república em 15 de novembro de 1889, pondo fim, ao período imperial liderado por Dom Pedro II durante 49 anos, sendo este um fato marcante para nosso país, porém com relação à educação, ainda existia uma grande massa de pessoas analfabetas, apesar da existência das escolas normal tanto frisada no capítulo anterior. As pessoas com deficiência ainda não eram mencionadas, pois aos olhos dos governantes da época as pessoas deficientes eram atendidas apenas por instituições de cunho assistencial, que na sua vez o atendimento era a pessoas com a deficiência auditiva.

Com a proclamação da república é que se iniciam de forma lenta debates relacionados à educação, onde o modelo adotado pelo governante tinha como base o modelo Político Americano com organizações influenciadas pela filosofia positivista. Nos debates era com um acusar o não desenvolvimento do país, devido a um alto índice de pessoas analfabeta, diante de tal situação Favero (2015) diz que:

Os políticos da República procuravam soluções para a educação; assim a escola pública (e as demais regidas por ela) sofreu inúmeras reformas, procurando encontrar soluções para o

ensino secundário e superior, que, de acordo com a Constituição de 1891 eram responsabilidade da União. (2015, p. 1)

Esse momento é marcado por muitas reformas, já que o novo tempo não desenvolvia as ações educacionais realizadas no período Imperial, Filho (2005) diz que as reformas tiveram a participação de vários personagens que estavam preocupados em organizar o ensino secundário, a citar:

- Benjamin Constant no ano de (1890), foi o principal responsável pela reforma do ensino secundário, foi Benjamim o responsável pela alteração do nome do Colégio Pedro II para Ginásio Nacional, que serviu de modelo para os demais pontos de educação, conseguinte fez acontecer a retirada do currículo da época: a história literária italiana, filosofia, poética e retórica, suprimindo estas com as disciplinas de História da Literatura Nacional e também fez com que o ensino público tivesse um caráter laico, expandindo com isso os colégios privados. A divisão feita por Constant no sistema educacional era do 1º ao 7º ano; conseguinte o Código Epitácio Pessoa (1901) que retirava a biologia, sociologia e moral e acrescentava a lógica entre as matérias a serem estudadas.

- Reforma Rivadávia Corrêa, em (1915) este desoficializou o ensino brasileiro, defendia o ensino feito por professores particular que em sua maior parte eram pessoas leigas ou religiosas como já foi visto na passagem da reforma de Leôncio de Carvalho em 1879, passando o ensino a ser não obrigatório e abolindo o diploma, estas ações foram catastróficas, sendo abolida pelo ministro do Interior Carlos Maximiliano em 1915, que organizou o sistema, fazendo com que os estudantes concluíssem o ensino secundário e que seria obrigatório o diploma do término deste para ingressar no ensino superior, e que para essa inserção seria necessário passar por um exame de seleção para cursar o grau superior.

- Rocha Vaz (1925), complementou o modelo de vestibular, este não aceitava as ideias da Escola Nova que tinha como método o intuitivo, diante disto perseguiu policiando os alunos e também professores, criou a disciplina Moral e Cívica, como obrigatória nas escolas.

A década de 20 é apontada por inúmeras reformas, a citar Sampaio Dória, que deu início a primeira reforma realizada em São Paulo no ano de 1920; Lourenço Filho em 1922-1923, convidado a realizar a segunda reforma no Ceará, 1924 realizador do movimento da Escola Nova 1924, enfim, com o objetivo de melhorar o setor educacional e trazer de fato uma educação com e de qualidade, para que ocorresse de fato a mudança tão almejada pelos idealizadores da época. É também um momento marcante, pois, foi justamente nesta década

de 20 que é fundada a Associação Brasileira de Educação (ABE), que foi palco de grandes debates sobre a educação brasileira, criada por Heitor Lira.

Chega à década de 30, apesar desse novo período não seguir o outro, permanece prevalecendo o ato Adicional de 1834, ocorrendo apenas pequenas transformações desenvolvidas por estados e federações que tinham um poder aquisitivo econômico melhor que outros, no ensino primário. Caetano de Campos foi um grande influenciador de transformações no setor educacional, foram por suas ideias que surgiu a Lei nº 27 de 12 de março de 1890, que falava sobre a reforma da escola Normal para servir de modelo às demais escolas.

Aprimorando essa Lei, houve a partir de 1892 a criação de escolas nos lugares que houvesse a matrícula de no mínimo 20 alunos para ambos os sexos, e foi este período que houve a reforma da escola normal e a criação das escolas noturna, quanto à remuneração do professor essa foi à época que eles tiveram um olhar diferenciado com relação à valorização salarial, Filho (2005) diz que:

A legislação da época, além de assegurar uma boa remuneração para os professores que possuíssem o curso normal, realizava concursos periódicos e facultava aos professores normalistas que quisessem completar seus estudos a possibilidade de fazê-lo com o recebimento dos vencimentos sem as gratificações. Era também assegurada à aposentadoria com vencimentos integrais para os que contassem com trinta anos de tempo de serviço. (2015, p. 9).

Apesar deste fato, a escassez de professores prevalecia no período de 1892 a 1897, fazendo a educação prosseguir lentamente pela falta de matrícula efetiva de alunos. Com tal circunstância a busca pela modernização para uma educação com qualidade no ensino é que as décadas de 1920 e 1930 foram anos marcantes pela presença de movimentos realizados por educadores com novas ideias, nesta afirmativa Brzezinski (1996, p. 26) nos confirma que “nos anos 20 os Estados realizaram reformas coordenadas por educadores apoiados nos espíritos democráticos, republicanos e no ideário da escola nova de John Dewey, expoente máximo do escolanovismo nos Estados Unidos”. Estes buscavam em seus argumentos uma escola leiga e sem a intervenção do catolicismo que ainda era predominante na época, na busca dessa defesa de ideias de uma escola nova é que abrolham por parte de seus defensores diga-se que reuniões onde se debatiam o melhoramento do ambiente escolar surgindo com isso até conferências como aponta Azevedo (1971) citado por Neto (2009):



A IV Conferência, em cujos debates se levantou a idéia de uma declaração de princípios e de um programa de política educacional; o manifesto dos pioneiros da educação nova, lançado logo depois, em 1932, A Comissão dos 32, a cuja presidência foi elevado o autor desta obra que já fazia parte da Comissão dos 10, teve como relatores Lourenço Filho, o reformador do ensino em São Paulo em 1931, e Anísio Teixeira, que já se empenhava a fundo nas reformas escolares do Distrito Federal. As diretrizes por que se orientou o novo programa educacional; os debates iniciais que provocou o exame de um problema verdadeiramente complexo como o da educação e a intransigência na defesa de pontos de vista divergentes se não opostos, acentuaram a cisão que logo se declarou, na segunda sessão plenária, e que deslocou para a nova corrente do pensamento. (1971, p. 677).

Com este ato, dar-se o pontapé na esferas estadual, uma vez que, se predominava em época a insuficiência de educadores, métodos de ensino aprendizagem ultrapassados, a estrutura escolar precária, além de estar ocorrendo à falta da padronização do sistema educacional, levando com tal ocorrência o crescente índice de analfabetos no Brasil que parece não ter cura. De acordo com Xavier (2011) em 1938 com o acontecimento da revolução, Fernando de Azevedo foi afastado da diretoria da instrução, porém seu projeto continuou na gestão de Anísio Teixeira.

Quanto à formação dos professores, os manifestantes abordavam em suas ações uma modelagem na formação do educador, para isso era primordial que estes cursassem o nível superior, pois a formação secundária era de caráter básico, coisa que em nível superior, teriam um conhecimento de maneira pedagógico, e conseqüente que os mesmos fossem valorizados financeiramente, ou seja, com melhores salários. Nesta época o que estava em auge era a formação das profissões como medicina, engenharia e direito, por isso necessitavam de um olhar voltado à universidade acessível a todos, isso visava à formação dos profissionais da educação já que a eles competia a educação dos anos iniciais. Azevedo (1932) aborda isso da seguinte maneira:

A educação superior ou universitária, a partir dos 18 anos, inteiramente gratuita, como as demais, deve entender, de fato, não somente a formação profissional e técnica, no seu máximo desenvolvimento, como a formação de pesquisadores, em todos os ramos de conhecimentos humanos. (1932, p. 52)

Assim, observa-se que a formação predominante na época era voltada ao setor mercantil, sem princípios educacionais, havendo a necessidade de novos conhecimentos para a formação dos educadores da época.

Com os obstáculos enfrentados na educação, em específico a formação do professor, é que surge o Conselho Nacional de Educação com o decreto nº. 19.850 de 11 de Abril de 1931, que estrutura as suas diretrizes nos problemas enfrentados na época, Já o decreto nº. 19.852 que argumenta sobre a organização Universitária, abordando a essência da necessidade dos professores estarem se capacitando para atuar em nível secundário, uma vez que, o ensino normal se destina do 1º a 4º série da educação primária. Toda essa revolução é abordada na reforma de Francisco Campos

A reforma começa a proliferar em caráter nacional no ano de 1932, no governo de Getúlio Vargas por ser este o período da modernidade no que se relaciona a industrialização e urbanização requerendo modificação, que partiria também por parte do setor educacional, assim o sistema de ensino brasileiro foi unificado com a tentativa de promover mudança e organização do Estado, seja pelo aspecto político e ou econômico, isto ocorrendo pela intervenção do Governo Federal por meio do Ministério da Educação e Saúde.

O governo de Vargas foi marcante no que se relaciona ao âmbito educacional, neste podemos citar a constituição de 1934, onde se pode referenciar-se a educação em um capítulo inteiro, conseguinte no ano de 1942 foi regulamentado o ensino industrial, abrindo as portas também do tão conhecido Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI, que foi focada ao atendimento das pessoas da classe pobre, dando a estes também os direitos trabalhistas que foram relevantes para aquela época.

#### **1.4 A formação continuada no contexto da Nova República**

É na Nova República que aparece pela primeira vez na constituição educação com o direito de todos, e que as salas de aula era diversificadas, ou seja, dava a autonomia de homens e mulheres frequentar o mesmo espaço, igualando de fato o direito a todos de estar presente no mesmo ambiente educacional.

O ano de 1961 é um marco importante na educação brasileira, pois são anunciadas de forma sistemática as disciplinas comuns a todos os ramos, por meio da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB de 1961 de 20 de Dezembro), conseguinte no ano de 1971 surge à segunda versão da LDB, versão esta parecida com o sistema dos dias atuais. Este segundo documento da LDB, frisa os termos 1º e 2º grau e a obrigatoriedade da conclusão do ensino primário de oito anos, permanecendo assim até a LDB de 1996, com a nova

nom enclatura sendo chamado o termo 1º e 2º grau em Ensino Fundamentale Ensino Médio, e incluiu nesta etapa a educação do ensino infantil.

Esta década de 70 foi importante no que se relaciona a formação do professor, requerendo dos docentes aprimoramentos em sua ação no ato de ensinar, pelo então magistério, firm ando essa formação foi implementado a regularização das licenciaturas por tempo de curta duração, que aborda como foco a formação docente para ministrar aulas no 1º e 2º grau, isto sendo pontuados no Capítulo V, artigo 29 e 30 da Lei nº 5692/71, a citar:

Art 29. A formação de professores e especialistas para o ensino de 1º e 2º graus feita em níveis que se elevem progressivamente, ajustando-se às diferenças culturais de cada região do país, e com orientação que atenda aos objetivos específicos de cada grau, às fases de desenvolvimento dos educandos. Art 30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério: a) no ensino de 1º grau, da 1º a 4º series, habilitação específica de 2º grau; b) no ensino de 1º grau, da 1º a 8º series, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de graduação;c) em todo ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena. § 1º Os professores a que se refere a letra A poderão lecionar na 5ª e 6ª series do ensino de 1º grau se a sua habilitação houver sido obtida em quatro series ou, quando em três mediante estudos adicionais em quatro series ou, quando em três mediante estudos adicionais correspondentes a um ano letivo que incluirão, quando for o caso, formação pedagógica. § 2º os professores a que se refere à letra b poderão alcançar, no exercício do magistério, a 2ª serie do ensino de 2º grau mediante estudos adicionais correspondentes no mínimo a um ano letivo. § 3º Os estudos adicionais referidos nos parágrafos anteriores poderão ser objeto de aproveitamento em cursos anteriores. (Brasil, 1971, sp)

Diante disto, é visto que na época já havia uma exigência para que os professores pudessem ministrar aula de maneira didática pedagógica, pois a sociedade evoluía e com essa, necessitava de profissionais aptos para suprir as necessidades do âmbito educacional, que brotaram depois dos movimentos na busca de educação inovadora e libertadora.

Observa-se que foram vários avanços e retrocessos ocorrentes na formação do cidadão ao decorrer dos tempos, foi observados reformas, lutas constantes para a melhoria do setor educacional, frisando também a melhoria da formação do educador para o melhor desenvolvimento do país contra o analfabetismo que até hoje prevalece, assim nesta linha de formação do profissional da educação “professor” é que veremos abaixo as políticas que contemplam a formação docente.

### 1.5 A formação continuada na contemporaneidade

A formação continuada é uma ação sistemática e longa por toda a vida profissional, esta ação visa proporcionar ao profissional da educação norteamentos de como enfrentar os desafios e possíveis dificuldades que serão confrontadas no contexto educacional. Candau (1996), sobre a formação continuada, diz que: “[...] tem que ter como referência fundamental o saber docente, o reconhecimento e a valorização do saber docente.” (1996, p. 143)

Assim percebe-se que é um processo que vem a ser realizada de maneira corriqueira, e é essencial para o desenvolvimento humano e profissional, pois estamos vivenciando uma sociedade modernizada e diversificada, em mundo globalizado e desagregado, e isso requer deste profissional um perfil equilibrado em suas futuras ações, resolução de possíveis barreiras educacionais, investigativo e persistente em transformar suas ideias em algo melhor.

Seria na formação inicial o primeiro passo a fazer com que o profissional pensasse em mudanças, mas na maioria das vezes esse perfil vem ser instigado quando o mesmo começa a sentir as barreiras (atritos entre alunos, conteúdo educativo de forma dinâmica, inclusão de pessoas com deficiência, dentre outros) do dia a dia, assim a “aquisição de conhecimento por parte do professor está ligada à prática profissional e condicionalmente pela organização da instituição educacional em que esta é exercida” (Imbérnon, 2011, p. 16). É possível perceber nas palavras do autor supracitado que vai muito além do professor o sucesso do alunado, pois requer envolvimento também dos demais funcionários, onde todos estejam voltados ao mesmo objetivo que é formar cidadãos críticos e reflexivos.

Na década de 80, vendo que a formação inicial não supria as necessidades sentidas na prática, a formação continuada dos professores foi se avivando, e isso ocasionou tema de discussões em todas as áreas do setor educacional, onde nesta década começa-se a surgir formações rápidas, programas educacionais em modalidades diversas, que gerou tempos depois pauta de assuntos debatidos em simpósios, congressos, conferências na espera que se criasse atividades, roteiros enfim modelos a partir de sugestões que poderiam ser praticadas em sala de aula.

Os debates acerca deste assunto são inacabáveis, há sempre algo a ser inovado e melhorado se vê aumentos constantes de Leis, decretos, porém na prática são poucos avanços, pois, o fator financeiro, o difícil acesso e a desvalorização do profissional são alguns fatores desestimulantes e isso faz com que muitos não se qualifiquem deixando a educação em um

constante caos, necessitando de fato uma política pública eficiente e eficaz, pois é na formação do profissional que se encontra o “Instrumento mais potente para democratizar o acesso das pessoas à cultura, à informação e ao trabalho”. (Garcia, 1999, p. 11)

Visto isto, o (MEC) potencializou a ideia de que realmente é o professor o principal responsável em fazer acontecer o processo de ensino aprendizagem e isso priorizava que o mesmo fosse qualificado para melhor habilidade em sua profissão. Neste sentido foi criado em 1997 referenciais nos quais se proporciona aos docentes o conhecimento, para depois o surgimento de possíveis propostas de melhoria na prática de ministrar conteúdos. Tempos depois exatamente em 1999 o (MEC) elaborou uma segunda versão mais completa, especificando aqui para a formação de professores, no qual diz que “nenhuma formação inicial, mesmo com nível superior, é suficiente para o desenvolvimento profissional, o que torna indispensável à criação de sistemas de formação continuada e permanente para todos os professores”. (Brasil, 1999, p. 17).

Neste, é possível visualizar contextos importantes que vai desde a formação inicial até a continuada, direcionando-os no âmbito técnico, social e cultural. Isso faz com que o professor possa ser reflexivo de sua prática e consecutivamente avalie se está ministrando suas aulas de forma correta de acordo com o contexto social no qual está inserido.

Não há formação acabada definitiva, porém há um processo de criação e recriação, é que a LDB 9394/96 assegura ao educador momentos de formação continuada, pois a obtenção do diploma inicial não quer dizer conhecimento persistente, mas que o profissional da educação faça desse primeiro diploma o desejo de obter outros conhecimentos, pois quem não evolui com a demanda da sociedade, fica muitos passos atrás.

#### **1.6 As Políticas acerca da formação continuada e seu papel na prática docente.**

Diante de tantas reviravoltas no sistema educacional, seja no aspecto econômico, social e cultural dentro ou fora do país, um dos destaques é a educação, grande causadora de reformas e mudanças aqui relatada no capítulo anterior, que tem como o principal destaque a formação do docente, sendo esta formação, a geradora de constantes melhorias nos sistemas escolares. Neste sentido, é que se consideram as políticas de formação continuada como um meio de melhoramento do sistema educacional, já que, de acordo com Gatti (2008), uma das constantes falhas no que diz respeito à formação docente nos dias atuais, é a “precariedade em que se encontram os cursos de formação de professores em nível de graduação”. (2008, p. 02).

Perante esta situação, a legislação busca conhecer determinada problemática (social, política e econômica), por conseguinte é levado a debate, onde se torna legislação, todavia, é

necessário ser analisada e depois aprovada para que possa ser regido legalmente e assim serem realizadas as ações de princípio político educacional, assim, tomando mais uma vez pode-se dizer que “a legislação não nasce do nada, como o inspiração ou insight momentâneo, por desejo deste ou daquele; é resultante de um processo histórico em que ações se desenvolvem.” (Gatti 2008, p. 12). Com este desfecho nota-se que a criação da legislação é oriunda de diversos movimentos, debates e reflexões acerca da matriz curricular, sistema, espaço físico, etc. envolvendo, é claro, as ações de aperfeiçoamento e atualização na formação profissional diferentes níveis do saber no qual necessita sem escapatória estratégias para garantir um desenvolvimento qualitativo na transmissão do conhecimento em sala de aula.

Assim, é diante do esclarecido, até o momento que surge a Constituição Federal de 1988, sendo esta a legislação Nacional que aborda em suas linhas a Educação, seus pontos descrevem Organização político-administrativa delineando o que compete os federados (União, Estados, o Distrito Federal e os Municípios), abordando no artigo 23, o que compete a todos sem exceção que é “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência”. (Brasil, 2008, p. 33). Ver-se neste artigo a autonomia que cada um dos federados possui, prevalecendo também os princípios, ou seja, como diz o adágio popular: “quando o direito ou dever de um termina o do outro começa”, fazendo-os entender que todos são iguais perante a lei, proporcionando a oportunidade de ter acesso à educação, conhecimento científico e cultura. Isso significa que, todos têm direito universal à educação, como aborda na Constituição Federal em seu artigo 205, que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (Brasil, 2008, p. 136).

É dever de o estado garantir acessibilidade ao estudo, passando também à responsabilidade da família de cumprir com esse dever, já que ambos legalmente têm que firmar esse compromisso ao realizar a matrícula deste aluno e ou filho na escola em idade estabelecida e organizado com maior ênfase nas linhas da LDB promulgado no ano de 1996, abordado mais adiante. Toda a constituição em seus artigos firma a responsabilidade e compromisso para com a educação, e com tantas leis imperando para com a sociedade é possível visualizar uma grande massa de alunos que vem da educação infantil até o ensino médio, deixando de ser a inclusão do aluno no sistema o maior desafio, e passando a ser nos dias atuais temas de debates nas mídias locais e nacionais, discursos políticos, estudos acadêmicos enfim, a qualidade do ensino para ser transmitidas a estes alunos. E para que isso ocorra se faz necessárias mudanças que vem da qualificação dos profissionais, seja da formação inicial até

a continuada, para atender a essas exigências priorizadas pelo sistema e também pela sociedade.

A Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida em Jomtien na Tailândia (1990), anuncia reformas advindas desde o fundamental ao médio, como também a necessidade do professor está se capacitando. Isto foi corroborado por organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura-UNESCO, Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico-ODCE, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD.

No Brasil, a necessidade do professor permanecer em formação se tornou relevante a partir do acordo em nível Nacional, do Pacto pela Valorização do Magistério e Qualidade da Educação, assim como, por meio dos documentos do Plano Decenal de Educação para Todos, o que levou, em 1996, a elaboração de uma nova regulamentação na LDB nº. 9.394 de 1996 que, no título IV, abordou sobre a formação inicial de professores, definindo níveis de formação e valorização do magistério. Esta ocorrência levou, por meio dos movimentos dos profissionais da educação, à formulação de políticas públicas e programas de formação.

A LDB N° 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, enfatiza também o acesso e permanência no ensino regular, abordando em seu título IV, como deve proceder à organização da educação nacional pelos entes (União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios), dentre isso enfatiza no título VI dos profissionais da educação<sup>1</sup>, incisos que demonstram que estes entes devem promover a formação inicial e continuada, capacitando para atuar com maiores procedimentos metodológicos e estar a par dos avanços predominante na sociedade. Segundo Brito e Batista(2007).

O professor para manter-se atualizado tem que recorrer a cursos de qualificação profissional e formação continuada, na tentativa de responder às necessidades da contemporaneidade e aos novos conceitos que surgem no atual contexto da Educação, tais como: “revolução informacional”, “globalização da economia”, “reestruturação produtiva”, etc. (2007, p. 3).

Compreende-se que para essa atualização, é necessário que o profissional esteja em uma formação permanente, para se tornar apto para atuar tanto com os avanços tecnológicos, como também com a diversidade predominante em sala de aula e as diversas temáticas na área educacional. Neste sentido, Santos (2014, p. 43) afirma: “A formação permanente pode se dar,

---

<sup>1</sup> Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação. [\(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)

por meio da participação dos profissionais em palestras sobre a temática e de momentos de estudos com outros profissionais especializados”.

Na perspectiva de tornar isso possível, é que nota-se a importância da política voltada à formação do profissional, compreendendo que, com estes princípios legais da educação, a LDB, que segue os norteamentos estabelecidos na constituição Federal, quando fala que todos têm acesso e permanência ao ensino de qualidade, prevê a elaboração de um Plano Nacional de Educação, sendo esta ação responsabilidade da União, com laços entre Estados, Distritos e Municípios. Em linhas claras, como pode ser visto na LDB em seu Artigo 9, inciso VI, avaliar o rendimento do alunado no ensino fundamental, médio e superior, no qual visualiza os avanços ou retrocessos para melhoria da qualidade de ensino. Esta avaliação ocorre pela aplicação da Prova Brasil, Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE Provinha Brasil, entre outros. Estes instrumentos avaliativos fazem com que, a partir dos seus resultados, seja pensada a necessidade da oferta de formação continuada, implicando neste sentido, a elaboração de estratégias e ações implementadas pelas políticas públicas, ou seja, a formação dos professores que são o ponto chave do sucesso dos alunados do município e /ou estado.

Compete ao sistema de ensino, ou seja, União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, a valorização dos profissionais de sala de aula, pois os mesmos para atuar são selecionados por meio de concursos públicos ou processos seletivos no qual precisam estar em constante aprendizagem cabendo, entretanto a união realizar programas de capacitação para estes profissionais em exercício, utilizando tanto recursos de realização presencial, semipresencial ou até mesmo a distância. Neste sentido, a legislação provoca nos poderes públicos a necessidade da realização de formação e capacitação dos profissionais ativos, pois a inserção da política promove a rede melhoria da qualidade do sistema educacional de ensino, e isso é bem relevante para o docente e também ao discente, onde todos saem ganhando.

Em decorrência do artigo 214 mencionado na Constituição, com o também a LDB, no qual fala do Plano Nacional de Educação é que o este último entrou em vigor no ano de 2001, que surge como uma forma de melhorar a educação ao ensino com qualidade, para isso demonstra as linhas de organização e gestão do setor educacional, financiamento, avaliação e políticas do estado, com o propósito de penetrar o dever que tem o município, estado e o Distrito Federal, realizando conferência, debates, reuniões enfim que reconheçam a relevância das metas do PNE, para evolução do país no que se refere a educação.



O plano Nacional de Educação teve base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais, que, ao serem aprovados em lei, devem prever recursos orçamentários para a sua execução, o mesmo estipula 20 objetivos, a serem realizados para a efetivação da qualidade da educação no Brasil, referindo-se a formação continuada do professor, o terceiro Bloco de meta fala sobre a Valorização dos profissionais da educação, exatamente na meta 16 do PNE, tem por objetivo:

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. (Brasil, 2014, p. 12).

Compreende-se a importância dessa dimensão, como um fator primordial para a melhoria da qualidade da educação, pois quando há profissionais capacitados e dedicados ao seu trabalho o bom resultado será sem dúvida satisfatória, e essa melhoria de ensino é um dos objetivos centralizado do PNE, todavia é imprescindível informar que, para essas metas acontecerem existe a necessidade tanto da formação inicial quanto a continuada do profissional como também condição de trabalho, salarial e carreira, caso esses feitos não forem levados em a execução “ficam baldados quaisquer esforços para alcançar as metas estabelecidas em cada um dos níveis e modalidades do ensino.” (Brasil, 2008, p. 109).

O Plano Nacional de Educação firma em suas metas que a formação continuada do professor dá autonomia de escolha dos diversos saberes, por meio da formação cultural do indivíduo, proporcionando o conhecimento de vários métodos pedagógicos que evoluem de forma quantitativa e qualitativa promovendo de forma constante a reflexão sobre sua prática educacional. Salientando também a existência do Plano de Desenvolvimento da Educação- PDE, enaltecido pelo Ministério da Educação e Cultura- MEC, na sua visão para que ocorra a qualidade educacional será necessária à ultrapassagem de obstáculos necessitando uma organização em que predomine a sistematização e não mais em juntar o que já está fragmentado. O PDE reúne em suas linhas a garantia e efetivação em pensamentos de qualificação educacional, baseada nas ações governamentais, a exemplo do Plano de Metas Todos pela Educação, posto pelo governo Federal aos outros entes, que têm o olhar voltado à alfabetização, evasão escolar, formação, dentre outros itens.

Destaca-se também as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, instituída pela resolução CNE/CEB N° 2, de 11 de setembro de 2001, neste documento o

sistema de ensino brasileiro, encontra normas relacionadas ao atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais. O mesmo está concordado com documentos internacionais, onde faz anúncio sobre como deve ser a organização na rede de ensino regular, no que se relaciona ao atendimento educacional à pessoa com necessidades especiais para desenvolver ações pedagógicas inclusivas.

E o último a ser destacado, o FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da educação que se designa aos municípios e estados. Este foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção da Educação do Ensino Fundamental-FUNDEF, que iniciou no ano de 1998 e teve seu fim em 2006. O FUNDEB é um fundo especial de natureza contábil de âmbito estadual, sendo este derivado dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, que se vincula a educação com validade que vigora do ano de 2007 até 2020. A priorização em aplicar os recursos do fundo está voltada a manter o desenvolvimento da educação básica pública, visto isto no artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN (Brasil, 1996) ou Lei nº 9.394/1996. Dentre os objetivos básicos em relação às despesas do FUNDEB se destacam: Remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e dos profissionais da educação, mediado por programas de formação continuada.

### **1.7 A Formação inicial e continuada: tensões entre teoria e prática**

Com a pluralidade que se vive nos dias atuais e sabendo que a educação é a maior transformadora de ações, a inquietação e questionamentos a respeito da formação de professores é desígnio de várias conversas, e objeto de estudos que vai desde a análise das teorias até sua prática em sala de aula, e isso traz inquietações de como intervir na aprendizagem do alunado usando os fundamentos teóricos de maneira dinâmica no processo de ensino aprendizagem para os alunos com ou sem deficiência.

A formação inicial é requisito obrigatório para atuar com o profissional da educação é neste momento que o cursando tomará conhecimento da seriedade do que está querendo ser no mercado de trabalho, e como deve ser colocado em prática o estudado inicialmente, esta primeira etapa tem como objetivo desenvolver na pessoa que postula pela docência habilidades e competências para exercer, de forma exitosa, a sua função. Contudo, o período de tempo e os conteúdos curriculares vistos durante a formação inicial, não garantem que o

professor seja possuidor eterno dos saberes necessários ao exercício da sua profissão, por isso, faz-se de grande relevância a formação continuada, podendo esta ocorrer de diversas formas. A formação vai a partir da construção do conhecimento até uma nova percepção de valores, ideais, princípios, enfim, toda essa ampliação pode vir a partir não só dos conteúdos apreendidos como também das experiências/vivências oriundas da prática docente. Neste sentido Candau (1996) diz que essa formação continuada pode ocorrer:

Por frequências a cursos de formação promovidos pelas próprias secretarias de educação e /ou participação em simpósios, congressos, encontros orientados de alguma forma a seu desenvolvimento profissional (...) esses cursos são realizados em regime presencial, ou à distância, utilizando diferentes estratégias, tais como correspondência, comunicação via fax, vídeos e ou recursos audiovisuais, computadores, etc. (1996, p. 141)

De acordo com as leis predominantes do país, a saber: a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, afirmam que as crianças em idade escolar têm direito à educação, sendo assim a maior parte das crianças passa a metade de sua vida em ambiente escolar, é neste ambiente que ele aprende o que vem a ser o mundo do conhecimento por meio de um sistema educacional. Para a existência da escola é preciso alunos e os alunos por sua vez, precisam de profissionais que conheçam “sobre o conteúdo que ensina para que os alunos tenham o que aprender e possa se saciar do conhecimento” (Mantoan, 2015, p. 73). Não somente isso, o professor precisa estar preparado para a diversidade que está presente em todo meio, que diante dessas exigências a que se destaca é a qualificação dos profissionais para esse mundo diversificado. Assim entende-se que:

Formar-se continuamente tornou-se obrigatoriedade para os professores numa escola que precisa lidar com gerações interativas, inquietas e tecnológicas. Lidar com o Bullying, com a diversidade cultural, com a questão ambiental, com o avanço tecnológico e com as dificuldades de aprendizagem, por exemplo, não fez parte do currículo de formação do professor, mas se constituiu numa necessidade crescente em seu cotidiano profissional. (Furtado, 2015, p. 1)

A partir do excerto acima, observa-se que a formação continuada pode ser entendida como um meio de estar atualizado, tanto para a transmissão de conteúdos, como também penetrar na diversidade, pois o professor que busca o conhecimento, que está em leitura, elabora textos e

está atualizado poderá não somente exigir de seus alunos como também norteá-los onde buscar estes conhecimentos.

Normalmente ao se terminar a graduação o profissional da educação adentra em sala de aula sem estar preparado para os problemas que surgirão ao decorrer dos anos, pois há ainda lacunas em sua formação com relação à teoria e prática, e isso ocasiona, é claro, mudanças desejadas, e uma delas é formar educadores que acreditam que por meio da educação se constrói uma sociedade empoderada de conhecimentos para daí tornar o aluno um ser crítico, autônomo, reprodutor de mão de obra qualificada, ou seja, uma sociedade mais justa e bem mais consciente de seus direitos e deveres, daí entende-se que, para essa pequena ou grande revolução, o primeiro passo a ser dado advém do professor, pois além dele existe escola enquanto sistema.

Se a capacitação do profissional da educação não for um fator predominante em sua carreira profissional, as mudanças no processo de ensino aprendizagem poderão ser poucas. Deste modo, é preciso, como aponta Pimenta (1999):

Repensar a formação inicial e continuada, a partir da análise das práticas pedagógicas e docentes, tem se revelado uma das demandas importantes [...] Pesquisas recentes têm se voltado à análise da prática docente, indagando-se por que, nas práticas pedagógicas e nas organizações escolares, são levadas a termos teorias que não aquelas produzidas pelas recentes investigações das ciências da educação. (1999, pp. 15-16)

É preciso frisar que, não somente os conteúdos ministrados nas formações continuadas vão resolver os conflitos em sala de aula, mas sim, a junção do conhecimento teórico aos saberes provindo da experiência do seu dia a dia em exercício em sala de aula.

Contudo é basal pensar para essa formação, assuntos que os levem a reflexão tornando-os seres capacitados, ou seja, para saber como gerenciar conflitos que são causados pela diversidade predominante presente na escola de ensino regular, assim como as transmissões de saberes de forma sistematizada. Neste sentido, os professores devem “perceber a importância de se desenvolver uma prática pedagógica mais consistente que seja mais diretamente ligada com a vida das crianças” (Nunes, 2001, p. 36). Para que isso seja possível, o docente precisa refletir quais são os pontos a serem melhorados e acrescentados para que possa planejar aulas que sejam relevantes na formação de seus alunos.

Nunes (2001) considera que uma das queixas feitas pelos profissionais da educação é que, ao sair de sua primeira formação, não conseguem aplicar na prática os embasamentos teóricos

vistos ao decorrer de todo o curso. Sobre as práticas pedagógicas vistas nos cursos de formação inicial, o mesmo autor, em sua pesquisa, relata que há uma supervalorização dos conhecimentos teóricos, o que acabam separando-os das práticas cotidianas, e isso, segundo o autor supracitado, torna-se algo frustrante, pois quando o profissional vai exercer o seu ofício em sala de aula com o acontecer do tempo, passa a ter uma visão anacrônica, ocorrendo a sensibilidade, ou seja, necessidade de obter outras informações para suprir a precisão que agora sente diante da diversidade.

Diante do mencionado na década de 90 no Brasil, há o início da procura por novos paradigmas para a compreensão dos saberes docentes em que não se tenha o teórico, mas, uma ligação com a prática, na busca de melhoria não só profissional, mas também para se transmitir algo coerente com a sociedade predominante. Como já citado na LDBEN, as formações devem não só valorizar a prática docente como também levá-los a analisar que não há um conhecimento único, haja vista que a sua prática docente inclui situações de formação contínua para estar a um grau a mais de conhecimentos de seus alunos, isso porque muitas vezes ao se transmitir um conteúdo o aluno já sabe todas as informações pertinentes ao que se está informando devido à acessibilidade no mundo da tecnologia, neste sentido o professor deverá abordar o assunto por meio de um olhar inovador, aguçando no discente o querer conhecer, tornando-se então o professor desejável e atualizado. Isso posto, González (2002) apresenta algumas características que devem ser pertinentes a este profissional:

O perfil do docente desejável é o do profissional capaz de analisar o contexto em que se desenvolve sua atividade e de planejá-la; de dar respostas a uma sociedade em mudança; e de combinar um ensino para todos, na etapa da educação obrigatória, com as diferenças individuais de modo que sejam superadas as desigualdades, mas, ao mesmo tempo, que seja estimulada a diversidade latente nos sujeitos. Em resumo, encontramos o perfil de um professor com autonomia profissional e responsável diante dos membros da comunidade interessados na educação. (2002, pp. 243-244)

A partir da citação acima, percebe-se que o maior desafio na formação inicial e continuada do professor é formar profissionais que consigam conduzir a sua prática, conectando o fator individual, coletivo, social e da necessidade também do sistema educacional. É algo que necessita muito a ser aprimorado para que se consiga a tão almejada educação com qualidade para todos. Nessa premissa, entende-se que o professor tem que experimentar uma formação ativa, ou seja, participativa não só com a teoria como também a experiência em sala de forma valorizada, para que, dessa prática, surja o centro do produzir conhecimento o criar e o recriar, portanto, a primeira e as demais formações deve mostrar ao docente que para atuar como professor renovado é preciso um processo contínuo de aprimoramento.

Com relação à ação do professor em sala de aula tanto frisada é perceptível que quanto mais vivência mais conhecimentos e melhorias o professor obterá, contudo “O pensamento pedagógico nutre-se da prática, ao mesmo tempo em que também ilumina: a prática é a melhor maneira de aprender a pensar certo” (Gadotti, 1998, p. 125). O autor mostra bem a acuidade dessa relação, por ser nesta teoria e prática que se constrói conhecimentos de forma simultânea. Os profissionais da educação trabalhando a teoria com a experiência em sala se torna reflexivos, objetivos, sabendo avaliar sua prática na intenção de saber onde deve aperfeiçoar com eficácia, introduzindo até mesmo inovações tecnológicas a fim de obter uma educação de qualidade.

Como frisa o Artigo da LDBEN (Lei 9394/96) no qual visa atender os objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as fases do educando, para isso torna-se indispensável à formação docente, e que nesta, seja fundamentada a agregação da prática com a teoria, utilizando experiências anteriores em outras instituições de ensino e tirando proveito de experimentos feitos outras atividades, provocando assim um enfoque integrador, proporcionando condições de autonomia na busca de formas de elaborar seu próprio método de trabalho, sob uma perspectiva histórico-cultural, desenvolvendo competências éticas e morais contribuindo, contudo para sua própria formação, por fazer de sua prática um momento também de reflexão, Pimenta (1999) diz que a formação continuada deve ser visto como um projeto sem fim, reelaborando os saberes por meio da prática, englobando com isso a auto formação dos educadores por meio de confrontos realizados no seu dia a dia ao trabalharem nas escolas.

Percebe-se como é importante a teoria aliada com a prática em cursos de formação seja inicial como continuada, pois oferecem experiências que auxiliam não só no modo de ensinar como também podem ser compartilhadas, compreendendo que a educação é um sistema que necessita de metas a ser alcançado para o desenvolvimento humano, e o professor possui potencialidades, todavia, com os obstáculos do dia a dia, o cansaço físico, a falta de recurso pedagógico, o apoio, enfim, não conseguem inseri-los em sua ação dentro de sala, daí surge a formação continuada que fortalece a primeira formação, sendo esta, agora de forma dinâmica conectando a ação e reflexão cooperando para o desenvolvimento sociocultural da escola como também em sua prática pedagógica.

## **2. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL:**

Este capítulo se propõe a compreensão de como era a vida da pessoa com deficiência que vai desde o antepassado entrelaçando com as dos dias atuais no Brasil e no Mundo. A abordagem debruçada em estudo bibliográfico, feito por autores a citar Figueira (2011); Gugel (2015); Cardoso (2003); Aranha (1995); Franco (2007); Kirinus (2010) dentre outros, que destacam as etapas vivenciadas pela pessoa com deficiência.

Perceber o que a PCD passou em épocas passadas traz a tona que suas conquistas até o presente momento, não foi algo imediato e fácil, mas sim, mediante várias passagens sofridas por seus ancestrais, que almejavam uma sociedade onde todos tivessem a oportunidade de saber o que é viver e desfrutar o melhor que o universo pode dar.

O direito de estudar, de transitar com as demais pessoas, de falar seus sentimentos e expor suas decisões e desfrutar de um tudo é uma das lacunas pontuadas neste momento, pois ao pensar no fato destas PCD, ter os mesmos direitos como os sem deficiência era algo comparado com uma utopia.

Portanto os subtítulos abaixo demonstrará todo o descaso que havia para com a pessoa com deficiência, como também alguns nomes de pessoas que marcaram a época com seus conhecimentos científicos, onde como tudo que nos cerca, teve seu lado positivo e negativo, sendo estes pontuados até os dias de hoje.

### **2.1 A compreensão da deficiência nas sociedades antigas (400 a. c) á (476 d. c)**

Hoje, em pleno século XXI, de acordo com censo realizado pelo IBGE em 2017, há quase 24% da população brasileira (45 milhões de pessoas), que possui algum tipo de deficiência. Assim sendo, para compreender como procedeu a esse avanço de pessoas com deficiência na sociedade, se faz necessário apresentar os passos históricos com os pensamentos de diversos personagens (estudiosos) que deixaram sua marca no legado na trajetória histórica das pessoas com deficiência.

Sobre as PCD, há documentos históricos que comprovam em suas linhas escritas que desde épocas antigas ocorreram por parte da sociedade a resistência da aceitação das pessoas com deficiência, isso a começar pela pré-história. Nesta época, temos as comunidades nômades que precisavam de pessoas sadias e Robustas para busca de sua alimentação e para cuidar de quem estava por perto, além disso, estavam expostas aos animais selvagens e, por estas necessidades as pessoas que não tinham o padrão da tribo, ou seja, sadias fisicamente, estas

não eram aceitas, sendo assim tinham que “abandonar os recém-nascidos nas matas, ou atirá-las de montanhas (...) sacrificá-las em chamados rituais de purificação” (Figueira, 2008, p. 22).

Há relatos que os egípcios eram bem passivos e caridosos em questão às pessoas com deficiência, os mesmos não excluía, nem julgavam muito menos condenavam estes sujeitos, pelo contrário, eles eram afetuoso e respeitavam como o qualquer outro, dando oportunidades de trabalho e de sustento, tendo assim uma vida comum como os demais. Sobre este aspecto, Gugel (2015) afirma:

Evidências arqueológicas nos fazem concluir que no Egito Antigo, há mais de cinco mil anos, a pessoa com deficiência integrava-se nas diferentes e hierarquizadas classes sociais (faraó, nobres, altos funcionários, artesãos, agricultores, escravos). A arte egípcia, os afrescos, os papiros, os túmulos e as múmias estão repletos dessas revelações. Os estudos acadêmicos baseados em restos biológicos, de mais ou menos 4.500 a.c., ressaltam que as pessoas com nanismo não tinham qualquer impedimento físico para as suas ocupações e ofícios, principalmente de dançarinos e músicos. (2015, p. 02).

A história também relata que essas pessoas com deficiência exerciam cargos muito elevado de confiança do faraó, a citar a pessoa com estatura baixa, deficiência conhecida como nanismo. Estas pessoas eram tão importantes para o faraó e seus súditos, ao ponto de receber, ao morrer, honrarias destinadas às pessoas consideradas nobres daquele império. Gugel (2015, p. 03) confirma isto quando diz que “os especialistas revelam que os anões eram empregados em casas de altos funcionários, situação que lhes permitia honrarias e funerais dignos”.

É possível perceber que a sociedade egípcia da época vivia de forma tolerante e respeitosa para com as pessoas com cegueira e nanismo, sem que houvesse influências de teorias médicas e científicas no sentido de rotular esses sujeitos como pessoas incapazes. Infelizmente essa postura egípcia não era predominante, a exemplo dos gregos que priorizava muito o aspecto físico-saudável e robusto.

Na Grécia Antiga, temos como exemplo a sociedade espartana e ateniense que abandonavam as crianças, que apresentavam alguma característica da deficiência, em lugares de difícil acesso, para que não fossem resgatadas, ao invés, devoradas pelos predadores da região. O que motivava este infanticídio era o fato de a pessoa com deficiências ser, na época, considerada incapaz:



Em Esparta e Atenas crianças com deficiências física, sensorial e mental eram consideradas subumanas, o que legitimava sua eliminação e abandono. Tal prática era coerente com os ideais atléticos, de beleza e classistas que serviam de base à organização sócio-cultural desses dois locais. Em Esparta eram lançados do alto dos rochedos e em Atenas eram rejeitados e abandonados nas praças públicas ou nos campos. (Brasil, 2008, p. 7).

E assim cada país tinha seu ver com relação à pessoa com deficiência que por sua vez eram bem parecidos, com isso o tratamento e rotulação dada a estes eram enquadradas da mesma maneira, onde não tinham deveres muito menos direitos perante a sociedade, para tomar mais conhecimento dessa ação abordaremos a compreensão da PCD na idade abaixo.

## **2.2 A compreensão da deficiência na idade média**

Na Europa, em plena idade Média, entre os séculos V e XV, não era diferente com relação ao tratamento e procedimentos a ser realizado com as pessoas com deficiência. Porém neste momento segundo Cardoso (2003):

Ao longo da idade Média, nos países europeus, os ditos deficientes eram associados à imagem do diabo e aos atos de feitiçaria, eram então perseguidos e mortos, pois faziam parte de uma mesma categoria: a dos excluídos. Então deviam ser afastados do convívio social ou mesmo sacrificados (2003, p. 16).

Nesta mesma linha de raciocínio Aranha (1995) diz que por razões diversas a intolerância que vinha pelo simples fato da deficiência ser visível a punição vinda de prisão e torturas severas eram marcas da época.

Mais tarde, essas pessoas em sua maior parte, devido a crescente massa de pessoas com deficiência, estas foram sendo controladas por senhores feudais, nestes séculos predominou as ameaças epidêmicas de higiene e saúde, devido o crescimento urbano aglomerado, havendo dificuldades para a manutenção da saúde de todos. Esta época segundo Gugel (2015):

É marcada por precárias condições de vida e de saúde das pessoas. A população ignorante encarava o nascimento de pessoas com deficiência como castigo de Deus. Os supersticiosos viam nelas poderes especiais de feiticeiros ou bruxos. As crianças que sobreviviam eram

separadas de suas famílias e quase sempre ridicularizadas. A literatura da época coloca os anões e os corcundas como o foco de diversão dos mais abastados. (Gugel, 2015, p. 04).

Esta fase é marcada pela crença de que as incapacidades físicas, sensoriais e intelectuais eram castigos divinos, a própria igreja predominante da época, a igreja católica, adotava uma postura discriminatória e intolerante à diferença.

Com o passar do tempo, é chegada à época do cristianismo, estas pessoas influenciaram também a arte, pois pessoas com deficiência foram retratadas como anjos em pinturas nos tetos de algumas igrejas, valorizando estas pessoas com deficiência e passando a imagem de que todos também eram filhos de Deus pai.

[...] eram aparentemente ignoradas à própria sorte, dependendo, para sua sobrevivência, da boa vontade e caridade humana. Da mesma forma que na Antiguidade, alguns continuavam a ser **“aproveitados” como fonte de diversão**, como bobos da corte, como material de exposição, etc. (Silva e Sena, 2015, p.123)

Com o passar dos séculos essa postura adotada por parte de algumas pessoas que não tinham deficiência, foi se modificando, e com isso, as pessoas com deficiência passaram a ser assistidas, passando a ter a oportunidade de gozar o que as pessoas ditas “normais” usufruíam. O atendimento a estas pessoas eram realizados por estabelecimentos de caráter religiosos, sendo os primeiros atendidos os que possuíam deficiências sensoriais, nos quais se destacava a cegueira e a surdez. Precisamente no século XIV, dar-se o surgimento dos cuidados com as pessoas com deficiência, surgindo segundo Maranhão (2005, p. 26), “Hospitais e abrigos destinados a atender enfermos pobres.”

[...] Surge uma relevante mudança no âmbito das pessoas que portavam quaisquer indício de deficiência: passou-se a cuidar do assunto com muito mais preocupação e afeto, as pessoas ao redor não olhavam mais o portador de deficiência como empecilho, mas sim como um ser que necessitava de ajuda. (Franco, 2007, p. 8-9).

Já as pessoas com deficiência intelectual, passam a ser acolhidas em conventos ou igrejas. Havia casos da deficiência não ser aparente, sendo este inserido na família, diminuindo as chances de serem abandonados ou até mesmo de servir como diversão aos reis da época, já que, as pessoas com deficiência intelectual eram inseridas nos palácios para exercer uma

posição de bobo da corte ou até mesmo palhaços, tendo como objetivo causar alegria, uma espécie de diversão aos nobres e aos seus convidados.

Mesmo sendo este o momento histórico destacado por causa dos atendimentos de cunho assistencialista, as formas de castigo ainda prevaleciam pelo fato da existência de pessoas que acreditavam ser a deficiência algo negativo, não aceitando estes junto com os demais da sociedade. Então, as blasfêmias eram constantes, chegando a acusar às pessoas com deficiência como seres demoníacos, que foram jogados a terra pela ira divina. Ainda sobre isso, segundo Nogueira (2008, p. 2) “Lutero defendia que as pessoas com deficiência mental eram seres diabólicos que mereciam castigos para serem purificados”. Concomitante a esta ideia, a igreja católica defendia duas vertentes sobre a pessoa com deficiência: “com o alguém que expiava um pecado ou com o alguém que necessitava de caridade” (Kirinus, 2010, p. 8).

Mais tarde, diante de tantos fatos positivos e negativos as ideias vão sendo mudadas com o período da idade moderna. Sobre este período, o subtópico abaixo tratará sobre aspectos dessa pequena evolução, mais que não deixa de ser importante no que diz respeito às condições da pessoa com deficiência.

### **2.3 A compreensão da deficiência na idade moderna**

Na idade moderna, houve uma mudança de postura quanto à percepção acerca da pessoa com deficiência, minimizando um pouco a visão medieval de que a pessoa com deficiência era acometida pelo mal. Surgem, então, novas ideias sobre estes sujeitos. De acordo com Franco (2007), tais ideias foram resultantes “[...] da influência do renascimento, corrente histórica que valorizava o homem em oposição às doutrinas anteriormente apregoada” (2007, p.08).

Assim, entende-se que, nesse processo, a Igreja passou a perder o controle em diversos setores, principalmente no econômico, e as influências dos ideais humanistas moveram os olhares, antes destinados à teologia, para os valores antropocêntricos. Deste modo, pode-se dizer que a partir daí as pessoas com deficiência começam a ser entendidas como seres não diabólicos.

Diferente da idade média, onde as pessoas com deficiência ainda eram consideradas como castigadas pela ira divina, na modernidade houve uma maior atenção quanto ao atendimento às pessoas que vivia em extrema pobreza e também pessoas com deficiência, pois na afirmação de Kassar (1999), compreende que na idade moderna “houve uma grande população de pobres, mendigos e indivíduos com deficiência, que se reuniam para mendigar.”

(1999, p. 4) Neste ver, compreende que a quantidade de pessoas que viviam perambulando era enorme, necessitando de uma atitude com o forma de amenizar o sofrimento destes.

No século XVI, a medicina entra em ação, onde estudiosos abordam a deficiência intelectual como um problema médico, uma objeto de estudo da ciência. Nesta linha Rodrigues (2008) afirma que dois intelectuais por nome Paracelso, que ocupava a função de médico na época, e Cardano, que era filósofo. Ambos defendiam pensamentos diferenciados, pois para Paracelso “considerava a deficiência mental um problema médico, digno de tratamento e complacência” (Rodrigues, 2008, p. 9). Já Cardano concordava que a pessoa com deficiência deveria ter um atendimento médico, desde que também pudesse ter direito a educação.

Nos ensinamentos de Aranha (2005), o mesmo relata que nos séculos XVII e XVIII, a forma como a pessoa com deficiência era concebida foi evoluindo em todas as áreas do conhecimento, desde a medicina ao setor educacional. Com essa alavancada foram provocadas diversas atitudes, nos quais as maiorias eram voltadas a institucionalização. Nestas circunstâncias, especificamente no final do século XVIII para o início do século XIX, é que começa na Suécia, Noruega, Dinamarca e demais cidades do país escandinavo, assim como os da América do Norte a institucionalização em caráter especializado a pessoa com deficiência, surgindo daí a educação especial. “a sociedade toma consciência da necessidade de atender essas pessoas, mas com caráter assistencial que educativo”. Cardoso (2003, p. 17). É neste período que surge os estudos de Phillippe, Esquirol e depois Montessori.

Com relação à institucionalização, essa teve seu tempo de vida durante a idade Média até o início do Século XX, diga-se que aproximadamente por oito séculos. É importante ressaltar que, um fato marcante desta época que não pode ser esquecido é a diferença entre surdez e mudez. A conceituação de surdo-mudo, não era admitida como um modo de qualificar a pessoa com surdez.

#### **2.4 A compreensão da deficiência na contemporaneidade**

A contemporaneidade é uma época que carrega consigo fatos marcantes advindas das outras épocas, nas quais fortalecem e embasam todos os feitos pertinentes a partir do século XIX. É neste período que a pessoa com deficiência passa a ser vista por todos os indivíduos como “alguém capaz de produção, recebendo treinamento para exercer algumas atividades no mercado de trabalho, inspirada em experiências utilizadas na Europa e EUA” (Kirinus 2010, p. 9). Este período também é marcado pela conquista da pessoa com deficiência introduzir-se

aos poucos no mercado de trabalho, uma vez que, diversos inventos propício ao desenvolvimento da PCD passou a ser introduzido a vida dos mesmos facilitando o acesso ao trabalho e a locomoção destes a citar a cadeira de rodas, próteses, macas, veículos de locomoção adaptados, móveis, e o sistema Braille.

Além dessa conquista, neste século XIX, pessoas com potencial de mudança começou a se posicionar, a exemplo o médico Jean Marc Gaspard Itard, Pois segundo Rodrigues (2008) “Ele apresentou o primeiro programa sistemático de Educação Especial (1800). Criou uma metodologia que usou com Victor, o selvagem de Aveyron” (2008, p. 12), conseguinte teve Pinel, que por sua vez contrariava as ideias de Itard, pois Philippe Pinel acreditava que a pessoas que sofriam perturbações mentais eram doentes e não seres com insuficiência cultural como mencionou Itard. Esquirol defendia os conceitos dados por Pinel que chamou a atenção de Edouard Séguin, discípulo de Itard que as abordagem feita por Pinel, elaborando um Sistema a metodologia da educação especial, criticando a classe médica por não analisar primeiro antes de falar algo.

Contudo, com os estudos realizados por estes citados, é possível ver que a ciência (conhecimentos médicos), entrar em ação, tomando como o objetivo avaliar um pouco mais sobre a estrutura física destas pessoas com deficiência. Neste sentido Fernandes, Schlesener e Mosquera diz que:

Inicia-se um aprofundamento de conhecimentos no campo biológico, a fim de se buscarem as explicações fisiológicas e anatômicas das deficiências. Tal aprofundamento foi marcado pela participação médica na reabilitação dos deficientes e também houve a preocupação com a educação dos deficientes. (2011, p. 137)

Pegando linha nesta preocupação com a educação das pessoas com deficiência, é destacado o surgimento de algumas instituições que tinha como oferta o atendimento a PNE, estas, surgiram na metade do século XVII. Aponta-se na história da educação a escola do Abade Charles M. em Paris no ano de 1760, que atendia especificamente a criança surda que tempos depois foi nomeada com o Instituto Nacional de Surdos-Mudos. Em 1784, surge uma escola na qual tinha como foco a educação de pessoas cegas, criada por Valentim Haüi, o mesmo nomeou a instituição com o Instituto dos Jovens Cegos de Paris após a revolução francesa.

No que se relaciona ao atendimento à pessoa com deficiência física e Mental, este demorou um pouco mais, surgindo em Munique na Alemanha no ano de 1832, a criação de um estabelecimento voltado à pessoa com deficiência física, já para o mental houve a fundação da

escola Albergue no ano de 1840, que desenvolvia por meio de habilidades a autonomia e independência na sociedade. Nesta mesma época surge Johann Heinrich Pestalozzi, onde tinha em mente que, todas as PCD tinham direito absoluto de estar no ambiente escolar, este ainda firmava que a escola é o melhor lugar para a formação moral, política e religiosa. Dando sequência vem Froebel, que cria um sistema de educação especial tendo com o auxílio Jogos específicos, para tornar o processo de ensino aprendizagem bem mais lúdicos.

Algum tempo depois surge Montessori, que deixa seu legado na história criando escolas na primeira década do século XX. A mesma acreditava que as crianças rendiam melhor tendo experiência para que assim saibam procurar a descoberta, com isso criou objetos simples concretos para auxiliar o professor em todo o tipo de processo ensino aprendizagem deste aluno, seja no que desrespeito a cálculos como a estrutura da linguagem. Segundo Miranda (2003) As metodologias desenvolvidas por Seguin, Itard e Montessori foram desenvolvidas para pessoas que se faziam presentes nas instituições e tinha como objetivo a cura e eliminação da deficiência por meio dos ensinamentos educativos.

### 3. EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL E A FORMAÇÃO DO DOCENTE CONTINUADA.

Com relação à pessoa com deficiência no Brasil, Segundo Silva (1987) apud, Aranha (2011) não era somente na Europa que o conceito de miseráveis era dado a PD, no Brasil infelizmente o termo era bastante utilizado dando o significado mais intenso, a começar com o exemplo pelos indígenas. Figueira (2008) em sua fala, diz que no Brasil já havia a arte de excluir feita pelos índios, uma vez que aqueles que eram considerados com padrões físicos diferenciados aos índios robustos e com aparência sadia eram descartados diante da tribo.

Mais tarde com a evolução da população, as famílias que geravam crianças com deficiência também sofriam com a ignorância por parte da sociedade da época, porém aquelas que eram considerados pobres por falta de condições ficavam expostas a diversas situações que vinham desde os improvisadores curandeirismo, até as pessoas que queriam amenizar a situação dos deficientes, que por sua maior parte os levava a morte devida a experiências absurdas, o que já era ao contrário daqueles que eram nobres, ou seja, possuíam bens. Silva (1987) apud Aranha (2005) ainda diz que:

Os mais afortunados que haviam nascido em 'berço de ouro' ou pelo menos remediado, certamente passaram o resto de seus dias atrás dos portões e das cercas vivas das suas grandes mansões, ou então, escondidos, voluntária ou involuntariamente, nas casas de campo ou nas fazendas de suas famílias. (2005, p. 273).

Observa-se que apesar de nascerem em uma classe econômica privilegiada, as pessoas com deficiência eram também segregadas das demais pessoas da sociedade, o que diferenciava era somente o tratamento e o cuidado da família em não deixar esse seu ente querido a mercê de outros.

Na busca de melhor atender a essas crianças que possuía condições financeiras inferiores ao citado acima é que (Faleiros, 2004) afirma que em 1930, um procedimento de cunho assistencial com um olhar de caridade começa a ser feito no Brasil, para isso, foi enfrentado diversas questões sociais nos quais cabiam ao ordenamento público solucionar, porém fazia m vistas grossas não resolvendo os problemas da época. Assim, com a grande reprodução humana, o abandono de crianças nas ruas e portas de igrejas foi comum por parte dos pobres, com isso nasce por parte da igreja católica "A criação da roda de expostos em Salvador e Rio de Janeiro, no início do século XVIII e, em São Paulo, no início do século XIX, deu início à

institucionalização dessas crianças que eram cuidadas por religiosas”. (Rodrigues, 2008, p. 15). Por esse motivo foram surgindo outros órgãos como o casa de saúde, Ongs, Instituições, com o mesmo fim de atendimento assistencialista.

A respeito da educação das pessoas com necessidades especiais, Cardoso (2003) e Rodrigues (2008) relatam que a educação especial começa a tomar impulso no final do século XIX com início do Século XX.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (Brasil, 2014, p. 02)

Desde já, vê-se que os surgimentos desses institutos serviram de base para formação do conhecimento histórico da pessoa com deficiência na narrativa do Brasil, a destacar o instituto dos Meninos Cegos e o Instituto surdo mudo que hoje é o INES, Castro diz que:

Estes dois institutos foram muito importantes ao longo da história tanto que em 1883, houve o 1º Congresso de Instrução Pública que abriu a discussão da educação dos portadores de deficiência no país, no qual se falou de formação de professores para cegos e surdos. Já em 1927 falava-se da obrigatoriedade escolar de pessoas com deficiência para crianças de 7 a 14 anos. (SD, p. 4).

Os surgimentos de outras instituições espalhadas pelo Brasil foram constantes, com isso foram nascendo decretos importantes para a educação Especial a citar: (Decreto nº 42.728, de 03/12/57), que tem como título Campanha para Educação do Surdo Brasileiro – CESB, esta, mediante buscas constantes trouxe aos deficientes da audição e fala medidas de cunho educacional e assistencial; (Decreto nº 48.252, de 31/05/60) (Brasil, 1960) por nome Campanha Nacional de Educação dos Cegos – CNEC e a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais – CADEME (Decreto nº 48.961, de 22/09/60) (Brasil, 1960), que ofertava educação, treinamento para uma melhor reabilitação e assistência educacional das crianças retardadas e outros deficientes mentais de qualquer idade ou sexo,



logo, é importante destacar que não só foram esses decretos citados acima, houve o surgimento de outros decretos e leis que asseguraria a PNE a conviver no ambiente escolar.

Assim dessa forma abordam-se alguns documentos que agenciaram no percurso da educação Especial no Brasil a citar:

1º- Que é bem importante para a população brasileira, Constituição Federal de 1988 nos quais se volta o olhar para os seguintes objetivos:

Artigo: 205, a educação com o um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Diante deste é que se deve perante o artigo 3º, inciso IV, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” permanecendo para o seu seguinte artigo 206, inciso I, onde situa a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

A escola Inclusiva é aquele onde o processo de ensino aprendizagem é realizado de forma igualitária, respeitando os limites de cada criança, seja esta com ou sem deficiência, assim fala a declaração de Salamanca (1994) aprendizagem em conjunto sem qualquer diferença de etnia, religião ou NEE. Assim, desse modo, a ideia de “necessidades educacionais especiais” passou a incluir, além das crianças portadoras de deficiências, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola (Menezes, 2001, p. 1).

Adentrando nas mesmas linhas da Declaração de Salamanca, é que a Lei nº 9.394/1996 – atual LDB sofreu algumas alterações, notando nesta, o intuito do mudar para construção de uma escola de fato inclusiva, neste sentido, é possível ver a mudança no (Capítulo V da LDB) onde em pequenas palavras entende-se que a oferta na rede regular de educação “Preferencialmente” para PNE, assim também serviço de apoio especializado a fim de atender às peculiaridades de cada um.

Com o alavancar da educação para a PNE, é que chega à década de 70 o termo inclusão/integração, com isso surge várias quantidades de salas especiais na escola de ensino regular que eram mantidas pelas secretarias de educação e ficava por responsabilidade da escola receber esses alunos e desenvolver com estes atividades específicas. É daí que surgem vários obstáculos tanto por parte da estrutura física da escola, quanto pelos profissionais da educação que começou a sentir dificuldades em receber essas crianças e desenvolver com as mesmas um processo de ensino aprendizagem com atividade diferenciada, uma vez que, antes a criança tinha que se adaptar a escola, e nos dias atuais a escola é quem tem que buscar meios

de adaptá-las de acordo com a constituição Federal de 1888 e demais Leis que garante o direito e permanência do aluno na escola.

### **3.1. A formação continuada do docente e sua importância para atuar com aluno com deficiência.**

A Conferência Mundial de educação para Todos em Jomtien, Tailândia na década de 90, abordou várias discussões a respeito das necessidades basais voltadas a educação, ou seja, a aprendizagem da PCD respeitando suas limitações. Esta conferência abriu discussões acerca da formação de educadores, abrindo pauta sobre as aptidões e habilidades que o professor precisa ter para atender as necessidades educativas especiais da PCD.

Este documento emite reflexões acerca de como o educador deve se posicionar, para isso requer do mesmo uma boa noção de como adaptar os assuntos a ser abordado, exigindo assim um currículo de caráter inclusivo, além disso, utilizar a TIC como auxílio no processo de transmissão de ensinamentos, acompanhando de forma individual as competências de cada um, solicitando ajuda dos familiares e especialistas quando se for necessário, desta forma, o professor trabalhará não só as capacidades mentais e os conhecimentos que cada um traz consigo, mas também, seus interesses e motivações, incentivando-os a exercer sua autonomia. Percebe-se que para isso ocorrer, é essencial que os educadores estejam capacitados e especializados na área da educação inclusiva, e isto pode ser visualizado na LDB (Lei n. 9.394/96) em seu Artigo 62 para ultrapassar obstáculos e se apoiar na busca de constantes mudanças de fator educacional progressiva, todavia essa responsabilidade não é só do educador.

Há muito o que realizar em nossa realidade tão carregada de descrença e ingenuidade. Assim, para mudar essa realidade, o primeiro passo a adotar é descobrir nossas possibilidades. Ou seja, descobrirmos o que realmente sabemos e fazemos o que realmente precisamos saber e fazer, e o que podemos vir a saber e a fazer (Brasil, 2005, p. 5).

É possível perceber na citação acima, que reformular a educação é um passo inicial importante no que se desrespeito a prática inclusiva, e isso ocorre desde o momento que a escola possuir uma boa estrutura física com rampas, banheiros, mobiliário, pessoal especializado como intérprete de libras, braille, adesão dos recursos tecnológicos e do trabalho em conjunto de todos os profissionais, extinguindo os mitos e distorções que circundam os paradigmas da inclusão.

Nesta definição é importante se conscientizar que a formação continuada do professor é importante, todavia, existem outros fatores que contribui de forma significativa para a efetivação de um ensino qualificado como o envolvimento da família e comunidade na escola, pois esse envolvimento interferindo desenvolvimento do aluno e também uma política pública que visa à melhoria do sistema educacional que vem desde recursos didáticos, infraestruturas e servidores qualificados, no qual melhora o desempenho do alunado.

Com relação ao currículo a portaria nº 1.793 de Dezembro de 1994, avalia no uso de suas atribuições a acuidade e o imperativo de complementar os currículos de formação docentes e outros profissionais que interagem com a pessoa com deficiência, complementados em seus artigos 2º e 3º a inclusão da disciplina de Aspectos Ético-Político educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais, em todas as licenciaturas.

Dáí entende-se a necessidade da adaptação curricular solicitando a participação dos pais ou responsáveis para a construção do mesmo e assim proporcionar um melhor atendimento à pessoa com deficiência, levando em conta o objetivo da escola que é incluir o aluno abordando a importância da conquista de sua autonomia e respeitando as limitações uns dos outros.

Para a prática de ensino aprendizagem, não existe uma linha instituída onde todos tem que ensinar e aprender por igual, nem mesmo que todos saiam com o mesmo nível de percepção, pois cada ser tem sua limitação e seu tempo de aprender, neste sentido Candau apud Santos, (2014) afirma que “a formação continuada do professor deve ser respaldada na experiência, na sua rotina em sala de aula, para que o trabalho do profissional docente se torne uma prática reflexiva em torno de sua realidade, proporcionando assim o pensar-na-ação” (2014, p. 78).

A contribuição de Santos revela o quão é importante que o professor esteja à procura de formação contínua, que suas ações tenham coerência na real necessidade que aquele aluno possui, tornando assim a aprendizagem deste aluno mais prazerosa, pois as ações escolares tanto do educador, quanto decidem se a entrada do aluno com deficiência está sendo por meio de integração ou diante do processo inclusivo. Para Sena (2011, p. 1)

Os docentes precisam de qualificação tanto na área pedagógica como nos campos específicos do conhecimento. A formação inicial deve passar por reformulação profunda. Isso implica em garantir ao profissional um conhecimento básico para a sua atuação no âmbito escolar, pois a aprendizagem ocorre quando por meio de uma experiência mudamos nosso conhecimento anterior sobre uma ideia, comportamento ou conceito.

É indispensável à existência de uma política pública que se responsabilize em ofertar ao educador o direito ético de formação com qualidade, considerando a pessoa com deficiência em sua diversidade e isso precisa ocorrer tanto na formação inicial quanto na continuada.

A formação inicial e continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva da pessoa com deficiência vai contribuir de forma significativa, pois a vontade de se aperfeiçoar para melhor atender a esse deficiente, muitas das vezes faz com que o aluno se sinta estimulado a estarem presentes em sala de aula, surtindo efeito positivo no que se refere ao seu aspecto cognitivo. Mantoan (2003) diz que:

[...] A inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação e assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um design diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas se abraçarem esse novo projeto educacional (2003, p. 43).

Em Linhas claras, não é possível fazer um ambiente inclusivo se a escola também não fizer sua parte, o sistema também precisa oferecer todo o suporte que o educador necessita, o professor por sua vez precisa buscar se aperfeiçoar indo além das fronteiras posta no dia a dia para fazer de fato a inclusão, pois, “a formação enfatiza a importância do seu papel, tanto na construção do conhecimento, como na formação de atitudes e valores do cidadão” (Mantoan, 2006, p. 55).

Ao terminar sua primeira fase que é a graduação, formação esta inicial, o profissional da educação tem que saber que a busca de conhecimento tem que ser constante e adotar o dilema dito por Sócrates “só sei que nada sei” essa famosa frase, nos faz pensar que ninguém é dono do saber, mas quando procuramos soluções para determinados problemas a solução aparece. Ensinar a uma pessoa com necessidades educacionais especiais antes de tudo está garantido por lei, assim vê-se que é obrigação nossa desenvolver práticas pedagógicas acessíveis ao deficiente tendo a consciência que “(...) Seu conhecimento deve ultrapassar a aceitação de que a classe comum é, para os alunos com necessidades educacionais, um mero espaço de socialização”. (Mantoan e Pietro, 2006, p. 60). Fazendo com que este educando vá evoluindo consecutivamente, sabendo quais os seus direitos e valores perante toda a sociedade, pois se sabe que, todos conseguem aprender “dentro de seu tempo”.

Diante disso, é imprescindível destacar que ao estar sendo um profissional atuante em sala de aula, o mesmo deverá ser flexível, dinâmico criativo para fazer de seu processo avaliativo

algo diferenciado e inovador, utilizando para isso metodologias diferenciadas para esse ato que também é de grande valor, assim (Sartoretto, 2010) diz que é preciso que o educador avalie: "(...) aquilo que o aluno é capaz de produzir, a observação, a atenção às respostas que o aluno dá às atividades que estão sendo trabalhada, a análise das tarefas que ele é capaz de realizar fazem parte das alternativas pedagógicas utilizadas para avaliar." (2010, p. 02) e ainda conclui seu pensar dizendo que "quando apenas avaliamos o produto e desconsideramos o processo vivido pelos alunos para chegar ao resultado final realizamos um corte totalmente artificial no processo de aprendizagem" (Sartoretto, 2010, p. 02) isso muitas das vezes faz com que ocorra o desinteresse deste aluno ocasionando uma possível desistência.

Mesmo sabendo que é preciso fazer o ato da inclusão acontecer na real, muitas instituições ainda não possuem ações implementadas em seu PPP que implica a garantir ao profissional a ter uma formação continuada, uma vez que, a aprendizagem fixa quando ocorrem conhecimentos colocados em prática mudando então ideias, comportamentos e conceitos anteriores, nesta probabilidade é preciso buscar suporte teórico em graduação que é a formação inicial complementada pela pós-graduação, Congressos, palestras, oficinas, seminários, encontros pedagógicos, revistas de cunho pedagógico, enfim toda a informação que venha firmar aprendizagem para nossa formação profissional e também pessoal.

Reflexionando o que já mencionado, torna-se visível que o professor do ensino regular precisa e deve evoluir-se e aprender a aprender modernizar seu processo de ensino acompanhando as evoluções tecnológicas e aderir estas para sua prática.

### **3.2 A Formação continuada na perspectiva da educação inclusiva: "Hoje, no Brasil, o que se tem feito"?**

A formação de professores é posta como uma condição de qualidade no sistema educacional do nosso país que, por sua vez, é um processo contínuo e paciente, e requer mais dinamidade por parte do educador. Neste sentido são necessários por parte dos profissionais da educação segurança em seu posicionamento para com a nova sociedade moderna e diversificada, eles tem que estar bem informados e atualizados sobre as novas tendências do sistema educacional demonstrando que estão a par de sua disciplina para suprir as necessidades que se possa sentir.

A precisão de profissionais qualificados é primordial para suprir as necessidades de cunho educacional, assim para preencher essa necessidade o educador tem que partir da formação inicial, para continuar complementando seu referencial teórico. Este vem por meio da

formação continuada dos estudos, uma vez que o professor é o profissional responsável pela formação do cidadão, requerendo deste um ser em constante qualificação. Logo, a formação continuada deve ser entendida como uma ação que gera no docente a percepção de que existe um elo entre a teoria e a prática, revelando que é necessário aprofundar-se para melhor se desenvolver. A esse respeito Furtado (2015) diz que:

Uma característica crucial de um processo de Formação Continuada efetivo é contemplar as três dimensões da formação docente: a dimensão científica, a dimensão pedagógica e a dimensão pessoal. A dimensão científica se ocupa do desenvolvimento e atualização dos conteúdos a serem ensinados e da forma pela qual o ser humano aprende.[...] A dimensão pedagógica se ocupa dos métodos, técnicas e recursos de ensino. Os professores precisam estar atualizados com relação ao que ensinam e com relação às descobertas das ciências cognitivas, hoje, bem representadas pelas neurociências. [...] Por fim, a formação continuada de professores não pode prescindir da dimensão pessoal através de atividades que permitam profundas reflexões sobre crenças, valores e atitudes que permeiam a ação docente. (2015, p. 1)

Como já frisado anteriormente, declaração de Salamanca, ocorrida em 1994, foi um marco legalizado mundialmente, que aborda em seus traços e metas um novo pensar em educação especial no sistema de ensino, que teve o apoio de agências financiadoras a citar a UNESCO (1994) que noticiava o aprimoramento do treinamento de professores no que diz respeito à pessoa com deficiência. Além disso, faz uma referência à necessidade de ter por escrito (concreto) materiais para uma melhor acessibilidade e entendimento por parte do profissional assim como treinamentos, que seja desenvolvido na própria instituição escolar, promovendo uma ligação e conhecimentos a todos os professores levando em conta as dificuldades diárias sentidas por estes profissionais da educação, para isto pode contar com a modalidade de conhecimentos vindos a distância modalidade EAD ou técnicas de auto didáticas.

Ver-se que a formação do profissional já era algo abordado como essencial para a prática de inclusão, mas para isso seria necessário a reformulação do currículo de formação docente e de outros profissionais que atuam com a pessoa com deficiência, neste aspecto surge também no ano de 1994 a portaria nº 1.793 de Dezembro de 1994, que falava justamente dessa complementação do currículo incluindo prioritariamente nos cursos de pedagogia, psicologia e demais licenciaturas, a disciplina de “Aspectos Ético-Político Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais”.

Na era atual, ver-se a necessidade do profissional ter esta formação constante, pois, como já mencionado, sabe-se que os sistemas de ensino devem atender os educandos com deficiência ou necessidades educacionais especiais e isso ocasiona um entrave por parte da maioria dos profissionais da educação, Rodrigues (2012) relata muito bem isso da seguinte maneira:

Com a entrada de pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superlotação nas escolas comuns, muitos professores passaram a se sentir confusos, despreparados e incapazes para acolher esses estudantes e, sobretudo, para trabalhar com as propostas didático-pedagógicas que atendessem às necessidades expectativas e demandas próprias de cada um. (2012, p. 1).

Visto isto, entende-se que os docentes em específico do ensino regular deve ter um conhecimento de como trabalhar com a pessoa com deficiência, que para isso é necessário uma formação que venha desde a inicial e conseqüentemente contínua que, ao ver de Oliveira (2005), deve competir:

[...] aos sistemas de ensino, não só garantir aos educadores acesso aos cursos de habilitação conforme define a lei, como também assegurar espaços e tempos na rotina escolar, para a realização de práticas sistemáticas de estudo, troca de experiências, discussões e planejamento coletivo das atividades. (Oliveira 2005, p. 38).

A política de inclusão de acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) diz que o aluno não pode só estar fisicamente na sala, mas sim fazer parte de tudo que acontece em seu meio, desenvolvendo neste, o seu potencial. Nesta circunstância, as Diretrizes já citadas dizem que, para os profissionais que estão exercendo sua função em sala “devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.” (Brasil, 2001, p. 32).

O ensino aprendizagem deve ser proporcionado de forma igualitária e é essa a proposta da educação inclusiva, ou seja, atender a todos com qualidade compreendendo a necessidade de conhecer e respeitar as limitações do alunado. No que se relaciona a formação continuada dos professores do ensino regular para atuar com alunos deficientes as diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica: diversidade e inclusão fala no título IV, artigo 9º inciso VIII

que é necessário “valorização” dos profissionais da educação, com programa de formação continuada” (Brasil, 2013, p. 76).

Destarte isto, O SESP/ MEC disponibilizou os Programas de Formação Continuada de Professores em Educação Especial, onde o mesmo tem por objetivo apoiar a formação continuada de professores para atuar nas salas de recursos multifuncionais e em classes comuns do ensino regular, em parceria com instituições Públicas de Educação Superior-IPES assim como o programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, implementado pelo MEC em 2003, que além de formar professores da rede municipal e estadual, também inclui os gestores de ambas as redes para que façam ocorrer a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, com o objetivo de garantir acessibilidade e oferta ao atendimento educacional especializado. Porém, com a extinção da Secretaria de Educação Especial seus programas e ações foram vinculados a Secretaria de Educação Continuada Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), que promove a educação continuada por meios de ações e programas voltados a temática de educação especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação de Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Quilombola, Educação para Relações Étnico-raciais e Educação em Direitos Humanos, sendo estes conhecidos como diversidade humanas e sociais, todos organizados em quatro diretorias para melhor desenvolvimento das ações.

Para uma melhor compreensão a tabela abaixo mostra os programas que começaram do ano 2003 desenvolvidos pelo SESP/MEC.

<p><b>Programa:</b> Programa educação Inclusiva: direito à diversidade.</p> <p>O programa atua do centro oeste ao sudeste.</p> <p>A formação atendeu 94.695 profissionais da educação com a participação de 5.564 municípios.</p>
<p><b>Ano:</b> 2003</p>
<p><b>Objetivos:</b> Apoiar a formação de gestores e educadores, a fim de transformar os sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos.</p>
<p><b>Ações:</b> Realizar Seminário Nacional de Formação dos coordenadores municipais e dirigentes estaduais; Prestar apoio técnico e financeiro e orientar a organização da formação de gestores e educadores dos municípios polos e de abrangência;</p> <p>Disponibilizar referenciais pedagógicos para a formação regional. Disponibilizar referenciais pedagógicos para a formação regional.</p>
<p><b>Programa:</b> Programa educação Inclusiva: direito à diversidade.</p> <p>Composta por 4 cadernos</p>
<p><b>Ano:</b> 2004</p>



<p><b>Objetivos:</b> Geral - Disseminar a política de construção de sistemas educacionais inclusivos e apoiar o processo de implementação e consolidação do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade nos municípios brasileiros. b) Específicos - Sensibilizar e envolver a sociedade e a comunidade escolar em particular, na efetivação da política de educação inclusiva. - Formar gestores e educadores para atuar na transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos.</p>
<p><b>Ações:</b> Formas de planejamento da gestão do setor da educação abordando ação do município, da escola e família.</p>
<p><b>Programa:</b> Projeto educar na diversidade</p>
<p><b>Ano:</b> 2004</p>
<p><b>Objetivos:</b> Desenvolver escolas para todos através do desenvolvimento cultura, políticas e práticas escolares inclusivas...</p> <p>Formar e acompanhar docentes de 144 municípios polo para uso de metodologias inclusivas nas salas de aulas das escolas de rede regular de ensino;</p>
<p><b>Ações:</b> Este projeto elaborou material de formação docente pertencente ao projeto educar na diversidade nos países do Mercosul, coordenado pela SEESP/MEC e desenvolvido na Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Este projeto tem como meta combater a exclusão social promovendo a inclusão social.</p>
<p><b>Programa:</b> Formação presencial de professores na Educação Especial</p>
<p><b>Ano:</b></p>
<p><b>Objetivos:</b> Formar professores para atuar no atendimento as necessidades educacionais específicas dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, desenvolvido em parcerias com os estados</p>
<p><b>Ações:</b> Formação presencial de professores na Educação Especial</p>
<p><b>Programa:</b> Formação continuada de professores na educação Especial-Modalidade a Distância.</p>
<p><b>Ano:</b> 2009</p>
<p><b>Objetivos:</b> O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Especial, desenvolve em parceria com o programa Universidade Aberta do Brasil - UAB o Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial que tem por objetivo formar professores dos sistemas estaduais e municipais de ensino, por meio da constituição de uma rede nacional de instituições públicas de educação superior que ofertem cursos de formação continuada de professores na modalidade à distância.</p>
<p><b>Ações:</b> No ano de 2009 foram selecionadas 11 Instituições públicas de Educação Superior, conforme o Edital nº 01 de 02 de março de 2009, as quais estão ofertando 5.000 vagas em cursos de especialização na área do atendimento educacional especializado - AEE e 8.000 vagas em cursos de extensão/aperfeiçoamento contemplando professores que atuam no AEE e na sala de aula comum.</p>
<p><b>Cursos diversos</b> Letras /Licenciatura em Libras; Pro libras</p>
<p><b>Ano:</b> 2006</p>
<p><b>Objetivos:</b> Formar professores em letras e libras</p>
<p><b>Ações:</b> Implementação de cursos de Letras Língua brasileira de Sinais- Libras-no Brasil. Realizado primeiramente pela Universidade Federal de Santa Catarina.</p>

Tabela 2: Programas de formação continuada

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/>

Há a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), onde aborda a formação iniciada e continuada dos professores, no intuito de fornecer conhecimentos não só específico como gerais para atuar em escolas comuns do ensino regular que também aderidas pela Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e

Inclusão-SECADI com o subsídios para suas ações. É importante frisar apesar destas diversas iniciativas realizadas pelo governo federal em conjunto com o governo estadual e municipal, pode-se dizer que ainda “São insuficientes para a capacitação do professor para lidar com as novas demandas que chegam até a escola (...)”. (Raiça, 2008, p. 20), necessitando de mais proposta de formação continuada em específico para professores do ensino regular na perspectiva da educação inclusiva, onde se alcance no mínimo um ensino com qualidade.

Para que o educador venha a usufruir destes programas é necessário que as escolas apresentem pelo sistema de Programa de Dinheiro Direto na Escola-PDDE interativo, a demanda de formação para as Secretarias Estaduais de Educação-SEDUC e Secretarias Municipais de Educação-SEMED que conduzem ao Fórum que é responsável justamente por apoiar essa formação, este, é quem planeja o plano estratégico e encaminha ao comitê gestor da rede Nacional de Formação/MEC, que é o responsável pela autorização e quem dá apoio financeiro. Assim essas formações segundo as Diretrizes Curriculares nacionais para educação básica diversidade e inclusão.

Os processos de formação continuada poderão ser realizados por meio da oferta de oficinas, cursos de atualização, extensão, aperfeiçoamento e especialização, presenciais e a distância, que correspondam às principais demandas de formação dos professores. (Brasil, 2013, p. 452)

Neste sentido, é primordial o acompanhamento por parte dos profissionais da educação, onde, pesquisar as ações do MEC no sentido de ofertar cursos de formação específica ao professor do ensino regular para uma melhor prática de ensino aprendizagem se faça um hábito rotineiro, assim se compreende que é preciso criar programas, todavia é preciso avaliar se estes estão sendo acessíveis a todos os professores, se a aplicação do mesmo está tendo sucesso relacionando as teorias com as tensões vivenciadas no dia a dia do educador para que daí se analise se estes estão tendo bons resultados atingindo a meta que é uma educação de qualidade.

Por fim o poder de uma formação contínua na vida do profissional de educação, realizada por meio da análise das reais necessidades do mesmo em sala de aula, pode ocasionar menos frustrações e mais desejos de buscar meios e técnicas de tornar o conhecimento mais acessível de forma dinâmica, eficiente e eficaz, tornando o ensino aprendizagem bem mais significativo e auto construtivo.

## SEGUNDA PARTE: METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

### 4. METODOLOGIA

#### 4.1 Problema de investigação

Foi atuando durante quatro anos, como professora em escolas públicas da rede estadual e municipal da cidade de Penedo- Alagoas, que, a partir do convívio com profissionais que recebem alunos com deficiência, pude presenciar relatos aflitos destes colegas com relação à sua insegurança no processo de inclusão educacional da PCD. Estes relatos consistiam na preocupação em ter que trabalhar os conteúdos da matriz curricular de forma que TODOS tivessem acesso, efetivando, deste modo, a proposta da inclusão. Este foi o motivo que me levou a motivação de realizar este estudo.

Nos dias atuais foi possível perceber que a educação inclusiva é, de fato, um assunto de bastante relevância no meio social e educacional, ainda mais quando se refere ao processo de inclusão praticado pelo educador da sala de ensino regular, onde este profissional tem que trabalhar a fim de promover educação com qualidade e que esta seja acessível a todos, porém de forma diferenciada de acordo com a especificidade de cada sujeito como aborda (Mantoan, 2003).

Desta maneira sabemos que o processo de inclusão tem de fato que acontecer, independente da escola, profissional ou estrutura, está apta ou não, tem que recebê-los, pois está garantido na Constituição Federal no Artigo nº. 205, do Capítulo III, que postula por uma educação com o direito de todos; e, segundo o mesmo documento, no Inciso I, do Art. n. 206, do já referido capítulo, o sistema educacional brasileiro deve também promover a igualdade de condições para a garantia do acesso e permanência do aluno, independente da sua condição, na escola regular.

Além dos documentos e Leis supracitadas, não se pode deixar de mencionar um importante documento, a saber: a Declaração de Salamanca (1994). Este documento foi redigido após a convenção resultante da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em 1994, na cidade de Salamanca, Espanha, promovida pela UNESCO em 1994, entre os representantes dos 88 países que se fizeram presentes, o Brasil também foi signatário. A importância desse documento está no fato de postular pelo direito das pessoas com

necessidades educativas especiais estarem presentes no ensino regular, necessitando, dessa forma, que escola se prepare para receber os estudantes.

Pontuando as duas escolas pesquisadas, estas estão parcialmente estruturadas com rampas, banheiros e corrimão para receber os alunos com deficiência, no que se relaciona ao atendimento com equipe interdisciplinar a secretaria municipal de educação de Penedo, mantém parceria com uma instituição para o atendimento de crianças que possui dificuldades de aprendizagem, problemas de comportamento, assim como o PCD, encaminhando-as para o atendimento com equipes multidisciplinares em uma entidade não governamental. Para esse atendimento a coordenação da escola conversa com o educador, conseguinte com a família para que o gestor passe à informação a coordenação da educação especial, onde a coordenação deste setor entrará em contato com a instituição que solicitará a visita desta criança ao atendimento com o psicólogo que caso necessite buscará o auxílio dos demais profissionais da instituição. Já a da rede estadual conta somente com a participação do conselho tutelar da cidade que junto com a secretaria de saúde e seus familiares, buscam auxiliar os alunos com todos os aspectos de comportamento ou físico citados acima.

Nesta abordagem, perceber que há a necessidade de discutir mais na busca de solução para o processo de inclusão do aluno com deficiência, pois vão surgindo novos diagnósticos por parte da ciência, deixando o tema com barreiras e entraves que precisam ser aniquilados. Há bastante tempo se discute na cidade a inserção destes alunos com deficiência nas escolas de rede regular, e no decorrer das discursões feitas neste trabalho, sobre a formação continuada, autores como Gonzàles (2002), Vasconcelos (2016), Ramos (2016) Mendes (2004), abordam sobre a importância do professor obter novos conhecimentos e se aperfeiçoar para atuar com alunos com necessidades especiais nos quais desenvolva dinâmicas inovadoras, projetos estimulantes, que promova alternativas para que o aluno também passe a tomar uma postura crítica e autônoma não só na escola, como também em seu convívio social. González (2002) fala que na formação continuada do profissional da educação voltada a inclusão seria bem relevante abordar como eixo central que conhecimentos seriam primordiais adquirir para desenvolver o processo de ensino em contexto inclusivo, assim como as estratégias que auxiliaria ambos envolvidos no sistema da educação.

Nesta direção, com o auge da inclusão, é possível visualizar nas duas esferas de educação o crescente número de matrículas feitas nos últimos anos, uma vez que os pais estão dando oportunidade a estas crianças de ver o novo, porém, é importante lembrar que isso não firma a

garantia de que a inclusão em sala está sendo feita, pois se sabe que o maior responsável por isso é o professor, e que este tem que estar preparado para receber esse aluno.

Devido a isso, ver-se a acuidade primeiramente do profissional da educação conseguinte do governante do estado, assim como o, o prefeito da cidade, aqui, priorize a formação de seus profissionais de educação, para que estes tenham segurança em acolher esses alunos, ensinando não só conteúdos e sim a superar e se desenvolver para enfrentar as barreiras educacionais e sociais que vão surgindo a cada fase de sua vida. Além disso, é preciso também que invista em materiais pedagógicos, mobiliários adaptados e estrutura escolar. Esse é um bom começo para que ocorra um ambiente inclusivo, onde atenda às necessidades de todos que a escola atende.

Assim, mais uma vez, frente ao processo da inclusão escolar, faz-se evidente que o professor deve ser preparado para contribuir com a inclusão deste aluno no processo de aprendizagem de uma maneira qualitativa. Sobre a formação docente, a Lei de Diretrizes e Bases, n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, aponta para a necessidade da valorização e norteamento qualificado na formação do profissional da educação. A partir disso foi entendido que formação continuada é um meio de transformar o professor em um ser pensante e reflexivo de suas ações, de forma sistemática com caráter permanente, como uma forma de garantir um ensino com qualidade a todos. Com esse objetivo, surgem programas ou ações como o PARFOR, PIBID e o PROINFO, estes têm como objetivo formar os professores para atuar na educação.

Contudo, apesar de todos os instrumentos legais, entre outros documentos e ações tomadas que corroboram para ao êxito do processo da educação inclusiva no Brasil, o processo inclusivo das pessoas com necessidades educativas especiais no ensino regular gera, ainda, muita angústia e insatisfação por parte dos educadores, pelo fato destes encontrarem lacunas em sua formação inicial, por isso se sentem inseguros e desconfortáveis para trabalhar junto a estes alunos. Para Mantoan (2003, p. 76) “a maioria dos professores tem uma visão funcional do ensino e tudo que ameaça romper o esquema de trabalho prático que aprenderam a aplicar em suas salas de aula é inicialmente rejeitado”.

Deste ponto, entende-se que a questão debatida aqui vem de uma problemática, que de acordo com Campoy (2016, p. 42):

O problema é o ponto de partida de toda investigação. É provavelmente a etapa mais importante do processo de investigação, já que implica vários passos inter-relacionados. O problema consiste em uma pergunta ou enunciado sobre a realidade ou sobre qualquer situação que não se encontra uma solução satisfatória ou não dispomos de uma resposta adequada.

Destarte, diante das lacunas apontadas por vários estudiosos sobre a temática, vários questionamentos agenciam uma inquietação para a elaboração da manifestada investigação, dentre as quais apresentamos:

- Como se dá a formação continuada, na perspectiva da educação inclusiva, dos docentes que atuam no Ensino Fundamental e nas escolas das redes estadual e municipal de educação da Cidade de Penedo – Alagoas?

- A unidade de ensino estadual oferta momentos de formação continuada para os professores da rede?

- Como a formação continuada tem contribuído para um melhor desempenho na prática dos docentes?

Assim, diante das questões levantadas é que se consegue formular a área problemática da presente pesquisa.

Os professores estão preparados para garantir a inclusão dos alunos com necessidades especiais, desenvolvendo estratégias para o acesso, permanência e ensino-aprendizagem de forma significativa como está garantido na Lei?

#### **4.1.1 Objetivos da Investigação:**

Por meio do levantamento dos pontos sobre a área problemática deste estudo apresentado acima, apresentamos abaixo os objetivos postos desta pesquisa:

#### **OBJETIVO GERAL:**

Analisar as características do processo de formação continuada a partir da perspectiva do corpo docente e sua relevância na formação de pessoas com necessidades especiais.

#### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

1. Caracterizar a formação dos professores atuantes do ensino fundamental I das escolas

Estadual e Municipal da cidade de Penedo - Alagoas;

2. Obter informações sobre as ações pertinentes à formação continuada promovida pela rede municipal e estadual na cidade de Penedo - Alagoas;

3. Analisar as possíveis dificuldades encontradas no processo de formação continuada pelos professores que atuam junto a alunos com deficiência em escolas da cidade de Penedo - Alagoas;

4. Descrever as políticas de formação continuada no Brasil e o que o MEC tem, de fato, disponibilizado para formação dos professores.

5.

#### **4.2 Desenho da Investigação**

O presente estudo procura analisar as características da formação continuada na prática docente dos professores de Penedo nas duas redes de ensino municipal e estadual, contribuindo para a melhoria na comunidade escolar.

Para se chegar aos resultados propostos nos objetivos da presente pesquisa, como abordagem metodológica, foi feita a escolha pela pesquisa qualitativa de investigação, pois esta permite uma interpretação dos dados obtidos. Para Rodrigues (2009, p.47), a pesquisa qualitativa pode ser “[...] utilizada para investigar um determinado problema de pesquisa, cujos procedimentos estatísticos não podem alcançar devido à complexidade do problema como: opiniões, comportamentos, atitudes dos indivíduos ou grupo”.

Neste mesmo contexto, Prodanov e Freitas (2013, p. 70) consideram:

Que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva.

Entende-se que por meio desta pesquisa os escolhidos para ser entrevistados terão autonomia de pensar e refletir de maneira livre, argumentando seu pensar positivo ou não com relação à temática de estudo. Assim os retornos dados não são objetivos, requerendo de o

pesquisador refletir e interpretá-los para contextualizar o sentido, sempre pautando que o foco da pesquisa qualitativa não é quantidade.

Neste sentido Campoy (2016, p. 231, apud Denzín e Lincoln, 2011, p. 3):

A investigação qualitativa é uma atividade que situa o investigador no mundo. A investigação qualitativa consiste em um conjunto interpretável, materiais práticos que fazem visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo. Convertem ao mundo uma série de representações que incluem notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e as próprias notas. A este nível a investigação qualitativa implica em um enfoque interpretativo, um enfoque naturalista do mundo. O principal da investigação qualitativa é o estudo das coisas em seu ambiente natural, tratando de dar sentido, ou interpretar os fenômenos nas condições dos significados que as pessoas lhes atribuem.

Esta pesquisa preocupa-se com a circunstância de uma realidade que não pode ser calculada e muito menos quantificada, e isso será bem relevante neste processo de informação dos profissionais que buscam sua formação continuada para fazer a inclusão na sala de ensino regular, destarte disso, é interpretativa, pois não tem a intenção de generalizações a partir da questão estudada.

O método de abordagem é o estudo de caso múltiplos, uma vez que foi realizado em duas escolas sendo uma da rede Estadual e outra da rede Municipal do estado de Alagoas e teve a participação de “múltiplos sujeitos”.

A presente pesquisa, ainda apresenta em seu contexto um caráter descritivo, uma vez que esta investigação segundo Prodanov e Freitas (2013) relata que nas pesquisas descritivas, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles, ou seja, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados. González *et al.* (2014, p. 54) ainda confirma que a pesquisa qualitativa tem sua relevância por permitir absorver mais a compreensão do que a explicação, baseando-se na realidade.

Quanto aos objetivos desta pesquisa descritiva, conforme (Campoy, 2018, p. 155), “ela tem como objetivo a descrição de maneira precisa e cuidadosa, fatos e situações analisadas sem interagir com eles, assim eles descrevem as tendências de um grupo ou população”.

É exploratório, pois, não tem a finalidade de obter número como resultado que venha indicar qual percurso deve ser tomado para decisão correta sobre a questão problema.



Ideia: Conhecer os obstáculos no processo ensino aprendizagem na perspectiva da educação inclusiva

Abaixo se pode sintetizar o desenho metodológico deste estudo.

Problema: Os professores estão preparados para garantir a inclusão dos alunos com necessidades especiais, desenvolvendo estratégias para o acesso, permanência e ensino aprendizagem de forma significativa como está garantido na Lei?

OBJETIVO GERAL: Analisar as características de formação continuada na perspectiva do corpo docente e sua relevância na formação de pessoas com necessidades especiais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Caracterizar a formação dos professores atuantes do ensino fundamental das escolas Estadual e Municipal da cidade de Penedo - Alagoas;
2. Obter informações sobre as ações pertinentes à formação continuada promovida pela...
3. An...
4. De...

M E T O

Contexto da pesquisa: Escola Municipal de Educação Básica Santa Luzia da cidade de Penedo

Contexto da pesquisa: Escola Estadual Professor João Valeriano de Oliveira

Instrumento e Técnica: Entrevista Semiestruturada.

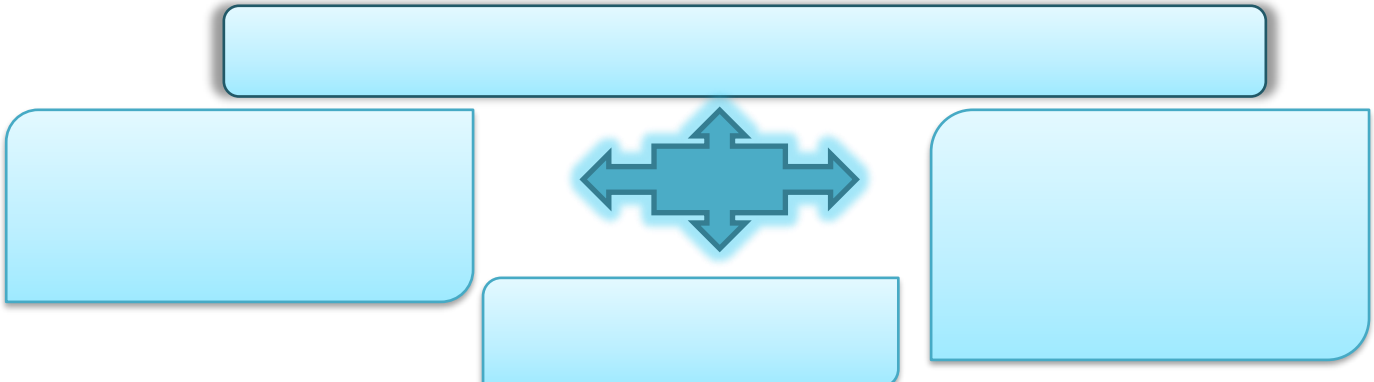


Figura 1 - Desenho metodológico da pesquisa  
Fonte: Dados de estudo/elaboração próprio

### 4.3 Descrição do lugar de estudo

A presente pesquisa foi realizada em duas escolas do município de Penedo – Alagoas, Brasil, que se localiza no interior de Alagoas, fundada em 12 de Abril, não tendo o ano de sua fundação definido, contudo acredita-se que sua fundação ocorreu entre 1535 à 1560. O município de Penedo, por sua vez, está localizado na Região Sul do Estado, fazendo fronteira com Sergipe, separada apenas pelo rio São Francisco, no Estado de Alagoas. Ocupa uma área de 689,875 km<sup>2</sup>, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016, e sua população em 2017 era de 64.497 habitantes, sendo assim o sexto município mais populoso do estado juntamente com outros cinco municípios, integra a Região Sul de Alagoas BR-101 é a principal rodovia na localidade, por ser responsável por interligar todas as cidades do interior a capital do estado. Já a AL, faz o percurso por toda região Sul até a Capital.

Figura 2 – Município de Penedo - Alagoas



Figura 2 – Município de Penedo - Alagoas

Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/110>

Penedo tem este nome por ser originário de uma grande pedra. É considerado o berço da cultura do Estado de Alagoas, e também conhecida pela cidade dos sobrados, casarios, igrejas de estilo barroco e rococó, tombado pelo patrimônio histórico nacional (IPHAN), onde

anualmente recebe centenas de turistas. Além disso, possui uma das maiores festas do Estado que é a Festa do Bom Jesus dos Navegantes, realizada na segunda semana de Janeiro, onde atrai milhares de fiéis vindos de todo território brasileiro. Sua economia vem do comércio, pesca e cana de açúcar.

Com base na representação dos mapas abaixo, destacamos ao lado o estado de Alagoas para visualizar com mais clareza a cidade onde foi realizada a pesquisa:

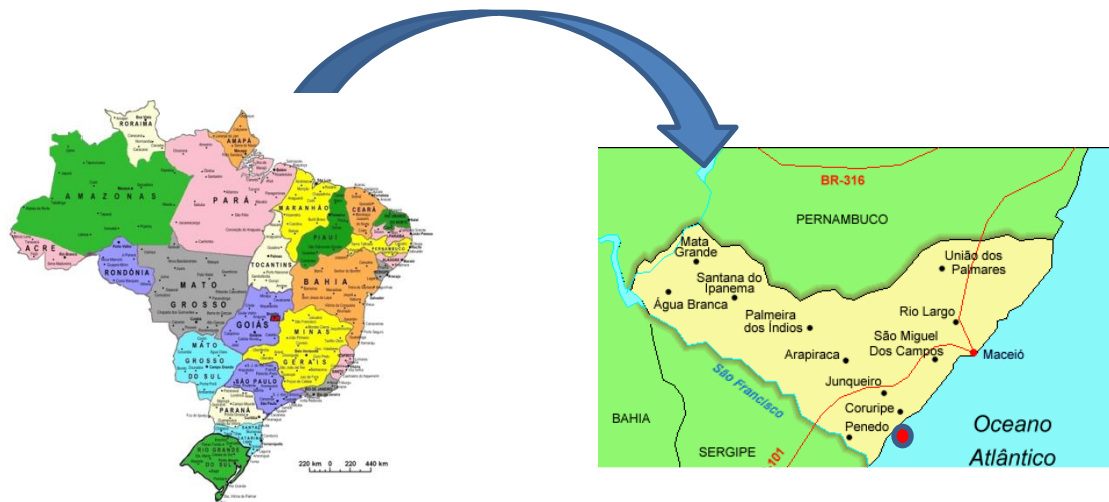


Figura 3 – Mapa do Brasil destacando o Município de Penedo-Alagoas

Fonte: <http://penedo.al.gov.br/prefeitura/localizacao/>

Rede Municipal e outra da Rede Estadual. O critério de escolha dessas instituições de ensino se deu porque em ambas há uma grande quantidade de crianças com deficiência matriculadas. Neste contexto, foram tomados como participantes desta pesquisa os professores de duas escolas da rede pública, sendo uma municipal e outra da rede estadual. A escola da rede municipal de ensino foi a Escola Municipal de Educação Básica Santa Luzia, esta instituição recebe alunos de 1º ao 9º ano, sendo a que mais tem alunos matriculados na rede municipal; a segunda escola, sendo esta da rede estadual, trata-se da Escola Estadual João Valeriano de Oliveira. Esta escola atende o fundamental I, II e ensino médio. De acordo com a 9ª Gerência Regional de Educação (GERE), é a escola tem um número maior de alunos com deficiência na cidade de Penedo.

#### 4.3.1 A Escola Estadual Professor João Valeriano de Oliveira

A Escola Estadual Professor João Valeriano de Oliveira em 1964, no governo de Luiz Cavalcante, antes a mesma possuía o nome de Escola de 1º grau Professor João Valeriano de Oliveira. Não se sabe ao certo a origem do nome, somente que o nome foi uma homenagem ao Ilustre professor que lecionava com esposa e os três filhos na mesma instituição, localizada na zona Urbana, com sede na rua João Ramalho, S/N.



Figura 4 – Fachada da escola professor João Valeriano de Oliveira  
Fonte: elaboração própria, 2019.

Atualmente está localizada no mesmo bairro e endereço, pertencente a 9ª Gerência Regional de Educação do Estado de Alagoas. Atualmente atende a uma clientela classe média baixa, a escola está distribuída da seguinte forma: 7 (sete) salas de aula, 1 (uma) sala para secretaria, 1 (uma) sala de professores, 1 (uma) quadra de esporte sem cobertura, 1 (uma) seção de banheiro masculino, e 1 (uma) seção de banheiro feminino, totalizando 6 (seis) aparelhos sanitários, 1 (uma) cozinha, 1 (uma) sala de leitura, 1 (uma) sala de almoxarifado e 1 (uma) despensa. A escola possui corrimão nos banheiros e rampa para cadeirantes, não possui sala de recursos multifuncionais e nem sala de Atendimento Educacional Especializado, com o também não possui material pedagógico voltado a crianças com deficiência, mas tenta na medida do possível atender da melhor forma as crianças que tem alguma deficiência.

A escola oferece ensino fundamental I no turno vespertino e Fundamental II nos turnos matutino e vespertino, já o ensino médio somente no turno matutino. A escola está com o PPP todo atualizado, e a equipe de professores na sua maior parte vem de processo seletivo, tendo como efetivo somente 7 (sete) professores, onde todos tem graduação e pós graduação em diversas áreas, e os outros 17 vem do processo seletivo, ainda conta com 7 (sete) profissionais auxiliares, para o atendimento a pessoa com deficiência.

No contexto inclusivo a escola possui 12 (doze) alunos com deficiência, sendo todos atendidos por professores do ensino regular com o também auxiliares com especialidades para

atuar com estas crianças. Na esfera estadual é a escola que mais tem feito matrícula de crianças com deficiência.



**Figura 5** – Profissionais do ensino regular da escola João Valeriano de Oliveira  
**Fonte:** Estudo/elaboração própria.

#### **4.3.2 A escola Municipal de Educação Básica Santa Luzia**

Não há registro oficial da fundação da escola, porém alguns moradores do bairro mais antigos relatam que a escola foi fundada como escola paroquial Santa Luzia, na época pertencia à Capela Santa Luzia, onde hoje se encontra a paróquia Santa Luzia, que em sua homenagem a escola hoje ainda permanece como escola Santa Luzia. Assim a escola se regulamentou por volta de 1940, pelo padre Odilon Lobo, onde a partir da década de noventa passou a pertencer ao poder público municipal até os dias atuais.

A escola hoje está localizada no endereço Avenida Wanderley nº 920, Santa Luzia. O prédio não é próprio, a escola é de fácil acesso, devido se localizarem uma via onde todos os veículos transitam para chegar aos demais bairros da cidade. Os alunos são das proximidades como também da zona rural.



**Figura 6** – Fachada da escola municipal Santa Luzia

**Fonte:** elaboração própria, 2019.

A frente da escola existe sinalização para pedestres, com o faixas de seguranças e alguns guardas municipais para a organização da entrada e saída dos alunos, tanto a pé como o também dos veículos escolar e privado.

Os alunos da zona Rural e dos outros bairros utilizam o transporte escolar, muitos deles saem de casa muito cedo, isso acontece de alguns povoados serem distantes da cidade. A escola disponibiliza cinco ônibus que fazem a linha em alguns bairros da cidade e das zonas rurais.

A escola está organizada em seu espaço físico, da seguinte forma: 1 (uma) sala de recepção, 10 (dez) salas de aula, 1 (uma) sala para secretaria, 1 (uma) sala para coordenação, 1 (uma) sala de reunião, 1 (uma) sala de professores, 1 (uma) quadra de esporte com cobertura, 1 (uma) seção de banheiro masculino, e 1 (uma) seção de banheiro feminino, totalizando 8 (oito) aparelhos sanitários, 1 (uma) cozinha, 1 (uma) sala de leitura, 1 (um) refeitório, 1 (uma) sala de informática, 1 (uma) sala para laboratório de química, 1 (uma) sala para reprografia, 1 (uma) biblioteca, 1 (uma) despensa. A escola possui corrimão nos banheiros e rampa para cadeirantes, porém só existe na parte interna e não na externa. Não possui sala de recursos multifuncionais, nem AEE, como o também materiais pedagógicos para trabalhar com alunos com deficiência, mas os auxiliares tentam na medida do possível atender da melhor forma as crianças que tem alguma deficiência.

A escola possui atualmente 1.079 (um mil e setenta e nove) alunos, sendo que destes alunos 40 são alunos com necessidades especiais e ou deficientes. Na esfera municipal a escola Santa Luzia é a que mais fez matrícula para crianças com deficiência e com necessidades educativas especiais. A escola tem um ambiente bem acessível para interação e recreação. As salas são grandes, claras e arejadas, algo que amplifica e muito a aprendizagem de todos os alunos. Atualmente, a escola oferece o ensino na modalidade; Educação Infantil

Jardim I e II, Educação Fundamental do 1º ao 5º ano, Educação Fundamental II 6º ao 9º ano.  
 Atendendo a uma clientela com faixa etária de 4 a 15 anos, respectivamente.

Quantitativo de matrículas dos educandos com deficiência distribuída nas escolas:		
Escola	Estadual Professor João Valeriano	Escola Municipal de Educação Básica Santa Luzia
Alunos	12 alunos	40 alunos

Tabela 3: Quantitativo de matrículas dos alunos com Deficiência.

Fonte: Dados do estudo/ elaboração própria.

A situação econômica dos alunos é variante, seus pais trabalham desde a agricultura, autônomos e comerciantes. Alguns recebem ajuda do Governo Federal com o Bolsa Família ou quando vivem com os avós, a sua maioria já são aposentados.



Figura 7 - profissionais do ensino regular da escola Municipal Santa Luzia.

Fonte: Dados do estudo/ elaboração própria

#### 4.4 População.

Quanto à população, de acordo com Gil (2008, p. 108) “É um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características”.

Diante do autor supracitado, a população do presente estudo foi constituída por gestores das duas escolas, coordenadores da educação especial e docentes da esfera municipal e estadual da cidade de Penedo – Alagoas. Assim nota-se que foram escolhidas duas escolas para serem trabalhadas nesta pesquisa.

A escola Municipal de Educação Básica Santa Luzia, conta com uma quantidade de 1 (um) Gestor, 20 (vinte) Professores de ensino regular do fundamental I, 1.079 (um mil e setenta e nove) alunos (soma de alunos nos dois turnos), a escola não reclama de evasão de alunos, está em constante matrícula devido ser a escola modelo da cidade, Já a escola Estadual Professor João Valeriano de Oliveira possui o quadro de 01 (um) diretor, 4 (quatro) professores que atuam no ensino fundamental I, todos possuem em média de 0 a mais de 10 anos de serviço, e um total de 354 alunos matriculados (somando os turnos matutino e vespertino), de acordo com o censo 2018, a escola também não possui problemas com relação à evasão de alunos, pois a mesma está em constante aproximação com a família.

#### **4.5 Amostra**

A amostragem é uma técnica utilizada para selecionar uma amostra representativa da população em estudo. (Campoy, 2018, p. 80). Diante disso a amostra para esta pesquisa não tem a intencionalidade de obter dados quantitativos e com probabilidade intencional, porém foram acometidos dentro de um critério representativo no qual permite o pesquisador utilizar de “um bom julgamento” para selecionar os membros da população.

Assim foram tomados os seguintes critérios de escolha:

Professores que atuam no ensino fundamental I, ou seja, do 1º ao 5º ano. Como critério os professores deveriam trabalhar tanto na escola Municipal quanto na estadual, assim 4 (quatro) professores da escola estadual foram selecionados para participarem da entrevista, professores estes que atuam do 2º ao 5º ano, já os da rede municipal foram selecionados 20 (vinte) professores, todos atuantes dos anos iniciais, porém 7 professores acabaram desistindo de participar da entrevista.

A constituição Federal de 1888, com a Lei predominante no Brasil, assim como o MEC, abordam a garantia e a acuidade do professor ter a formação continuada para um processo de ensino mais eficiente para que possa transmitir um ensino mais dinâmico e



prazeroso satisfazendo as necessidades dos alunos e estabelecendo as metas propostas pelo sistema de ensino, por isto este foi o objetivo principal para a inclusão deste critério aplicado aos professores. Para a pesquisa com os gestores, foi escolhido 1 (um) de cada esfera para participar deste estudo. Para os coordenadores da educação inclusiva, foram selecionados um da rede Municipal e um da rede Estadual.

Nesta pesquisa os totais de amostra de professores, coordenadores e gestores foram:

Participante da Pesquisa da Rede Estadual	
Setor	Quantidade
<b>Professores da Rede Estadual de Educação.</b>	<b>4</b>
<b>Gestora da Rede Estadual de Educação.</b>	<b>1</b>
<b>Coordenadora da Educação Inclusiva da Rede Estadual.</b>	<b>1</b>
<b>Total de Participantes.</b>	<b>6</b>

Tabela 4: Participante da pesquisa da rede Estadual

Fonte: Dados do estudo/ elaboração própria

Participante da Pesquisa da rede Municipal	
Setor	Quantidade
<b>Professores da Rede Municipal de Educação.</b>	<b>13</b>
<b>Gestora da Rede Municipal de Educação.</b>	<b>1</b>
<b>Coordenadora da Educação Inclusiva da Rede Municipal.</b>	<b>1</b>
<b>Total de Participantes</b>	<b>15</b>

Tabela 5: Participante da pesquisa da rede Municipal

Fonte: Dados do estudo/ elaboração própria

A figura abaixo demonstra a população total e amostra deste estudo

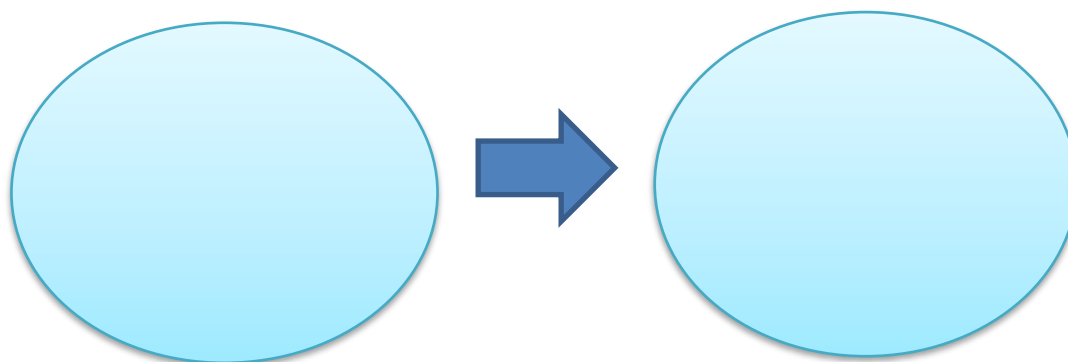


Figura 8: Dados da população e amostra

Fonte: Dados do estudo/ elaboração própria

#### 4.6 Construção dos instrumentos e Técnicas para coleta de dados.

A tabela a seguir expõe os métodos e técnicas usadas para coleta de dados desta investigação, como também o relacionamento com os objetivos de cada um deles.

SUJEITOS	MÉTODO	TÉCNICA	OBJETIVOS
Professores do fundamental I	Enquete	Entrevista	Investigar como os professores do Ensino Fundamental, nas escolas do município de Penedo-AL, entendem a importância da formação continuada e sua relevância para a inclusão da pessoa com deficiência. Assim como se estão tendo formações continuadas na perspectiva da educação inclusiva.
Secretaria de Educação Inclusiva de esfera Estadual e Municipal	Enquete	Entrevista	Obter informações sobre as ações pertinentes à formação continuada promovida pela rede municipal e estadual na cidade de Penedo.
Gestores das escolas de esfera Estadual e Municipal	Enquete	Entrevistas	Investigar as possíveis dificuldades encontradas – no processo de formação continuada – pelos professores que atuam junto a alunos com deficiência em escolas da cidade de Penedo-AL.

Tabela 6: Dados da população e amostra

Fonte: Dados do estudo/ elaboração própria

Conforme Sampieri, (2013, p. 425) a entrevista é “definida como uma reunião para conversar e trocar informações entre uma pessoa (o entrevistador) e outra (o entrevistado) ou outras (entrevistados)”. Neste sentido, a entrevista foi aplicada com os professores, gestores e coordenadores, com o desígnio de conseguir os seguintes objetivos: Obter informações sobre as ações pertinentes à formação continuada promovida pela rede municipal e estadual na cidade de Penedo; Investigar as possíveis dificuldades encontradas no processo de formação continuada – pelos professores que atuam junto a alunos com deficiência em escolas da cidade de Penedo-AL.

Por ser um momento muito propício a obter mais informações Campoy (2016, p. 316) concorda que a:

A entrevista é uma técnica de investigação científica que utiliza a comunicação verbal para recorrer a informações com relação a uma determinada finalidade. Pois

na entrevista, o investigador é o instrumento de investigação e não um simples protocolo ou formulário de entrevista.

Para realizar uma entrevista existem várias técnicas a serem utilizadas, porém a que foi utilizada neste estudo foi entrevista semiestruturada. Neste tipo de entrevista, o entrevistador segue um trajeto previamente estabelecido com perguntas semiestruturadas. Nas perguntas presentes nos questionamentos, focaram-se questões referentes à formação acadêmica, ao tempo de serviço, abordagem ao tema formação de professores, políticas de formação na perspectiva da educação inclusiva de pessoas com deficiência.

As entrevistas semiestruturadas, em particular, têm atraído interesse, sendo amplamente utilizadas. Tal interesse está vinculado à expectativa de que é mais provável que os pontos de vista dos sujeitos entrevistados sejam expressos em uma situação de entrevista com um planejamento relativamente aberto. (Flick, 2004, p. 99)

A escolha desse instrumento de pesquisa foi muito significativa, pois atendeu a expectativa esperada para entender os sentimentos de angústias, sensações e ponto de vista a respeito do processo da inclusão de pessoas com deficiência em sala de aula do ensino regular, conseguindo então focar na subjetividade dos participantes.

Com a intenção de saber ao fundo se o município e estado tem em vista algum projeto de formação continuada de professores foi elaborado a entrevista para ser aplicado aos coordenadores, neste sentido só que limitado à escola foi elaborado uma entrevista com uma sequência de perguntas bem específicas no qual procura saber se a direção sente por parte de seus professores as angústias demonstradas quando se fala no termo inclusão de pessoas com deficiência e se eles fazem algo para que essa situação diminua. Desta forma, foi possível, por meio da entrevista, entender como o coordenador e os gestores procuram solucionar as inseguranças e angústias apresentadas pelos professores em sala de aula do ensino regular.

#### **4.6.1 Validação.**

A entrevista utilizada na coleta de dados da pesquisa foi submetida previamente à avaliação de uma equipe composta por 5 Doutores foi elaborado um formulário

próprio para validação de instrumentos, onde foram anotadas seu ponto de vista quanto a qualidade técnica, coerência e representatividade das questões, em relação aos objetivos da pesquisa, apontando possíveis melhorias e sugestões se caso o fosse necessário. Conforme as direções de Campoy (2016, p. 199)

Avaliar as propriedades psicométricas de um instrumento resulta basicamente determinar a qualidade de sua medição. Existem duas características métricas essenciais para valorizar a precisão de um instrumento são: a validade e a confiabilidade.

#### 4.6.2 procedimentos para coleta de dados

Uma das etapas fundamentais de uma pesquisa é a coleta de dados, uma vez que se não houver essa etapa, não existirá uma pesquisa completa para o tempo em que estar se pesquisando, pois é necessária a análise das informações para tempos depois acontecer a divulgação dos resultados alcançados, assim é imprescindível à concretização deste estudo.

Diferentemente da arte e da poesia que se concebem na inspiração, a pesquisa é um labor artesanal, que se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular (Minayo, 2001, p. 08).

O processo de coleta de dados para o trabalho em tela se deu da seguinte forma: primeiro, houve a identificação da pesquisadora; segundo, pedido de autorização à direção da escola para a realização da pesquisa; terceiro contato foi com os professores e convite para que participassem da pesquisa; quarto contato foi com a coordenação do setor da educação inclusiva situado nas secretarias municipais e estaduais. Vale ressaltar que todos os que participaram da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assim como o Termo de Autorização de uso de imagem. Por questões éticas os nomes verdadeiros dos participantes serão preservados. Assim, serão utilizados nomes fictícios.

Foram realizadas as entrevistas com professores, gestores e coordenadores no início do ano de 2019, especificamente no mês de Fevereiro, o método para a pesquisa foi por meio de anotações digitadas na hora para que não fosse nada perdido. Não foi

realizada gravação em vídeo devido alguns professores não aceitarem, e por motivos do ambiente, no momento da pesquisa, está barulhento devido ao intervalo das crianças.

Neste contexto, é importante abordar que os participantes da entrevista demonstraram satisfação em contribuir, assim como os gestores e as coordenadoras de educação. Porém, infelizmente houve professores que se negaram em ouvir e aceitar a pesquisa de grande acuidade para o seu lado profissional e também pessoal onde transmitiria suas angústias e satisfação com os demais colaboradores.

#### **4.6.3 Questões Éticas**

Como o princípio fundamental da pesquisa também engloba o respeito pelas pessoas, em especial os participantes que deram sua contribuição para que o mesmo tivesse fundamentos, foi esclarecido aos participantes que não seria divulgado nomes nem escolas no qual o mesmo desenvolve suas competências, garantido assim seu anonimato, total sigilo perante as respostas dadas, com isso foi desenvolvido os seguintes códigos:

1 – DE que vai do 1(um) até o 4 (quatro) ou DM que vai do 1(um) até o 13(treze) empregado para identificar os professores entrevistados, do ensino fundamental I e II da rede Estadual e Municipal de Educação.

2 – GE ou GM – Empregado para identificar a entrevista com os gestores escolares.

3 – CE ou CM – Empregado para identificar as respostas dos coordenadores na entrevista.

#### **5.6.4 Responsável pela coleta das informações**

A coleta de dados foi concretizada pela própria investigadora, que para a realização desta foi necessário estar em mãos todos os documentos de identificação e uma carta de apresentação dirigida ao diretor da escola, no qual informava os motivos da investigação e estadia por alguns meses nas dependências escolares em busca do contato com os professores e também gestores para que assim colocassem em prática os instrumentos planejados, abordando os objetivos e explicando um por um.

## 5. RESULTADOS

O presente capítulo tem como escopo realizar a análise dos dados produzidos a partir das entrevistas feitas com os contribuintes da pesquisa, assim como dos estudos do referencial teórico pertinente à temática em questão. Deste modo, buscando obter respostas para as indagações levantadas neste estudo, a referida pesquisa foi desenvolvida com professores do ensino fundamental I, um gestor da escola Municipal e um da escola Estadual e, por conseguinte, coordenadores da educação inclusiva.

Assim, primeiramente será abordada a análise e interpretação dos dados obtidos pelos professores da rede Municipal e Estadual, posteriormente gestores e conseguinte os Coordenadores.

### 5.1 Aplicação e interpretação dos resultados obtidos pela técnica de entrevista semiestruturada realizada junto aos docentes que atuam no ensino fundamental

No primeiro contato com os docentes participantes da pesquisa me apresentei com o Pesquisadora e mestranda do Programa de mestrado em ciências da Educação na Universidad Autónoma de Assunción, e expliquei acerca do desígnio de realizar a pesquisa na presente escola. Assim que os professores concordaram em participar foi perguntado sobre o melhor dia de voltar para executar a entrevista, sendo acordado para realização da mesma no dia seguinte.

A coleta de dados com os professores foi realizada na própria escola durante o intervalo, para que não afetasse o horário das aulas, todavia a direção sempre deixava passar um pouco o tempo do recreio para que desse tempo de ser uma entrevista tranquila e sem pressa. Quanto aos gestores, com estes a entrevista foi realizada na própria escola no turno vespertino, isso por ser mais tranquilo para eles e para os coordenadores.

Antes de aplicar a entrevista semiestruturada foi solicitada aos professores prévia assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para o consentimento da sua participação como voluntário da pesquisa, e consentimento da

sua participação como o voluntário da pesquisa, estando por tanto ciente de todo o processo a ser percorrido na etapa.

Sobre a análise dos dados, Gil (2008, p. 156) considera da seguinte forma:

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriores obtidos.

Assim, o objetivo principal da realização da presente pesquisa foi, por meio das respostas obtidas na entrevista, analisar a aplicabilidade do tema Análise do processo de formação continuada a partir da perspectiva do professor de ensino fundamental no município do Penedo Alagoas e sua incidência na inclusão escolar de pessoas com deficiência.

A fim de preservar a identidade das participantes da pesquisa, por questões éticas, eles serão denominados de DMU; DE; CMU; CE, GM; GE, conforme é possível visualizar no quadro a abaixo.

Orgão	Tempo de Serviço	Formação
DM	mais de 10 anos	Pedagogia com especialização em psicopedagogia
DM	mais de 10 anos	Pedagogia com especialização em psicopedagogia
DM	mais de 10 anos	Pedagogia com especialização em psicopedagogia
DM	mais de 10 anos	Pedagogia com especialização em psicopedagogia
DM	entre 5 e 10 anos	Pedagogia com Especialização em Linguagem e Práticas Sociais
DM	mais de 10 anos	Pedagogia com especialização em psicopedagogia
DM	mais de 10 anos	Pedagogia com especialização em psicopedagogia
DM	mais de 10 anos	Pedagogia com especialização em Gestão Escolar
DM	mais de 10 anos	Pedagogia com especialização em psicopedagogia
DM	mais de 10 anos	Pedagogia com especialização em Educação Infantil
DM	entre 0 e 5 anos	Pedagogia com especialização em psicopedagogia
DM	entre 5 e 10 anos	Pedagogia com Especialização em Alfabetização e Letramento
DM	mais de 10 anos	Letras com especialização em Literatura
DE	mais de 10 anos	Pedagogia com especialização em Docência do Ensino Superior
DE	mais de 10 anos	Matemática Com especialização Em Matemática
DE	entre 5 e 10 anos	Pedagogia com especialização em Letramento
DE	entre 5 e 10 anos	Pedagogia com especialização em psicopedagogia
GM	mais de 10 anos	Letras
GE	mais de 10 anos	História com especialização em Gestão Escolar
CM	mais de 10 anos	Pedagogia com Especialização em Libras
CE	mais de 10 anos	Ciências Biológicas com Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional

**Quadro 01: Caracterização das participantes da pesquisa**

Com relação à formação, todos os 21 profissionais da educação são graduados, onde (9) são graduados em pedagogia com pós em Psicopedagogia; (1) graduado em pedagogia com pós em linguagem e práticas sociais; (1) graduado em pedagogia com pós em gestão escolar; (1) graduado em pedagogia com pós em educação infantil; (1) graduado em pedagogia com pós em alfabetização e letramento; (1) graduado em Letras com pós em literatura; (1) graduado em pedagogia com pós em docência no ensino superior; (1) graduado em matemática com pós em matemática; (1) graduado em pedagogia com pós em letramento. Dos dois gestores, somente (01) não possui especialização, os (02) coordenadores da educação especial são graduados e pós-graduados. Quanto ao tempo de trabalho 16 profissionais já atuam na área da educação a mais de (10) dez anos e (04) quatro entre 5 e 10 anos e um (01) de zero (0) a cinco (5) anos.

Após a transcrição do material coletado, iniciou-se a análise qualitativa desta dissertação, onde foram descritos trechos que foram de fundamental importância para a obtenção dos resultados almejados. Os professores, gestores e coordenadores entrevistados serão identificados do seguinte modo: DM -01 até 13 (Docente da Rede Municipal); DE -01 até 04 (Docente da Rede Estadual); e assim sucessivamente, CMU (Coordenador da Rede Municipal); CE (Coordenador da Rede Estadual); GMU (Gestor de Escola da Rede Municipal), GE (Gestor de Escola da Rede Estadual). Como abordado mais acima.

A entrevista foi dividida em dois blocos. O primeiro bloco fala sobre a formação acadêmica dos profissionais de educação que aqui foram selecionados, para que se possa analisar o primeiro objetivo que é a caracterização da formação acadêmica dos professores, coordenadores e gestores do ensino fundamental I.

O segundo trata-se da abordagem das políticas públicas ofertada pelo MEC, na rede Estadual e Municipal de Penedo Alagoas, acrescentando as dificuldades encontradas no processo de formação continuada pelos professores que atuam junto a alunos com deficiência. A seguir definir-se os resultados neste estudo durante a execução dos dados coletados.

O estudo desta dissertação vem pautando sobre a importância da formação continuada para que o profissional da educação possa obter competências necessárias para desenvolver o seu trabalho, no contexto educacional, sem se sentir inseguro. Acerca disso, Gonzàles (2002, p.240) diz que a “competência profissional dos professores sua capacidade para planejar situações de aprendizagem, realizar processo



de adaptação do currículo, elaborar pautas de trabalhos em equipe, etc. adquire uma grande relevância [...]”. Para isso, é fundamental que o professor seja conhecedor das novas práticas pedagógicas, como uso das Tecnologias, ludicidade, interdisciplinaridade, enfim, tudo que melhore o processo de assimilação deste aluno para com os assuntos abordados assim com o das fundamentações teóricas, onde inclui ética, cidadania, respeito, dentre os demais que são obrigatórios, ou seja, que os conteúdos sejam reformulados a fim de transmitir essa informação de forma mais leve e compreensível para que possa suprir as necessidades do sistema de ensino assim como da camada social.

Isso posto, quando durante a entrevista semiestruturada, os docentes foram questionados sobre o que eles entendiam a respeito da formação continuada, as respostas foram as seguintes:

*DM 1 e DM U 8 “São cursos que fazem ir se aperfeiçoando.”*

*DM 2 “Formação com uma sequência de temas a serem explicados, debatidos e estudados”.*

*DM 3 “Que devemos estar sempre em busca de informações.”*

*DM 4 e 5. “Uma formação continuada do indivíduo e melhor exercício da prática.”*

*DM 06 “É uma maneira de continuar a formação a fim de melhorar a prática pedagógica para o bem-estar da escola e do profissional”*

*DM 07 e 8 “É um processo contínuo para aperfeiçoamento e transformação dos docentes em sua prática pedagógica”.*

*DM 09 “Um momento de aderir mais instrumentos para realizar um bom trabalho”.*

*DM 10 “É uma das principais ferramentas de sucesso do profissional”*

*DM 11 “É uma forma de atualizar seus conhecimentos para desempenhar melhor suas competências”.*

*DM 12 “São competências e habilidades para ampliar nosso trabalho e transformar nossas ações em sala de aula”.*

*DM 13 “É a evolução de seu profissionalismo e uma busca para melhorar seu campo de trabalho”.*

Não tão diferente, os professores da rede estadual abordam que para eles a formação continuada é:

DE 1 " *Aquela ação em que o profissional está buscando para uma melhor atuação profissional.* "

DE 2 " *O conjunto de várias ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida e sociedade provocado pelos deficientes e classes sociais* "

DE 3 " *É aperfeiçoar a ação do ensino ao alunado e no meu próprio ensino.* "

DE 4 " *É estar se capacitando para atuar na educação.* "

Nas falas dos participantes percebe-se que, estes conceituam de forma diferente, porém dando o mesmo sentido onde a "Educação" é uma palavra forte: "utilização de meios que permitem assegurar a formação e o desenvolvimento de um ser humano" (Morin, 2003, p. 9), onde é preciso estar ciente que para atuar de forma inovadora é essencial que o mesmo esteja sempre em busca de estarem a par das novas tendências educacionais, tecnologias, material didático e assim atuar de acordo com as necessidades que venha ocorrer ao decorrer do ano letivo, assim Gonzàles (2012) conceitua bem essa posição de formação quando fala que a formação[...] "deve durar por toda a vida profissional" (P.245) compreendendo que essa ação não é terminável e sim continua.

Dando continuidade, ainda na entrevista semiestruturada, foi questionado como acontece essa forma de obtenção de conhecimentos, pois, segundo Paula (2008), "A formação continuada do professor dá-se basicamente na escola, pois este é o espaço da sua atuação diária, como também em eventuais congressos, palestras, cursos promovidos pela escola, mantenedora ou outras entidades". (Paula, 2008, p.5). Esta ação de absorção de conhecimentos acontece dentro da instituição escolar quando há algum problema ou obstáculos em sala de aula que é debatido em reuniões pedagógicas, existindo um diálogo com troca de experiências por meio de suas situações rotineiras do dia a dia no processo de ensino aprendizagem; já, fora da escola, o conhecimento vêm de oficinas, cursos, palestras, seminários, dentre outros, pois, não há como transmitir conhecimentos se o próprio educador não está em

constante pesquisa. Neste sentido, os professores entendem que essa busca pode ser das seguintes formas:

DMU 1 e 13 e DE 1 " *Seminários, palestras, encontros pedagógicos.* "

DMU 2 " *São cursos que acontece de forma Periodicamente.* "

DMU 3, 4, 10, 11 e DE 3, 4 " *Cursos bimestrais.* "

DMU 5, 6 e 8 e DE 2 " *Instituições de níveis superior presenciais ou a distância.* "

DMU 7 " *De forma coletiva.* "

DMU 9. " *Em conjunto trabalhando os critérios do cotidiano.* "

DMU 12 " *Forma continua.* "

Nota-se que todos os professores acima têm ideia de como pode ser as formas do processo de conhecimentos na formação continuada do docente, demonstrando que são ações que precisam ser tomadas para o processo de obtenção de conhecimentos.

Dando sequência, foi acrescentado mais um questionamento a fim de saber se estes profissionais buscam cursos que favoreçam conhecimentos, uma vez que "na atualidade, tem os certeza que a educação só mudará se os professores mudarem [...]".

(Ibernón,2010,p.55). Das participantes, foram obtidas as seguintes respostas:

DM 1 ,2,7,13 e DE 3 " *Não.* "

DM 3,8, 10 e DE 1 ,2 e 4 " *Sim* "

DM 4 " *Sim, sempre procuro ampliar meus conhecimentos.* "

DM 5 " *Sim, sempre que posso estou buscando mudanças.* "

DM 6 " *Sim, pois a dificuldade do trabalho com as crianças com deficiência muda a cada ano.* "

DM 9 " *Sim, sou uma professora pesquisadora das descobertas que almejo.* "

DM 11 " *Infelizmente tenho participado pouco por falta de tempo.* "

DM 12 " *Sim, pois só através das formações que ampliamos nosso conhecimento para praticar em sala.* "

Percebe-se que existem professores que sabem da necessidade de estar em constante formação, porém outros apesar de ter essa ciência não procuram esta se aperfeiçoando ou espera que seja ofertado, o que ocasiona futuramente possíveis frustrações, pois como Lima (2006) aborda “É essencial que os professores reconheçam sua própria importância no processo de inclusão, pois a eles cabe planejar e implementar intervenções pedagógicas que deem sustentação para o desenvolvimento das crianças” (p. 123).

Diante disto, é indispensável que o professor domine o conteúdo a ser ministrado e suas implicações, saber mobilizar de maneira didática, para que o alunado possa, deste conteúdo, se apropriar e fazer uso do mesmo em seu dia a dia. Fazendo isso, a possibilidade deste educador sentir frequente dificuldades diminuirá, podendo, contudo, trabalhar com a diversidade em específico a pessoa com deficiência. Assim se entende que processo de inclusão da pessoa com deficiência “[...] necessita de ações eficazes que garantam o desenvolvimento intelectual, social, efetivo e profissional da clientela a qual se destina” (Guebert, 2007, p.21).

Foi também questionado aos docentes se encontram obstáculos, em seu dia a dia, no trabalho com os alunos com deficiência no contexto inclusivo. A esta questão, responderam do seguinte modo:

*DM 11 e 13 “Sim, por não ter bases teóricas, apoio escolar, cursos, etc.”*

Os professores 11 e 13 abordaram que os desafios encontrados são inúmeros e que a falta de conhecimento de como lidar com a pessoa com alguma deficiência torna o trabalho deficiente no sentido de passar o conteúdo abordado. Dando um sentido parecido o DM pontua:

*DM 1 “Sim, pois na graduação não somos preparados para lidar com alunos com deficiência, então, não sei como incluir eles numa turma pois necessitam de uma atenção especial que não tem como professor dar.”*

A concepção abordada pelo profissional da educação acima é notória, uma vez que sua formação inicial não teve informações nas quais se aborda quem são as pessoas com necessidades especiais e quais estratégias poderia ser apresentada para trabalhar

de maneira que todos os alunos se interajam. Pois “para ensinar a turma toda se parte do fato de que os alunos sempre sabem alguma coisa de que todo educando pode aprender, mas no tempo e do jeito que lhe é próprio [...]” (Mantoan, 2006, p.48) assim entende-se que o ponto de partida é ter uma visão diferenciada para ultrapassar essas barreiras e conseguir ministrar suas aulas com dinamidade.

Além disso, expressam que o excesso de alunos dificulta o rendimento do mesmo como afirmam os professores quando perguntados se há barreiras informando que:

*DM 2 “Algumas. Uma delas são as salas cheias, dificultando por necessitar de tempo a mais para dedicar a criança com deficiência”.*

*DE 3 “Sim, pois na sala tenho pouco tempo para dá atenção a ele no sentido de aprendizagem, pois requer atenção só para eles”.*

Continuando o professor abaixo descreve que:

*DM 7 “A falta de apoio de todos da escola, e também recursos didáticos apropriados para essa transmissão de conhecimentos.*

*DM 6 “O apoio da escola para me especializar e recursos didáticos que a escola não possui.”*

*DM 8 “Falta de recursos pedagógicos”.*

*DE 1 “Falta de suporte na escola”*

Diante das informações transmitidas pelos professores, observa-se que são vários entraves com relação ao ato de ensinar a pessoa com deficiência, além do fato de obter salas cheias, a falta de materiais adaptados que sejam vinculados as disciplinas e a deficiência de cada um, assim como o apoio que não se tem é algo que retarda ainda mais, não só a aprendizagem desta criança como também um desgaste do educador, como afirmam os profissionais.

Outro ponto abordado pelos professores é a ausência da família como um forte elo para aprendizagem desta criança, pois eles entregam seu filho na escola e esquece-se dos seus deveres como pais. Neste sentido, Figueira (2014) diz que, em muitas das vezes, as famílias não estão preparadas para receberem um membro fora do padrão, surgindo à rejeição, segregação e reações que são parecidas com as sensações dos professores, e isso ocasiona muitas das vezes a entrega de seus filhos aos cuidados dos docentes, como explicado na fala do professor abaixo:

*“A falta de apoio familiar, eles colocam o aluno na escola e não faz a sua parte em fazer um elo com os professores na busca de melhorar, tanto a aprendizagem quanto a socialização” DM 3*

Essa informação é importante para ambas as partes, pois, segundo Pacheco (2007), os pais precisam expor suas ideias com relação ao que se deseja na educação escolar de seus filhos. Já os professores por sua vez precisam da ajuda dos pais para que essa realização se concretize, pois é na família que se encontra a primeira base para vida humana, seja da pessoa com ou sem deficiência, como afirma Aranha (2006) “a educação dada pela família fornece o “solo” (...) Portanto, a família é o local privilegiado para o desenvolvimento humano pg. (61)”.

Houve professores que relataram não está tendo nenhum obstáculo, por estar sempre em contato com informações pertinentes ao processo de ensino aprendizagem mostrando-se muito confiantes, nas falas das professoras:

*DM 4 e 10 “ No momento não tenho alunos especiais.*

*DM 5 “No momento não, está tudo tranquilo”.*

*DM 9 “Não, estou sempre em busca de conhecimentos”.*

*DM 12 e DE 4 “Não, tenho auxiliar em sala para trabalhar com eles”.*

*DE 2 “Depende do grau de deficiência.”*

Os professores relatam que por não ter alunos com deficiência ou até mesmo por ter auxiliar, no momento não está tendo nenhum obstáculo, já o professor 2 diz que as dificuldades sentidas ao decorrer de sua aula advêm de acordo com a deficiência que o aluno tem, porém aqueles que sempre buscam conhecimentos a respeito das diversas deficiências estão conseguindo transmitir suas aulas realizando seu trabalho sem sentir dificuldades. Mas há também os professores 4 do estado e 12 do município que se sentem mais seguros devido a existência de pessoas que auxiliam esse processo de informação.

Diante disto, sabe-se que o processo de inclusão não é algo fácil, todavia pode ser realizado, desde que o professor primeiramente saiba definir, buscar teorias para transformar em prática, diante disto, visou-se saber o que estes profissionais da

educação assimilam sobre o que vem a ser inclusão de aluno com necessidade especial em sala de aula.

Primeiramente existem aqueles profissionais que dizem que o processo de inclusão é árduo por ser:

*DM 4 " Um desafio que encaro com diversas estratégias para contribuir com o avanço de aprendizagem " .*

*DM 6 " É um desafio entre a realidade e o ideal pois faz-se necessário uma mudança de paradigma no próprio sistema educacional pois a ideia de uma sociedade inclusiva se fundamenta em reconhecer diversidade e acessibilidade partido do princípio de um cenário ético para os direitos humanos. "*

*DM 7 " E um desafio porque implica nas práticas pedagógicas e os professores precisam de formação para atender essas crianças. Pois inclusão, não é receber a criança na sala. Mas envolve-la nas atividades desenvolvidas em sala respeitando suas limitações. "*

Analisando essa parte da entrevista, percebe-se que os professores encaram o processo inclusivo da pessoa com deficiência como um desafio a ser vencido cotidianamente. Deste modo, para que se possa fazer um processo de ensino aprendizagem coerente com a necessidade de cada educando, faz-se necessário recurso, uma vez que "[...] a realização do ensino necessita, como o qualquer outro trabalho, de certo domínio de habilidades, técnicas e, em geral, de recursos para a ação didática [...]" (Paula, 2008, P.12), coisa que na maioria das vezes, é algo inacessível.

Assim, para os professores envolvidos na pesquisa, inclusão escolar é:

*DM 10 " Incluir em atividades e trata-los com carinho. "*

*DM 5 " Incluir os alunos de forma cooperativa e participativa. "*

*DM 8 " Inserir os alunos com deficiência com os ditos normais. "*

Mas para que isso seja viável na visão dos professores 1 e 3 do Município e 3 do Estado tem que:

*DM 1 "Trabalhar igualmente com todos fazendo com que eles aprendam de uma forma dinâmica e criativa".*

*DM 3 "Fazer com que eles se interajam com a sociedade e com a comunidade em que estão inseridos.*

*DE 3 "Trabalhar igualmente com todos, fazendo com que eles aprendam de uma forma dinâmica e criativa.*

De forma diferenciada da posição dos demais professores acima, o professor 12 diz que no ato de incluir existe:

*"Troca de experiência em sala de aula." DM 12*

Além disso,

*DE 1 "É uma medida muito boa para que nossas crianças especiais estejam em convívio com as demais crianças".*

Os professores acima apresentam diversos pontos de vista com relação a inclusão da pessoa com deficiência em sala. Mantoan (2015), por sua vez, afirma que incluir é ensinar sem diferenciar, é parar com a prática de um ensino transmissivo e passar a fazer de sua ação uma pedagogia ativa, dialogada e interativa. Mas, com base nos dados coletados, percebe-se que há professores que acham que incluir vai além dos conceitos acima:

*DM 9 "É da assistência a quem está precisando, buscar prioridades para realizar um trabalho com clareza.*

*DM 11 "Possibilitar um bom processo de aprendizagem".*

*DM 13 "É acolher igualmente na medida do possível".*

*DE 2 "Aceita-os sem barreiras."*

*DE 4 "Aceita-os como eles são".*

*DM U 2 "Incluir os que se acham excluídos"*



Assim, cada professor contribuiu com o seu ponto de vista com relação ao que eles entendem sobre o processo de inclusão de alunos com necessidades especiais em sala de aula do ensino regular.

A fim de aprofundar mais a pesquisa foi perguntado aos professores se sentem preparados pedagogicamente para trabalhar com alunos com deficiência e ou com necessidades educacionais especiais. Diante deste questionamento foram obtidas as seguintes posições

*Os DM 01,05,06,07 10,11 e o DE 1, 2,3 de forma bem ligeira menciona que "Não", foi acrescentado na pergunta o que lhe faltava, obtendo a mesma resposta "a falta de cursos na perspectiva da inclusão".*

Uma posição bem marcante foi a do docente 6 pois o mesmo diz:

*"No momento não há como está preparado para receber as múltiplas deficiências existentes no ambiente pedagógico." DM 6*

Foi perguntado o porquê dessa afirmativa e mais uma vez a mesma retornou afirmando:

*"Mandam-nos alunos com diversos tipos de deficiência sem ao menos nos dá nenhum embasamento do que os mesmos possuem, muito menos dizem que se precisarmos podemos contar com eles (coordenação, direção, SEMED) não dando a oportunidade de nos prepararmos para receber este aluno antes ou depois do início do ano letivo" DM 6*

Percebe-se em suas palavras a indignação de não saber trabalhar com as diversas necessidades e ter que fazer o processo de inclusão sem ao menos obter o conhecimento necessário para deixá-los mais confortável, E isso, na concepção Raíça (2008,p.20), "(...) costuma ser assinalado como um dos fatores que obstruem ou dificultam a implantação da inclusão no âmbito escolar."

Dando continuidade os professores a seguir relatam que:

*“Nunca estamos, pois, uma graduação ou especialização nunca prepara 100% o profissional e sim, o dia a dia”. DM 2*

*“Ainda não, porém estamos sendo assistidos por auxiliares, porém ainda falta muito.” DM 12*

*“Não. O município não disponibilizou cursos para aperfeiçoar os profissionais da área, dificultando o andamento”. DM 3*

Observa-se na fala do docente municipal 2 que ambas as formações não é um ponto permanente e sim algo que precisa ser sempre buscado. Como é possível perceber na fala do Professor 03, a carência de formação na área da inclusão é marcada como o basal causador de insegurança em receber o aluno com deficiência em sala de aula e fazer a prática de ensino aprendizagem ocorrer de forma eficiente e eficaz. Mais uma vez Mantoan (2006) mostra que essa formação continuada “deve ser compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino (...). (P.57) Entretanto, apesar dos relatos dos professores acima, dois professores dão outro sentido a questão estabelecida nesta classe. De acordo com DM U 4 diz estar preparada para atuar no contexto educacional inclusivo, pois,

*“ Trabalho na área de inclusão como auxiliar em outra escola e os conhecimentos que tenho me ajuda a desenvolver uma metodologia diferenciada respeitando os limites com essa aluna”. DE 4.*

*DM 9 Também afirma está preparada, uma vez que,*

*“ Desenvolvo todos os materiais em sala, assim estamos alcançando nossa meta.” DM 9*

Ambos os professores transmite confiança em sua preparação e prática pedagógica, porém não teve como passar despercebido a fala do docente 4 do município, uma vez que, em sua pronúncia a sua posição foi em somente acompanhar alunos com Down, isso é preocupante, uma vez que segundo Ramos (2016): (...) O professor não pode

prever que tipo de deficiência ele atenderá em sua sala a cada ano letivo” (P 55).<sup>2</sup> E ainda diz que o educador não precisa ser especialista na deficiência que o Plano Nacional de Educação tem e sim ir em busca de informações para o conhecimento da dinâmica geral, as demandas e limitações do mesmo para um bom desenvolvimento em sala de aula. Desta forma precisam os está disponível para atender todos os tipos de deficiência, e não somente uma.

De forma aprofundada nesta análise, pode-se dizer que as pluralidades dos professores assumiram sua responsabilidade, por também está assegurado também na lei o pacto com a recepção destes alunos em sala, ou seja, o compromisso com a escola inclusiva, porém não se sentem preparados pedagogicamente para receber de maneira inclusiva como aborda as leis, decretos e demais documentos, enfim, não consegue acolher como deve se enquadrar na lei.

Os demais professores, demonstraram em sua fala e expressão facial não estar preparados porque não tem formação continuada designada a proposta da inclusão, uma vez que, “o processo de inclusão escolar exige do professor a construção permanente de novos conhecimentos”. (Vasconcelos, 2006, P.57).

Quando perguntados se os participantes participam ou participaram, recentemente, de alguma formação continuada voltada para a proposta da inclusão, e como foi ou como está sendo, os resultados obtidos foram os professores 3, 4,5,7,10,11 e 12 do Município e os professores 2,3,e 4 do Estado afirmaram que “Não” participaram de nenhuma formação recentemente. Isso é prejudicial em sua prática docente, pelo fato de estarem desatualizados, Silva e Ferrari(2013) “Muitos professores não se sentem comprometidos com a inclusão e ficam à margem do processo, não tomam consciência da sua importância, acham que a responsabilidade é de outros profissionais. ( P. 8) , todavia, ao contrário dos professores, obtiveram -se os seguintes argumentos:

---

DM 1 "Já. Foi uma palestra. Foi muito útil, porém pouco para atuar de forma significativa e pela falta de experiência".

DM 2 " Sempre que tenho oportunidade. "

DM 5 " Sim, com o tema educação e desigualdade social foi super. Importante. "

DM 6 "Sim, recentemente em um curso de educação e pobreza que explorei alguns conhecimentos a respeito das desigualdades e da dificuldade o papel da escola que visa a ética e a igualdade do acesso e permanência na escola".

DM U 8 " Sim ", muito bom, mas ainda assim é pouco para aderir o suficiente.

DM 9 " Sim, muito bom, pois me ensinou a trabalhar com jogos. "

DM 13 " Sim, aprendi coisas importantes "

DM 1 " Sim, foi muito bom "

É constatável que, estes professores têm noção da importância em estar preparado pedagogicamente e que para isso os mesmos precisam estar em formação advindas de cursos de formação, pois destas é que se tem embasamento de como trabalhar com a diversidade da atualidade, pois o professor regente é o responsável pela formação e aprendizado do aluno com ou sem deficiências. Porém, isso não quer dizer que ele tem que fazer tudo só, o professor e a escola têm que trabalhar em conjunto nestas circunstâncias os mesmos foram indagados sobre como eles são orientados a receber o aluno com necessidades especiais os mesmos informaram que:

DM 1 " Existe conversas e apoio pedagógico, porém não obtive nenhum resultado.

DM 3 " A tratar de forma igual".

DM 4 " Com orientações pedagógicas. "

DM 11 " Somos orientados a sempre inserir o aluno nas atividades de forma a explorar seu potencial".

DM 12 e 13 " Em trata-los por igual os recebendo bem. "

DE 1 " A receber este aluno como o qualquer outro. "

DE 2 " A dar uma atenção maior".

DE 2 " A dar uma atenção maior"

DM 8 e 10 " Da mesma forma que recebe o dito Normal". DE 4 " Com carinho e atenção "

Sabendo que é importante essa informação de como trabalhar com as pessoas com deficiências os professores abordam que antes da entrada dessa criança em sala eles são orientados, mas observa-se que de forma diferenciada coisa que os professores abaixo afirmam não ter como as falas a seguir:

*DM 2 " Não sou orientado, só me informam que é especial e pronto, me oriento na internet. "*

*DM 5 " Não sou orientado ".*

*DM 6 " Não me lembro de ser orientado em nada. "*

*DM 7 " Não há nenhuma orientação. "*

*DM 9 " Não tenho orientação na escola, vou buscar na internet. "*

*DE 3 " Não há orientação ".*

Observa-se que as afirmações dos docentes acima evidenciam que não existe orientação de como trabalhar com essas crianças ou jovens com deficiência na escola. Nesta perspectiva, o diretor poderá "auxiliar os professores no desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino diferenciadas que favoreça o processo educacional inclusivo". (Vioto, Vitaliano 2012, p.13) nesta perspectiva o gestor poderá contribuir dando apoio aos profissionais do ensino regular possibilitando ações para o desenvolvimento não só do professor como também do alunado. Dando continuidade foi perguntado ainda se, nos encontros de reuniões pedagógicas, existem discussões a respeito dos alunos com necessidades especiais e, se sim, qual seria a relevância desse momento para os docentes.

Assim os profissionais da educação pesquisados responderam que:

DM 2 “ *Sim, mas orientações vinda de professores, mas sem respostas concretas de como proceder com essas crianças.* ”  
 DM 3 “ *Sim, debatemos as necessidades encontradas em cada aluno.* ”  
 DM 4 “ *Sim, um momento que aumento meus conhecimentos.* ”  
 DM 5 “ *Sim, abordagem específicas com algumas situações paralelas.* ”  
 DM 8 “ *Sim, debatemos nossas dificuldades.* ”  
 DM 9 “ *Sim, as formações e reuniões são de forma paralelas.* ”  
 DM 10 “ *Sim, é de suma importância.* ”  
 DM 11 “ *Sim, aprendemos com a experiência do outro.* ”  
 DM 12 “ *Sim, pois há uma troca de experiência.* ”  
 DM 13 “ *Sim.* ”  
 DE 2 “ *Sim, tiramos nossas dúvidas.* ”  
 DE 4 “ *Sim, falamos como poderemos desenvolver algumas atividades.* ”

É considerado importante esse momento onde os professores debatem e trocam experiências com relação a como trabalhar com a pessoa com deficiências, pois com o afirma Martins (2006) “O educador ético é reflexivo, analisa os porquês da sua ação, por isso sabe o que faz, para que faz, por que o faz, para o que faz e analisa, seleciona e escolhe os meios de concretizar o seu fazer”. (P.44-45).

Mas, em contrapartida, sobre o mesmo assunto, alguns professores relataram que:

DMU 1 “ *Não existe, seria importante para por tratar das dificuldades e trocar experiências.* ”  
 DMU 6 “ *Não, pois pouco se fala no assunto.* ”  
 DMU 7 “ *Não há orientação.* ”  
 DE 1 “ *Não, nunca teve.* ”  
 DE 3 “ *Não, acharia muito bom, pois tirava minhas dúvidas.* ”

Finalizando a entrevista, a última questão aplicada inquiriu as professoras se, na escola em que lecionam, há algum projeto que vise a qualificação no processo de ensino por parte do educador, e aprendizagem por parte do aluno. Acerca disso, elas informaram que:

DM 1,2,4,5,6,7,9,13 e 2,3 e 4 DE “ *Não.* ”  
 DM 3 e DE 1 “ *Sim.* ”  
 DM 8,10,11,12 “ *prefiro não declarar.* ”

Diante das respostas dos professores acima, pode observar que a maior parte dos docentes afirma não ter projetos que de suporte a estes em debater uns com os outros a melhor de forma de transmitir os ensinamentos assim de trabalhar diversos recursos com a mesma finalidade de educar aos alunos com deficiência, González (2002) quanto a projetos é importante que o mesmo [...] “contemple todos os alunos e comprometa todos os professores num trabalho cooperativo” (p. 254) assim todos poderão obter um bom posicionamento profissional.

Os professores 3 e 1, já afirmam que na escola em que atuam existe projetos que ajudam aos professores nesta jornada, e os demais professores optaram em não declarar.

### 5.1.2 Aplicação da entrevista com gestores da escola municipal estadual

A aplicação da entrevista com os gestores teve por finalidade conhecer a veracidade das informações relatadas pelos professores para que desta, consiga-se alcançar os objetivos que foram fundados nesta pesquisa. O modelo da entrevista que foi aplicada aos gestores encontrasse no Apêndice C.

Quando indagamos as gestoras sobre o que elas entendem sobre inclusão educacional, ambas definiram como:

*GM “Que toda criança com deficiência tem que está incluída na escola, não pode ficar fora, às vezes sabemos a existência de escola que rejeita”.*

*GE “Independente de que seja, uma pessoa com deficiência para mim inclusão deve acontecer sempre, pois é o ato de igualdade entre os diferentes individuais envolvidos no processo escolar é aceitar e ajudar a crescer dentro de suas possibilidades”.*

Como é possível perceber nas falas, ambas têm um ponto de vista diferenciado sobre o assunto, mas é constatável que estas sabem que a pessoa com deficiência tem que ser incluída na sala de ensino regular e ser tratada de forma igual, onde para isso destaca-se que o educador precisa saber fazer uma boa dinâmica para o bom funcionamento do sistema educativo.

Também foi perguntado a elas sobre o que seria uma Escola Inclusiva. Como resposta elas disseram :

*GM "É a que trata bem o aluno que busca subsídios para aprender".*

*GE "Onde todos são respeitados e aceitos como são, aqui em nossa escola sempre tratamos com muito carinho e damos muita atenção, sempre procuramos inseri-los em todas as atividades que desenvolvemos assim eles se sentem incluídos".*

Nesta conjuntura Anjos (2010) diz que os gestores podem desenvolver no ambiente escolar uma postura colaborativa, onde todos participam buscando desenvolver estratégias para que a pessoa com deficiência se sinta parte de todo o contexto. Neste processo a primeira ação "[...] é construir uma comunidade inclusiva que englobe o planejamento e o desenvolvimento curricular [...]" (p.3).

A fim de aprofundar mais sobre esse processo de inclusão foi indagado ainda quais ações tem sido feita para promover o processo de inclusão da pessoa com deficiência na escola.

*GM "Procuro trazer a escola Matérias pedagógicas, lúdicos, jogos tudo que é possível para que essas crianças sejam inclusas e alfabetizada".*

*GE 2 "Nunca recusamos pessoas com deficiência, buscamos junto a GERI os professores auxiliar para os mesmos, orientamos acompanhamos e incentivamos os diversos cursos e capacitações que encontramos ou nos são disponibilizados."*

Analisando as respostas dadas pelas gestoras, foi possível identificar que a gestora municipal tem a preocupação em levar ao ambiente escolar material didático que de o suporte a estes professores para o processo de alfabetização, já a gestora estadual busca orientar aos profissionais tendo o apoio da GERE para que este educador possa se posicionar em sua sala de forma segura, assim foi questionado a estes gestores se em algum momento eles perceberam que houve a não aceitação do aluno com deficiência em sala de aula, obtivemos os seguintes retornos.

*GM "Sempre há".*

*GE "Sim, houve".*



Necessitando de mais esclarecimento com relação a respostas destes profissionais, sentiu-se a necessidade de perguntar o que eles acham que levou esse professor a tomar essa decisão, assim mais uma vez disseram que.

*GE "Esses profissionais que são a minoria, acreditam que um aluno assim dá trabalho, atrasa o rendimento da turma".*

Já a Gestora Municipal fala que:

*GM "A maioria dos profissionais desta escola não estão preparados, acredito que umas das principais causas são a falta de conhecimentos de como trabalhar com esses alunos, e esse conhecimento só se obtém quando o profissional vai à procura de cursos e formações, coisa que poucos aqui fizeram".*

Dessa forma compreendeu-se que na fala do gestor municipal a falta de preparação dos mesmos é um dos principais fatores que ocasiona o entrave do professor do ensino regular como afirma Lopes e Hattge (2009) com relação aos profissionais despreparados "o aluno com deficiência representa uma ameaça, provocando-lhes sentimento de pena, repulsa, medo, ameaça, ansiedade e impotência". (p54), tendo essa visão posicionada pelos autores, fomos aprofundando mais a pergunta querendo saber se estes professores contam com momentos de formações continuada voltada a proposta da educação inclusiva, assim as respostas foram :

*GM "Atualmente a SEMED oferta, há encontro com a coordenação onde estão fazendo palestras com profissionais falando respeito. Quanto a contribuição a secretaria já oferece".*

*GE "Sim, recebemos orientações diretamente da 9ª Gerência e todos os cursos ou capacitações indicadas na dimensão".*

Mais uma vez Tessani (2010) diz que é importante "[...] a preparação da equipe para trabalhar de maneira cooperativa e compartilhar seus saberes, a fim de desenvolver um programa de equipe em progresso contínuo" [...] (p.292). Sabendo disso foi interrogado sobre enquanto gestor/a, como tem contribuído para que essas formações sejam realizadas.

*G M "A SEMED, sempre oferta, mas lembro-me que em 2016 foi feita uma palestra onde abordava crianças com dificuldades de aprender".*

*G E "Sempre colocô no grupo da escola formações que estão acontecendo no ambiente virtual".*

As gestoras com as posições aqui colocadas firmam que não há cursos de formações desenvolvidos na escola, onde a gestora municipal diz que a responsabilidade fica por parte da SEMED, já a gestora estadual diz que alertam seus professores por meio do grupo da escola via WhatsApp onde coloca links de formações online, cabendo a este professor fazer ou não esse curso.

Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, as pessoas com necessidades especiais têm o direito de um monitor ou cuidador para auxiliar em atividades de higiene, no ambiente educacional, dentre outros, neste sentido foi perguntado aos gestores se eles veem a necessidade de solicitar apoio de pessoas especializadas para o processo de inclusão, com relação a dá mais condições a estas pessoas com deficiência em estar fazendo parte do ambiente escolar.

*G M "Sim, por isso existe, os profissionais que aqui estão da área da inclusão".*

*G E "Sim, Todos os nossos alunos especiais fazem acompanhamento médico e tem professores auxiliares na sala de aula. A GERE também nos acompanha nesse processo. Não temos dificuldades".*

Ainda neste sentido a ofertar um momento de aprendizagem foi questionado a estes gestores se a escola dispõe de recursos didáticos e tecnológicos necessários ao trabalho com as diferentes deficiências, pois é dever do gestor "prover os recursos materiais e humanos necessários ao desenvolvimento do processo de aprendizagem dos alunos com NEE". (Vioto & Vitaliano, 2012, p.14)

*GM "Somente jogos educativos, sendo este feito pelo professor auxiliar, tendo um tempo para jogos".*

*GE "Sim, na medida do possível. Alguns possuímos, outros incentivamos nossos professores produzirem e todos são utilizados de acordo com a necessidade de aprendizagem de cada aluno".*

Com base nos relatos dos professores indagamos ainda se há, por parte dos docentes da escola, a dificuldade no trabalho junto à pessoa com deficiência, e se caso haja quais as estratégias/ações por parte da gestão para lidar com a insegurança sentida pelo professor.

*GM "Existe, mas sento e converso com eles como deve ser trabalhado".*

*GE "Sempre há, mas sempre estamos acompanhando esse trabalho junto aos nossos professores auxiliares que os acompanha de perto e auxilia o professor da turma lidar e trabalhar com a pessoa com deficiência".*

Sabendo dessa dificuldade os gestores apresentam em suas palavras estar presente, em cada processo desenvolvido em sala, e esse acompanhamento pode ser um apoio no sentido de tomada de atitudes positivas. O gestor em sua função precisa desenvolver uma gestão escolar pedagógica participativa, onde ocorram mudanças para o bem de todos que fazem parte da escola, em específico a pessoa com NEE, sabendo desta ação ainda foi perguntado como a escola reage quando se encontra frente aos desafios oriundos do processo inclusivo.

*GM "Procuro contato com os pais para possível solução junto com a coordenadora".*

*GE "Com cautela e sem muita dificuldade. Todos os funcionários são informados sobre nossos alunos o que facilita o trabalho com os mesmos em todos os sentidos".*

Interpretando a fala do gestor municipal, o mesmo procura ter apoio da família para que juntos possam tomar as possíveis decisões a fim de melhorar o processo de desenvolvimento dentro da escola, o outro gestor já aborda que o processo tem o envolvimento de todos os funcionários, assim partirá do micro para o macro.

Dando continuidade, segundo Granemann e Gricoli (2011) “a construção de um projeto pedagógico que privilegie práticas heterogêneas e o protagonismo dos professores são vistas como chaves para a inclusão” (p132). Sabendo desta informação foi acrescentado aos gestores se no PPP da escola é abordada a questão da inclusão e da formação continuada e como está sendo tratada essa temática.

*G M “ Não, porém estamos realizando um novo PPP, devido a isso não terei como definir.”*

*G E “ Não, mas abordamos o respeito ao próximo, estamos montando o novo PPP e poderemos rever essa possibilidade de formação continuada”.*

Apesar do PPP da escola ainda não abordar esse ponto, as gestoras demonstraram interesse em acrescentar algo sobre formação continuada, pois isso será um ponto importante para a evolução da escola, onde todos estejam comprometidos em realizar ações que estão descritas no PPP, documento de grande acuidade no ambiente educacional, neste enlace com o propósito de saber mais foi perguntado na gestão na qual ele se encontra tem planejamentos onde visa ações de formação, sobre a temática da educação inclusiva, para os funcionários da escola e com o isso é realizado.

*G M U “ Como já havia falado a SEMED, sempre está ofertando formações aos professores”.*

*G E “ Sim, sempre estamos fazendo com nossos professores auxiliares, porém sempre orientamos os demais professores mantendo um contato próximo e atento as mudanças”.*

A gestora municipal, em sua fala pontua que essa formação compete a SEMED, não a ela assim não planejou formação voltada a perspectiva de educação inclusiva, já a gestora estadual fala que para os professores do ensino regular há a orientação e a observação com relação à mudança de comportamento tanto do professor quanto do coordenador, é que as formações que são disponibilizadas estão somente ofertadas aos professores auxiliares.

### 5.1.3 Aplicação da entrevista com os coordenadores da educação inclusiva.

Inicia-se a análise dos resultados obtidos pela técnica de entrevista junto aos coordenadores da educação especial, a qual estes foram importantes para o desenvolvimento do trabalho executado. Os 2 (dois) coordenadores responderam que prestam serviço para a rede municipal Secretaria Municipal de Educação-SEMED e estadual 9º Gerencia Regional de Educação GERE. Dessa forma foram obtidas respostas com relação aos conhecimentos, abordagem ao tema Análise do processo de formação continuada a partir da perspectiva do professor de ensino fundamental I no Município do Penedo Alagoas e sua incidência na inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais.

As primeiras questões tiveram como intenção obter informações pertinentes a formação continuada dos professores, assim foi questionado aos coordenadores qual é a importância da formação continuada para os professores da rede:

Assim responderam que é importante,

*C M "Por ser um processo de ensino intencional inserido em um curso, que visa à melhoria da prática do professor em sala de aula, a formação continuada deve ser planejada e avaliada, pois estamos sempre aprendendo algo novo, repensando nossos conhecimentos, pondo em cheque nossa prática de sala de aula".*

*C E "Por ser o suporte para a construção de normas, conceitos e prováveis mudanças de comportamento para uma melhor prática pedagógica, onde precisamos ter também um foco humano para respeitar os limites dos estudantes com deficiência".*

Ambos coordenadores definem que a formação é uma aliada para a mudança em suas práticas pedagógica de modo inovadora e que esta, seja voltada a pessoa com ou sem deficiência, pois como Mantoan (2005) aborda "Você não pode ter um lugar no mundo sem considerar o do outro, valorizando o que ele é e o que ele pode ser. [...] para nós, professores, o maior ganho está em garantir a todos o direito à educação". (Mantoan, 2005, p.25)

Consequente foi questionada as coordenadoras se a Secretaria de Educação oferece formação continuada para os professores das salas Regulares que tem alunos matriculados, se isso acontece semanalmente ou mensalmente, pois de acordo com Arruda e Almeida (2014) a “transformação da escola passa obrigatoriamente por uma política de formação e educação continuada dos professores, verdadeiros pilares para a construção da inclusão escolar”. (2014, p.6). Assim as coordenadoras responderam .

CM *“Sim, de forma planejada, de acordo com as dúvidas e dificuldades dos profissionais, muitas vezes em forma de oficinas, para melhorar as estratégias aplicadas em sala, e estas formações estão ocorrendo semanalmente”.*

A coordenadora Estadual, diz que:

CE *“Não só para os regulares e sim todos. As formações são oferecidas pela secretaria do estado-SEDUC. A gere tem ofertado formações para os profissionais da escola em geral. Um momento foi com 8 horas de curso online e 5 horas presencial”.*

A coordenadora pronuncia que as formações têm como pauta principal as dificuldades apresentadas por todos os profissionais, diante disso os trabalhos são desenvolvidos no momento por oficinas semanalmente, já a outra gestora diz que as formações são para todos, onde está sendo dividido em momentos presenciais e online. Sabendo da existência dessas ações, foram perguntadas as coordenadoras como está sendo abordada a questão da inclusão das pessoas com deficiência para os professores do ensino regular das Escolas Estaduais da cidade de Penedo .

CM *“Inicialmente a orientação é com os diretores, atendo primeiro a eles, para daí partir para o público maior, com reuniões pedagógicas, diante do que eles passam elaboramos o que tem que ser feito, temos contatos com os pais, pois a escola não funciona sozinha, tudo que os profissionais transformar em quatro horas os pais acaba com 20”.*

Ver que a primeira coordenadora inclui a família nesta ação, pois de acordo com Figueira (2014) a família também faz parte do ambiente escolar e com a ajuda destes pais e familiares a educação desta criança só tem a crescer.

A coordenadora municipal ainda complementa dizendo que

*CM "Faço a reunião com os pais com muitas dinâmicas, onde o interesse de 40 só participa 20".*

*A coordenadora 2 em sua fala diz que*

*CE " Qualquer esclarecimento que a população escolar sinta com relação a inclusão de seus filhos a gestão e coordenação faz o papel de esclarecer, agora caso persista a dúvida, nós iremos até os mesmos para possíveis esclarecimentos. "*

*CE "A escola se responsabiliza por essa informação, todavia orientamos para que proporcionem uma escola acolhida onde todos sejam tratados com igualdade".*

Fazendo uma breve análise, se ver que ambas as coordenadoras afirmam ser responsabilidade da gestão e coordenação essas informações, porém se persistir alguma lacuna ambas entram em ação. Com a intenção de diminuir a falta de conhecimento de como é feito o processo de inclusão e o processo de ensino aprendizagem é que surge os projetos como um forte aliado a essa informação de forma diferenciada, onde além de fazer um trabalho dinâmico os familiares verão de perto as ações que estão sendo desenvolvida, diante disso como parte de grande acuidade o projeto é um bom aliado para que a inclusão aconteça de forma propícia, pois como afirma Farias, Dias (2007) na elaboração do projeto [...] são compartilhados desejos, crenças, valores, concepções, que definem os princípios da ação pedagógica e vão delineando, em um processo de avaliação contínua e marcado pela provisoriade, suas vetas, seus objetivos, suas formas de organização e suas ações (Faria; Dias, 2007, p. 20). Assim foi acrescentado a estes profissionais se a Secretária tem atualmente projetos relacionados à formação continuada do professor na perspectiva da educação inclusiva.

*CM 1 " Sim, como já havia falado estamos sempre buscando o melhor"*

*CE 2 " Sim, a 9ª Gere se preocupa com esse público, por isso estamos sempre procurando oferecer o melhor.*

A fim de aprofundar mais a pesquisa e entender como está sendo abordada a formação dos profissionais do ensino regular foi acrescentado à pergunta anterior o que os professores podem esperar da secretária com relação a cursos de formação

continuada na perspectiva da educação inclusiva para o processo de ensino aprendizagem.

CM *“Os profissionais do ensino regular assim como os auxiliares não estão à espera, eles já estão obtendo formações e ao longo do ano de acordo com o calendário de formações da SEMED, as formações estão acontecendo, cada uma trazendo temáticas importantes dentro da educação inclusiva”.*

CE *“A Secretaria do Estado e Educação-SEDUC, todo ano tem ofertado formação continuada com vagas para todas as gerês inclusive a 9ª GERE”.*

A coordenadora do município afirma que os professores do ensino regular e os auxiliares estão tendo formações voltadas à educação inclusiva então eles não esperam e sim estão tendo, já a outra coordenadora afirma que a SEDUC é quem fornece essas formações onde professores e auxiliares tem acesso.

Sabendo que o processo de ensino aprendizagem se torna mais prazeroso e fixa melhor quando se tem materiais pedagógicos na escola para dá suporte a ambas as partes (professor e aluno) foi questionado a esses coordenadores se a Secretaria fornece recursos didáticos e tecnológicos que possam auxiliar o trabalho do professor em sala de aula, uma vez que a Lei brasileira de inclusão das pessoas com deficiência, Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 em seu Art. 2º inciso III, fala que a pessoa com deficiência tem direito a tecnologia assistiva que auxilia ao mesmo a entender o que se está sendo transmitido de forma que promova a participação, funcionalidade e relação com os outros, dando assim a autonomia para sua qualidade de vida no ambiente educacional, assim estes responderam que:

CM *“As escolas têm a liberdade de comprar os recursos, são disponibilizados na formação apostilas em PDF. Peço para levar pen drive para dar livros eletrônicos”.*

CE *“Não. Os recursos normalmente são distribuídos pelo MEC ou a escola através de recursos financeiros recebido do Governo Federal e/ou Estadual adquire algum recurso didático. O ano passado viram carteiras adaptadas para as cadeiras. A gere não oferta sala de AEE”.*

Nota que na fala de ambos os gestores que essa compra parte da necessidade da escola, onde o gestor usa do recurso recebido para comprar os materiais que acham



necessário, porém a coordenadora do município contribui fornecendo materiais para leitura em PDF, já a coordenadora do estado não fornece, deixando somente a responsabilidade para a escola.

Consequente foi perguntado como é feito o requisito desse material pedagógico adaptado pela equipe de professores e gestores para os alunos da escola as coordenações de educação inclusiva pode incluir formações continuada aos profissionais.

*CM "Os gestores gerenciam seus recursos recebidos pelo PDDÉ, com isso compram de acordo com a necessidade da instituição"*

*CE "O gestor faz um memorando e envia para a GERE onde a mesma abre um processo solicitando os materiais solicitados".*

Observa-se no retorno dos coordenadores que, os gestores são também quem comanda essa parte de materiais adaptados ou até mesmo pedagógicos para as crianças com necessidades especiais, assim compete ao gestor junto com os professores ver qual é a real necessidade e juntos decidirem o que irão comprar para o benefício deste alunado, continuando a entrevista fomos para a próxima pergunta onde foi questionado quais os elementos necessários para que o professor faça acontecer a inclusão de alunos com deficiência em uma escola de ensino regular.

*CM "O querer fazer a inclusão".*

*CE "Estar em constante aperfeiçoamento".*

Eles afirmam que somente o educador é o principal responsável em fazer a inclusão acontecer, contudo o querer fazer é o pulsar positivo do fazer acontecer, quando se sabe que existe outros fatores que contribui no processo de inclusão da pessoa com deficiência no contexto escolar.

A fim de aprofundar essa informação perguntamos se eles acham que a formação continuada destinada aos profissionais da educação é, de fato um ponto chave para diminuir possíveis obstáculos que venham surgir no processo de ensino aprendizagem da criança com necessidades especiais

CM *“Não, a formação é um ponto, mas o profissional precisa antes de tudo amar o que faz, quebrar o método tradicional de ensino, ao qual busca um aluno que obtenha resultados iguais e satisfatórios, saber que a escola inclusiva é um espaço que se adapta ao aluno e não ao contrário, que busca atender o público da melhor forma, sem discriminação ou distinção”.*

CE *“Sim, acredito que algumas posturas equivocadas acontecem pelo fato de não termos propriedades do assunto”.*

A coordenadora diz que além de amar a profissão estes tem, que se inovar e deixar o tradicional pelo inovador adaptando o seu ensino as necessidades que cada aluno possui e tentando com isso minimizar os obstáculos sofridos no dia a dia, assim a gestora estadual confirma que as posturas equivocadas de alguns profissionais acontecem devido à falta de informação para realizar o novo.

Por último a fim de pontuar de fato os questionamentos anteriores perguntamos se estes professores estão preparados para receber alunos com necessidades especiais, uma vez que Ramos (2016) nos diz que, ao receber um aluno com deficiência a primeira sensação é o desconforto, gerado pelo fato de não ter conhecimento de como trabalhar com as diversas deficiências. E ainda diz que “nem sempre o professor se encontra apto a receber essa “novidade” de forma acolhedora”. (P.63). Assim obtivemos as seguintes respostas

CM 1 *“Não, a justificativa é simples, não pela formação, pois uma maioria na rede possui a formação exigida pela lei para trabalhar com esse público, mas o medo do novo, do desconhecido causa uma insegurança no profissional, pois da teoria para prática o caminho é longo, com isso o profissional pode se perder diante da realidade. “Esse contexto não é generalizado”.*

CE *“Não, creio que devido a formação acadêmica, eles vêm de uma primeira formação sem saber muito, e infelizmente continua sem saber pela ausência de formações na área.”*

Enfim, a coordenadora afirma que na rede municipal uma boa parte dos profissionais tem formação, só que ao chegar o novo e desconhecido causa pânico os fazendo em maior parte bloquear ocasionando com isso à insegurança e um trabalho

ineficiente, não diferente a coordenadora do estado, onde dá o entender que a formação inicial deste profissional é escassa, e infelizmente a maior parte destes profissionais não busca o conhecimento os fazendo continuar na mesma, ausente do saber para transformar a sociedade ao qual é responsável em educar.

## 6. CONCLUSÃO

A pesquisa teve como objetivo analisar a aplicabilidade do tema Análise do processo de formação continuada a partir da perspectiva do professor de ensino fundamental I no município do Penedo – Alagoas, e sua incidência na inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais. Com o finalidade, formaram-se conhecimentos acerca da formação continuada dos profissionais da rede Municipal e Estadual, assim como as ações que o gestor escolar e as coordenações tem feito para suprir as lacunas apresentadas pelos profissionais do ensino regular do fundamental I.

Portanto, por meio deste estudo foi possível verificar a ausência de formação continuada na perspectiva da educação inclusiva especificamente aos profissionais do ensino regular da rede, como também a carência de materiais pedagógicos para o ensino e aprendizagem. Apesar dessa carência de materiais e formação, ambos os gestores estão presentes para qualquer necessidade que o professor e aluno venham a ter, já as coordenações da educação inclusiva, observou-se que é necessário por parte destes a formulação de mais cursos e materiais pedagógicos para o suporte do professor do ensino fundamental I para que estes profissionais se sintam mais aptos e confiantes em ministrar suas aulas e lhe dá mais atenção. Desta forma, chega-se à conclusão dos seguintes objetivos específicos deste estudo, que serão descritos abaixo:

### **6.1 – Caracterizar a formação acadêmica dos professores atuantes nas séries do terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental**

Conclui-se neste objetivo que os 17 professores, 02 coordenadores e os 02 gestores entrevistados são graduados e somente 1 dos entrevistados não possui pós-graduação. Porém, para que consigam melhoria em seu processo de ensino aprendizagem para com o aluno com necessidades especiais ou deficientes é preciso buscar informações para o seu desenvolvimento e competência, inserindo em seu agir a necessidade de estar sempre de mudança na sua formação profissional e também pessoal, pois os que estão no cargo de professor sempre irão se esbarrar com o novo, ainda mais quando se trata em inovar sua metodologia.

Desta forma, apesar destes profissionais terem sua graduação e especialização completa, estes apresentam sentir a necessidade de fundamentações teóricas e práticas

para atuar com alunos com deficiência, tem a este abordado nesta dissertação, visto que para educar é preciso se inovar.

A formação docente sendo o primeiro passo para atuar na educação não será o primeiro nem último, pois o sistema brasileiro vai evoluindo ao decorrer do tempo e isso vai requerendo conhecimentos, estratégias, métodos inovadores nos quais requer destes professores serem pensantes, ágeis e estratégicos.

#### **6.2 – Descrever as políticas de formação continuada no Brasil e o que o MEC tem, de fato, disponibilizado para formação dos professores.**

O Brasil, com relação formação continuada para os professores do ensino regular na perspectiva da educação inclusiva, ainda não oferta uma formação em específico para esses profissionais, os mesmos vem fazendo formações para o público em geral, ou seja, aborda o tema inclusão para todos os professores, gestores e coordenadores, dando o maior foco aos que atuam em salas de atendimento educacional especializado e ou auxiliares das pessoas com necessidades especiais.

Ambas as esferas seguem as normativas para organizar as futuras ou já existentes formações dos cursos a serem ofertados aos professores, coordenadores e gestores. Nestas formações a construção têm como base as orientações fornecidas pelo MEC, seguindo a CF, LDB, PNE, a fim de orientar a prática de ensino aprendizagem aos alunos com deficiência.

#### **6.3 – Obter informações sobre as ações pertinentes à formação continuada promovida pela rede municipal e estadual na cidade de Penedo – Alagoas.**

Ao dialogar com as gestoras e coordenadoras, observou-se que a rede estadual está com uma formação por nome Pacto Alagoano pelas Diversidades – PADVIS, este atende os professores, coordenadores e articuladores de ensino, a mesma segue os componentes curriculares, formando professores efetivos e temporários, direitos esses reservados pela Constituição Federal, art. 205, Constituição Estadual e o Plano Nacional e Estadual de Educação.

A coordenadora aborda que estão sendo selecionados os professores para participar deste curso, pois só estão disponíveis três vagas, por cada módulo, dificultando a participação dos demais professores que tem interesse em participar.

Já a da esfera municipal coordenadora e gestora relata que está proporcionando um curso de formação básica em Libras, o mesmo está ocorrendo semanalmente a alguns professores que tem alunos com necessidades especiais em sala de aula, assim como, os auxiliares, deixando de fora os demais professores da rede municipal.

Portanto a formação na perspectiva da educação inclusiva não está focada somente aos professores do ensino fundamental I que tem ou não alunos com necessidades especiais, deixando mais uma vez uma lacuna em aberto, motivo este a queixa dos diversos professores da rede estadual e municipal.

Com relação à projetos, tanto a SEMED como a GERE, não falaram em projetos futuros, somente os que estão ocorrendo, mas que estão desenvolvendo o melhor que pode para tentar amenizar esse espaço a ser preenchido.

Quanto aos recursos e formações para utilizar o mesmo, as escolas da rede estadual não têm sala de atendimento especializado para o recebimento de recursos conhecidos como Tecnologia Assistiva, e materiais didáticos ou recursos tecnológicos fica a ser requerido pelos diretores, com o dinheiro que vai direto para ser utilizado no que for preciso dentro da escola.

Já a da rede municipal, fala que eles não recebem nenhum material com essa finalidade específica, diante disso o que a coordenadora pode ajudar é em ofertar apostilas em PDF, informações de onde pode encontrar jogos didáticos ou até mesmo como montar esse material utilizando material reciclável, somente isto.

Desta forma foi possível detectar que não estão sendo ofertada de forma assídua formação continuada voltada a proposta de inclusão aos professores de ambas as redes, apesar de ser uma ação de extrema importância, e que está pautada na Constituição Federal, dificultando o desenvolvimento profissional e também a formação de conhecimentos ao aluno com deficiência. O que caracteriza a falta de preparação, ansiedade, desconforto e muitos outros fatores que retarda a educação da cidade ocasionando sérios problemas na educação do país.

Com relação à fala dos gestores, a gestão municipal, diz que a formação aos professores fica sob-responsabilidade da SEMED. Assim, nos últimos anos não estão sendo ofertados, pela escola, cursos, palestras ou outros meios de nortear os docentes da rede nesta perspectiva da diversidade relacionada a pessoa com deficiência, as formações que chegam à escola vêm com outros temas, que adentra de forma rápida sobre o respeito ao próximo.

Já a gestora da rede Estadual, afirma também que compete à GERE, a oferta dessas

formações, o que a gestora pode oferecer é informações e norteamento aos professores caso venha surgir alguma dúvida, e que sempre coloca no grupo de whatsapp links de formações advinda da modalidade online, assim busca amenizar um pouco essa situação da melhor forma possível.

O que ambas as gestoras afirmam é que os alunos com deficiência têm para o seu amparo professores auxiliares de sala que os ajudam na locomoção, alimentação e até mesmo entra em consenso com os professores para ajudar ao aluno no seu processo de aprendizagem, todavia não possui recursos pedagógicos para a complementação deste processo.

#### **6.4 – Analisar as possíveis dificuldades encontradas no processo de formação continuada pelos professores que atuam junto à alunos com deficiência em escolas da cidade de Penedo – Alagoas.**

Ao realizar a entrevista, foi possível identificar na fala destes o sentimento de angústia e despreparo para trabalhar com a pessoa com necessidades especiais, e experimentam a frustração de não saber dialogar em especial com a pessoa com surdez, esse sentimento de incapacidade advém na fala dos mesmos à lacuna deixada na formação inicial em decorrência da ausência da temática, naturalmente a essa falta de conhecimento ao receber os alunos, ambos sentirão o quão está sendo falho esse processo de conhecimento.

Assim, com a primeira lacuna deixada na formação inicial, existe o outro ponto que é a falta de formação continuada voltada à inclusão a estes professores que atuam em sala de ensino regular, deixando ainda mais a situação agravante. Estes profissionais afirmam que ambas as esferas não fazem formações via cursos, palestras, encontros para a reprodução de conhecimentos e técnicas, e os gestores nas reuniões pedagógicas mal se fala neste processo deixando mais uma vez um espaço em branco e sem condições de atuar de forma inclusiva com as pessoas com deficiência.

Em relação à orientação para receber o aluno com necessidades especiais, os professores relatam que é inexistente essa informação, eles não sabem qual a deficiência ou necessidade que este aluno tem, ocasionando o entrave, pois afirmam não saber como agir neste encontro inicial e isso retarda a aprendizagem e socialização entre professor, o aluno com deficiência e os demais alunos.

Outros pontos abordados pelos professores são: a ausência de material pedagógico

e recursos tecnológicos para trabalhar com esses alunos. A tecnologia assistiva hoje tem auxiliado muito aos alunos, dando autonomia a eles de fazer sua própria locomoção, assim como, facilita a aprendizagem por apresentar o audiovisual sendo um meio dinâmico. Desta forma devido a inexistência da TA e outros materiais pedagógicos os professores expressam que o processo de ensino e aprendizagem é recebida de forma atrasado, pois os materiais confeccionados por eles, não supri a necessidade apontada em cada deficiência.

Diante de tudo abordado, estes professores falam que não há como está seguro em ministrar uma aula se eles não se sentem preparados pela ausência de formação continuada, reuniões na qual se aborde como trabalhar, a ausência de materiais pedagógicos e o mais importante também a participação da família, já que em muitos casos os pais deixam seus filhos e nada fala como pode proceder com estas crianças, assim a insegurança ocasiona um trabalho im perfeito.



## RECOMENDAÇÕES

A partir das cogitações abordadas nesta pesquisa, e visando a ampliação de formação continuada na perspectiva da inclusão de pessoas com deficiência, sugere-se as seguintes recomendações:

- Reunião pedagógica na qual haja um diálogo inicial dentro da escola com gestor e equipe pedagógica sobre as dificuldades apresentadas pelos professores ao receber o aluno com deficiência para daí buscar alternativas para solucionar determinadas lacunas.

- Convocar coordenadores da educação especial no intuito de levar as informações obtidas em reunião pedagógica para que busquem meios de ofertar formação específica para os professores do ensino regular.

- Incentivar os professores a importância de está sempre em formação continuada para que possa proporcionar aos alunos um melhor processo de ensino aprendizagem.

- Buscar alternativas com a finalidade de facilitar a prática pedagógica do professor ao transmitir os conteúdos ou como atender aqueles alunos não só pela dificuldade de locomoção, de fala ou até mesmo com dificuldades de aprendizagem, isto solicitando o apoio da SEMED e 9º GERE.

- Para a abordagem do tema, a escola pode ofertar aos professores palestras feitas por profissionais da área da educação e também da saúde, oficinas, debates, congressos dentre outros.

- Promover canais de comunicação e a participação da família e sociedade escolar para beneficiar a ampliação do corpo discente como também ao alunado uma melhor prática de ensino aprendizagem, sabendo que a contribuição e participação da família na escola são de grande acuidade para ambas as partes.

- Incentivar aos professores a sempre trabalhar com os demais alunos o que vem a ser inclusão, o que é a pessoa com deficiência, como tratar bem para ser bem recebido, enfim o que for preciso para uma boa convivência.

- Aderir ao PPP de ambas às instituições o tema formação continuada na perspectiva da educação inclusiva e realizar projetos de intervenção pedagógica, onde os professores junto com os alunos demonstram trabalhos que foram desenvolvidos,

acrescentado assim mais segurança no processo de ensino para com as pessoas com deficiência.

- Projeto com o tema: **Preparando professores no contexto da inclusão.**

É na escola que o professor aprende a ensinar, pois cada aluno demonstra em seu olhar, em seu pensar e em seu agir a necessidade que tem e o professor tendo toda essa informação, vai à busca de melhor aprendizado para que assim possa suprir e satisfazer essas necessidades. Assim, a escola é sim, um espaço privilegiado para a promoção do conhecimento, para isso a formação continuada deste docente é um ponto chave para a realização de toda uma vida profissional, pressupondo assim a integração de ações de pontos de acuidade para a equipe escolar.

## Referências

- Anjos, A. D. (2017). O importante Papel da Gestão Democrática na Inclusão de Alunos Surdos nas Escolas de Ensino Regular. Sacado em: <https://www.pedagogia.com.br/artigos/inclusaosurdos/index.php>
- Aranha, M. L. A. (2006). História da Educação e da Pedagogia. Geral e Brasil. Editora Moderna, 3ª edição
- Aranha, M. S. F. (1995). Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. Temas em Psicologia.
- Aranha, M. S. F. (2005). Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>. Acesso em 21. abr.2018.
- Arruda, M. A.; Almeida, M. (2014). Comunidade Aprender Criança. Cartilha de Inclusão Escolar: inclusão baseada em evidências científicas, ed. Instituto Glia,
- Azevedo, F. (1932). A Reconstrução Educacional do Brasil: ao povo e ao governo. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/me4707.pdf>. Acesso em 21.abr.2018.
- Bastos, M. H. C. (1997) A instrução pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida (1808-1827). Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/30722/pdf>. Acesso em: 19.mai.2018.
- Bispo, A. B.; Santos, A. L.; Nascimento, E. F. V. C. (2009) Fundamentos Históricos da Educação. Aracaju: Gráfica Gutemberg.
- Brito. M.J.; Batista,M.S.X. (2007) Políticas PÚBLICAS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/IXEnex/iniciacao/documentos/anais/4.EDUCACAO/4CEDFEPLIC02.pdf>
- Brzezinski. I. (1996). Reformulações curriculares nos onze estados participantes do II Encontro Nacional de reformulação dos cursos de formação do educador.

- Goiânia, 1996, mimeo. A formação do Professor para o início da escolarização. Goiânia, CCG/SE, (1987).
- Busto, R.M.(2011) A deficiência e o esporte olímpico. Disponível em : <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/esporte/222-2011.pdf>. Acesso em 12 de Marc 2018.
- Caetano, M. C. (2007) O ensino religioso e a formação de seus professores: dificuldades e perspectivas. Belo Horizonte. Disponível em : <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp052492.pdf>. Acesso em : 04 de Mai.2018
- Campoy, T. (2016) Metodología de la investigación científica. Ciudad del Este (py) U.N.C. del Este.
- Campoy, T. (2018) Metodología de la investigación científica. Assuncion - Paraguay: Marben Editora e Gráfica S.A.
- Candau, V. M. F. (1996) A formação continuada de professores: tendências atuais. In: Reali, A. M. R.; Mizukami, M. da G. N. (Orgs). Formação de professores: tendências atuais: São Carlos: EDUFSCar. p. 139-152
- Cardoso, M. S. 2003. Aspectos históricos da educação especial: da exclusão à inclusão - uma longa caminhada. In: STOÄUS, Claus Dierter; MOSQUERA, Juan José mourinho (orgs.). Educação especial: em direção à educação inclusiva. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Carvalho, L. R. (1978) As reformas pombalinas da instrução pública. São Paulo: Saraiva Edusp. p. 139-141.
- Castanha.A.P.(2018). ESCOLAS NORMAIS NO SÉCULO XIX: um estudo comparativo. Disponível em [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/32/art02\\_32.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/32/art02_32.pdf). Acesso em 20.Març.2018.
- Castro. H. V. (SD) Educação especial e inclusão de pessoas com deficiência na escola: um olhar histórico-social. Faculdade de Educação - UFG. Comunicação Formação e profissionalização docente. Disponível em : <https://eventos.fe.ufg.br/up/248/o/1.4.27.pdf>. Acesso em : 02.mai.2018.
- Censo Escolar da Educação Básica: Caderno de instruções. Brasília-DF, Junho de 2018. Disponível em : <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Censo+Escolar+da+educacao+2018+Caderno+de+Instrucoes>

%B5es/be4e0801-5181-4364-934d-bcaff5ce85ea?version=1.2. Acesso em 28 de Jan.2019

Constituição Federal. Brasília: Senado Federal, 2008.

Declaração de Salamanca. Brasília, DF: Unesco. (1994).

Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. (1990). UNESCO, Jomtiem /Tailândia.

Decreto de criação da escola normal. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/99970/1835\\_10\\_abril\\_Ato\\_n%C2%BA10\\_Cria\\_Escola\\_Normal.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/99970/1835_10_abril_Ato_n%C2%BA10_Cria_Escola_Normal.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

Decreto N° 10 de 10 de abril de 1835. Rio de Janeiro. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/99970/1835\\_10\\_abril\\_Ato\\_n%C2%BA10\\_Cria\\_Escola\\_Normal.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/99970/1835_10_abril_Ato_n%C2%BA10_Cria_Escola_Normal.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em 21.abr.2018.

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. - Brasília: MEC, SEB, DICEI. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-dire.\(2013\).trizes-educacao-basica-2013-pdf/file](http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-dire.(2013).trizes-educacao-basica-2013-pdf/file)

Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica: Diversidade e Inclusão(2013). Disponível em: [https://static.fecam.net.br/uploads/645/arquivos/1118725\\_diretrizes\\_curriculares\\_nacionais\\_para\\_educacao\\_basica\\_diversidade\\_e\\_inclusao\\_2013.pdf](https://static.fecam.net.br/uploads/645/arquivos/1118725_diretrizes_curriculares_nacionais_para_educacao_basica_diversidade_e_inclusao_2013.pdf). Acesso em 20 de Abril de 2018.

Faleiros, V. P. (2004) O que é política social? São Paulo: Brasiliense (Coleção Primeiros Passos).

Farias, V. L. B.; Dias F. R. T. S.(2007) Currículo na educação infantil: diálogos com os demais elementos da proposta pedagógica. São Paulo: Scipione.

Favero. L. L.(2015).Reflexões sobre a escola na primeira república: O Ensino de Português. Disponível em: [ttp://www.helb.org.br/index.php/revista-helb/ano-9-no-9-12015/245-reflexões-sobre-a-escola-na-primera-republica-o-ensino-de-portugues](http://www.helb.org.br/index.php/revista-helb/ano-9-no-9-12015/245-reflexões-sobre-a-escola-na-primera-republica-o-ensino-de-portugues) Acesso em :12.Abr.2018.

Fernandes, L. B.; Schlesener, A.; Mosquera, C. (2011). Breve histórica da deficiência e seus paradigmas. Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas

- Interdisciplinares em Musicoterapia, Curitiba, V. 2, p. 132-144. Disponível em :  
<http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/incantare/article/view/181/0>.  
Acesso em : 05.out.2018.
- Ferreira, D. N. A. (2015) Poder e Relações Políticas na Educação: o método lancaster no ensino público do espírito santo (1827 a 1871). Vitória. Disponível em :  
[http://repositorio.ufes.br/jspui/bitstream/10/3556/1/tese\\_8073\\_Tese%20Dirce%20Nazar%20de%20Araujo%20Ferreira20150721-151914.pdf](http://repositorio.ufes.br/jspui/bitstream/10/3556/1/tese_8073_Tese%20Dirce%20Nazar%20de%20Araujo%20Ferreira20150721-151914.pdf).  
Acesso em : 19.mai.2018.
- Figueira (2014) Conversando sobre inclusão escolar com a família. 2ª edição - edição do autor - São Paulo.
- Figueira, E. (2008) Caminhando em Silêncio: Uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na História do Brasil. São Paulo: Giz Editora.
- Filho, J. C. (2005) A República e a Educação no Brasil: Primeira República (1889 - 1930). Disponível em :  
<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/106/3/01d06t04.pdf>.  
Acesso em : 26. Out. 2018.
- Flick, U. (2004). Uma introdução à pesquisa qualitativa. 2. ed. Porto Alegre: Bookman
- Franco, A. C. B. (2007) O portador de necessidades especiais e a relação de trabalho. Itajaí, SC. Disponível em :  
<http://siaibib01.univali.br/pdf/ana%20carolina%20barros%20franco.pdf>.  
Acesso em : 19.mai.2018.
- Franco, A.C.B. (2007) O portador de Necessidades Especiais e a Relação de Trabalho. Disponível em : <https://docplayer.com.br/6997217-O-portador-de-necessidades-especiais-e-a-relacao-de-trabalho.html>. Acesso em 15 Jul.2018.
- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) (sd). Disponível em :  
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/prof.pdf>. Acesso em 02 de Out.2018
- Furtado, J.(2015) A importância da formação Continuada dos professores. Disponível em : <http://juliofurtado.com.br/2015/07/22/a-importancia-da-formacao-continuada-dos-professores/> Acesso em :15 de Jul.2018
- Gadotti, M. (1998). Pensamentos pedagógicos brasileiros. São Paulo: Ática, Editora.
- Garcia, C. M. (1999) Formação de professores para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora.

- Gatti, B. A. (2008) Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. In: Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 37, jan./abr.2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/06.pdf>. Acesso em: 19.mai.2018.
- Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. Atlas. Limitada.
- Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social. Atlas.
- González, J.A.T. Fernandez, A, H., Camargo, C.B.(2014).Aspectos fundamentais da pesquisa científica. Assunción: Marben
- González, J.A.T.(2002). Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas, Editora Artmed.
- Guebert, M.C.C. (2007). Inclusão: Uma realidade em discussão. 2º ed.Rev.Curitiba
- Gugel, M.A.(2015). A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade.Ampid(Associação Nacional dos Membros do ministério Público de defesa dos Direitos dos idosos e Pessoas com Deficiência). Disponível em: [http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD\\_Historia.php](http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php). Acesso em 10 Jun.2018.
- Imbernón, F. (2011). Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza; tradução de Silvana Cobucci Leite. 9. Ed. São Paulo: Cortez.
- Kassar, M. C. M. (1999) Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio dos sujeitos. Campinas: Autores Associados.
- Kirinus, M. C. D. (2010) A inclusão dos alunos com necessidades especiais na aula de educação física. Disponível em: [http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2430/Kirinus\\_Maria\\_Cristina\\_Dornelles.pdf?sequence=1](http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2430/Kirinus_Maria_Cristina_Dornelles.pdf?sequence=1). Acesso em: 14.jul.2018.
- LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96. Promulgada em 20 de dezembro de 1996.
- Legislação Informatizada - LEI DE 15 DE OUTUBRO DE (1827). Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html) Acesso em 25. Mai.2018.
- Legislação Informatizada - LEI DE 20 DE OUTUBRO DE 1823. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/anterioresa1824/lei-40951-20-outubro-1823-574564-publicacaooriginal-97677-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/anterioresa1824/lei-40951-20-outubro-1823-574564-publicacaooriginal-97677-pe.html). Acesso em: 20. mai.2018.

- Legislação Informatizada-Lei N° 5.692, de 11 de Agosto de 1971.Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 06.Jun.2018.
- Lei Couto Ferraz. Decreto n° 133, de 17 de fevereiro de 1854. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em 10 de Fev.2018
- Lei de Diretrizes e Bases de 1971- Lei 5692/71 Lei n° 5.692, de 11 de Agosto de 1971. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71>. Acesso em 20 Mai. 2018
- Lei n. 5692 de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1971.
- Libâneo, J. C. (2004) Organização e Gestão da Escola - Teoria e Prática. Goiânia: Alternativa.
- Lima, P. A. (2006) 1957: Educação inclusiva e igualdade Social. São Paulo: Avercamp.
- Louro, G. L. (2001) Mulheres na sala de aula. In: História das mulheres no Brasil. Del Priore, Mary (org.). 5ª ed. São Paulo: Contexto.
- Mantoan, M. T. E. (2003). Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo:
- Mantoan, M. T. E. (2010). O desafio das diferenças nas escolas. Editora Vozes Limitada.
- Mantoan, M. T. E. (2015). Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus..
- Mantoan, M. T. E., Prieto, R. G., Arantes, V. A. (2006). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. Summus editorial.
- Maranhão, R. O. (2005). O Portador de deficiência e o direito do trabalho. São Paulo. LTR.
- Martins, L.A.R et all (2006) Inclusão. Com partilhando saberes. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Menezes, E. T.; Santos, T. H. (2001). Verbete Declaração de Salamanca. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrasil. São Paulo: Midiamix.



Disponível em : <<http://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>.

Acesso em : 23.abr.2018.

Minayo, de S. M. C. (2001). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Editora Vozes.

Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica/Secretaria de Educação Especial-MEC; SEESP. 2001. 79 P.

Ministério da Educação. Portaria nº 1.793, de dezembro de 1994. Brasília.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: Projeto escola viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: alunos com necessidades especiais: construindo a escola inclusiva. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, (2005). Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/construindo.pdf>. Acesso em : 14.dez.2016

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: Projeto escola viva: visão histórica: garantindo o acesso e a permanência de todos os alunos na escola: deficiência no contexto escolar. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. (2005). Disponível em : <http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/index.php/bibliotecavirtual/cartilhas/43911-projeto-escola-viva>. Acesso em 06.ago.2018

Miranda, A. A. B. (2003). História, deficiência e educação especial. Tese. Unimep. Disponível em : [https://issuu.com/fulanusdeciclanosbeltrano/docs/historia\\_deficiencia\\_e\\_educacao\\_o\\_e](https://issuu.com/fulanusdeciclanosbeltrano/docs/historia_deficiencia_e_educacao_o_e). Acesso em : colocar a data.

Moderna.

Morin,E (2003). A cabeça bem feita -:repensar a reforma ,reformar o pensamento.15 ed.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,2003.

Neto, A, Q. (2009). Os Fundamentos Históricos e Filosóficos sobre a Constituição do Ensino Superior no Brasil: a transcrição entre os períodos do Império e da Republica.. Disponível em : <http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0052.pdf>.

- Nogueira, M. N. (2008) A HISTÓRIA DA DEFICIÊNCIA: tecendo a história da assistência a criança deficiente no Brasil. Rio de Janeiro. Disponível em: [apaebrazil.org.br/arquivo/12605](http://apaebrazil.org.br/arquivo/12605). Acesso em 15 Jul 2018,
- Nunes, C. M. F. (2001). Saberes docentes e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira. *Educação & Sociedade*, ano XXII, nº 74, Abr/2001. p. 27-42.
- O linda, R. M. S. (2003). A Educação no Brasil no período Colonial: Um olhar sobre as origens para compreender o presente (sitientibus feira de Santana, n.29, Jul/dez 2003. Disponível em [http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/29/educacao\\_no\\_brasil\\_no\\_periodo\\_colonial.pdf](http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/29/educacao_no_brasil_no_periodo_colonial.pdf). Acesso em 04 de Fev. 2018
- Oliveira, E. M. L. (2005). A legislação e as políticas nacionais para a educação infantil: avanços, vazios e desvios. In: MACHADO, M. L. de A. (Org.) *Encontros e desencontros em educação infantil*. São Paulo: Cortez, p. 35-42.
- Oliveira, H. M. M. (2013). A História da Educação no Brasil colonial. Centro Universitário Leonardo da Vinci - Uniasselvi. Disponível em: [http://www.academia.edu/5259667/A\\_HIST%C3%93RIA\\_DA\\_EDUCA%C3%87%C3%83O\\_NO\\_BRASIL\\_COLO\\_NIAL](http://www.academia.edu/5259667/A_HIST%C3%93RIA_DA_EDUCA%C3%87%C3%83O_NO_BRASIL_COLO_NIAL). Acesso em : 14.jul.2018.
- Oliveira, K. K. M. Refletir, Planejar e Avaliar na Formação Docente. Portal Educação. (sd). Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/conteudo/refletir/14452>. Acesso em : 25.Abr.2018.
- Paiva, J. M. (2000). Educação Jesuítica no Brasil Colonial. In: Lopes, E. M. T; Faria Filho, L. M.; Veiga, C. G. (orgs.); 500 anos de educação no Brasil. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- Paula, M. G, S. (2008) .Formação Continuada centrada na escola: O trabalho docente a partir da reflexão teoria e prática. disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1726-6.pdf>
- Pimenta, S.G, (1999). Formação de professores: identidade e saberes da docência .IN \_\_\_\_\_(Org). Saberes pedagógicos e atividade docente São Paulo: Cortez, 1999, P. 15-34
- Plano Nacional de Educação - PNE. Brasília: Senado Federal. (2008).
- Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP. (2014). Disponível em ::

- [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20 metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20 metas.pdf). Acesso em 25.Jan.2018.
- Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva). (2014) Disponível em : [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192). Acesso em Fev 2018.
- Portaria N.º 1.793, de dezembro de 1994. Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793.pdf>. Acesso em 21.abr.2018.
- Prodanov, C.C; Freitas; E.C. (2013). Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da pesquisa e do trabalho Acadêmico;2ºEd;Novo Hamburgo-Rio Grande do Sul-Brasil.
- Raiça, D. (2013). Tecnologias para Educação Inclusiva. São Paulo: Avercap.
- Ramos, S. L. V.( 2016). Jogos e brinquedos na Educação Inclusiva: Orientação psicopedagógica. Editora Respel.
- Referenciais para formação de Professores / Secretaria de Educação Fundamental. (1999). Brasília.
- Rodrigues, D. (2004). A educação física perante a educação inclusiva: Reflexões conceptuais e metodológicas. Revista Portuguesa de Ciências do Desporto. Porto, v. 4, n. 2, p. 15-18.
- Rodrigues, O. M. P.R; Maranhe, E. A.(2008). Práticas em Educação Especial e Inclusiva. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Bauru.
- Rodrigues, S. M. (2012). Educação Inclusiva e Formação Docente. Disponível em : <https://diversa.org.br/artigos/educacao-inclusiva-e-formacao-docente/> Acesso em :11 de Jul,2018.
- Romanelli, O. O. (1986). História da educação no Brasil, 8º edição editora vozes, Petrópolis.
- Romanelli, O. O. (1998) História da educação no Brasil: (1930/1973). Petrópolis: Vozes.
- Sampieri, C.H; C,C,F; L,M .P.B. (2013). Metodologia de pesquisa.5º ed -Porto Alegre.
- Santana, J. M., Sobral, M. P. O. (2010). Organização da Educação brasileira. Aracaju: Unit.

- Santos, D. (2004). Importância do professor na escola inclusiva. Disponível em : <http://www.avm.edu.br/monopdf/6/DILVANETE%20DOS%20SANTOS.pdf>. Acesso em : 03.Out.2018.
- Santos, N. J.M. (2014). A consultoria colaborativa como estratégia na formação continuada de professores sobre o AEE à pessoa com surdocegueira. Maceió-AL.
- Sartoretto, M. L. (2010). Como avaliar o aluno com deficiência? Disponível em ? [http://assistiva.com.br/Como\\_o\\_avaliar\\_o\\_aluno\\_com\\_deficiencia.pdf](http://assistiva.com.br/Como_o_avaliar_o_aluno_com_deficiencia.pdf). Acessado em 03.ago.2018.
- Saviani, D. (2005). História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/3735/2139>. Acesso em : 15 .jul.2018.
- Saviani, D. (2007). História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas,SP: Autores Associados. Disponível em : [https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/35878/1/A%20experie%CC%82ncia\\_artigo11.pdf](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/35878/1/A%20experie%CC%82ncia_artigo11.pdf). Acesso em : 15.jul.2018.
- Sena, A. S. (2011) Formação Continuada e o processo de desenvolvimento profissional de professores. Disponível em : <http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/formacao-continuada-processodesenvolvimento-profissional.html>. Acesso em : 02.ago.2018.
- Silva, M. R. P.; SENA, T. de J. M.(2015) A inclusão do aluno surdo no ensino regular. Disponível em : [Disponível em : < http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp >](http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp). Sacado em 12 Jun 2018.
- Silva, O.A; Ferrari,B.B.S (2013) A formação do professor na perspectiva inclusiva: conhecer as necessidades educacionais especiais para transformar. Sacado em [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2013/2013\\_uenp\\_edespecial\\_artigo\\_odete\\_aparecida\\_da\\_silva.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uenp_edespecial_artigo_odete_aparecida_da_silva.pdf). Acesso 09 de Dez.2018
- Silvia, R. M. O. (2003). A Educação no Brasil no período Colonial: Um olhar sobre as origens para compreender o presente (sitientibus) Feira de Santana,n.29, Jul/dez.

- Tanuri, L. M. (2000). História da formação de professores Universidade Estadual de São Paulo DISPONÍVEL EM: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05>. Acesso em: 02 Jun.2018
- Vioito, J.R.B ; Vitaliano, C.R.V. (2012). O Papel da Gestão Pedagógica Frente Ao Processo De Inclusão Dos Alunos Com Necessidades Educacionais Especiais. Retirado em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/660/668> . 19 de Out.2018.
- Xavier, L. (2011). A República e o movimento da educação nova no Brasil e em Portugal: sujeitos, concepções e experiências. Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra URL persistente: URL:<http://hdl.handle.net/10316.2/35878> DOI: DOI:[http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0862-4\\_11](http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0862-4_11). Acesso em: 11.jun.2018.

## ANEXOS

Anexo A - Carta de autorização para Realização da pesquisa assinada pela gestora da Escola Municipal Santa Luzia - Penedo - Al.



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN  
 FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN  
 MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

À direção da Escola

Escola Municipal de Educação Básica Santa Luzia

S.R.(a) Director (a)

Célia Maria Bezerra Oliveira

Prezado (a) senhor (a)

**Lucicleide Cavalcante Ferreira**, aluna do Programa de Mestrado em Ciências da Educação da Universidade Autónoma de Assunção-(UAA), no Paraguai, está desenvolvendo a pesquisa com o tema, *Análise do processo de formação continuada a partir da perspectiva do professor do ensino fundamental I no município do Penedo Alagoas e sua incidência na inclusão de pessoas com necessidades especiais*. E tem como objetivo geral: *Analisar as características do processo de formação continuada na perspectiva do corpo docente e sua relevância na formação de pessoas com necessidades especiais e ou deficientes*. Já os específicos têm por intenção: 1. Caracterizar a formação dos professores atuantes do ensino fundamental I da escola Estadual e Municipal da cidade de Penedo-Al; 2. Obter informações sobre as ações pertinentes à formação continuada promovida pela rede municipal e estadual na cidade de Penedo; 3. Analisar as possíveis dificuldades encontradas – no processo de formação continuada – pelos professores que atuam junto a alunos com deficiência em escolas da cidade de Penedo-Al; 4. Descrever as políticas de formação continuada no Brasil e o que o MEC tem, de fato, disponibilizado para formação dos professores. Nesta perspectiva, a pesquisadora solicitada a autorização de Vossa Senhoria para Coleta, neste estabelecimento de ensino, através da aplicação de uma entrevista, para obtenção das informações necessárias a fim de que os objetivos sejam alcançados de maneira satisfatória.

Confirma, ainda, que no desenvolvimento de sua dissertação, os nomes dos profissionais ou integrantes voluntários desta pesquisa serão mantidos em segredo, a fim de preservar-lhes a identidade.

Nestes termos, pede e aguarda deferimento;

Penedo, 30 de Julho de 2018.

Lucicleide Cavalcante Ferreira  
 Lucicleide Cavalcante Ferreira  
 (Pesquisadora).

Célia Maria Bezerra Oliveira  
 Direção da Escola

**A n e x o B** - Carta de autorização para Realização da pesquisa assinada pela gestora da Escola Estadual João Valeriano de Oliveira. Penedo - Al.

À direção da Escola

S.R.(a) Diretor (a)



Prezado (a) senhor (a)

Lucicleide Cavalcante Ferreira, aluna do Programa de Mestrado em Ciências da Educação da Universidade Autônoma de Assunção-( UAA), no Paraguai, está desenvolvendo a pesquisa intitulada Um estudo sobre a formação continuada, na perspectiva da educação inclusiva: o que dizem os docentes que atuam no ensino fundamental I e II no município de Penedo - Alagoas? O principal objetivo dessa pesquisa é investigar como os professores do Ensino Fundamental I e II, lotados em duas escolas do município de Penedo-Al, entendem a importância da formação continuada para a inclusão da pessoa com deficiência. Os objetivos específicos são: Obter informações sobre as ações pertinentes à formação continuada promovida pela rede municipal e estadual na cidade de Penedo; Investigar as possíveis dificuldades encontradas – no processo de formação continuada – pelos professores que atuam junto a alunos com deficiência em escolas da cidade de Penedo-Al; Fomentar ações a fim de promover a formação continuada aos docentes que atuam nas escolas da rede municipal e estadual da cidade penedo-Al. Nesta perspectiva, a pesquisa solicitada a autorização de Vossa Senhoria para Coleta, neste estabelecimento de ensino, através da aplicação de uma entrevista, as informações necessárias a fim de que seus objetivos sejam alcançados de maneira satisfatória.

Informa, ainda, que no desenvolvimento de sua dissertação, os nomes dos profissionais ou integrantes voluntários desta pesquisa serão mantidos em sigilo, afim de preservar-lhes a identidade.

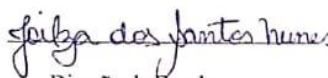
Nestes termos, pede e aguarda deferimento;

Penedo, 11 de Julho de 2018.



Lucicleide Cavalcante Ferreira

(Pesquisadora)



Direção da Escola

Joice dos Santos Nunes  
Gestora  
Mat. 0826719-7

## A P Ê N D I C E S

## Apêndice A - validação de instrumento



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN  
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN  
DIRECCIÓN DE INVESTIGACIÓN  
MAESTRÍA EM CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

Alumna: **LUCICLEIDE CAVALCANTE FERREIRA**  
TUTOR: **DR. JOSÉ ANTONIO TORRES GONZÁLEZ**

**Prezado (a) Professor (a),**

Este formulário destina-se à **fase da validação** do instrumento de pesquisa qualitativa que será utilizado na coleta de dados em minha pesquisa de campo de Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Asunción – UAA, cujo tema é: *Análise do processo de formação continuada a partir da perspectiva do professor de ensino fundamental no município do penedo Alagoas incidência na inclusão escolar de pessoas com deficiência*. Esta pesquisa tem como objetivo geral: Analisar as características do processo de formação continuada na perspectiva do corpo docente e sua relevância na formação de pessoas com necessidades especiais. Os objetivos específicos que norteiam esta pesquisa são: 1- Descrever as políticas de formação continuada no Brasil e o que o MEC tem, de fato, disponibilizado para formação dos professores. 2- Obter informações sobre as ações pertinentes à formação continuada promovida pela rede municipal e estadual na cidade de Penedo. 3- Analisar as possíveis dificuldades encontradas no processo de formação continuada pelos professores que atuam junto a alunos com deficiência em escolas da rede Municipal e Estadual da cidade de Penedo-AL.

Para isso, solicito sua análise no sentido de verificar se há ajustamento entre as questões ordenadas e os objetivos referentes a cada uma delas, além da clareza na construção das mesmas. Caso veja a necessidade de melhorias, fique a vontade para sugerir mudança, utilizando para essa ação o verso da folha.

As colunas com SIM e NÃO devem ser assinaladas com (x) se houver, ou não, coerência entre perguntas, opções de respostas e objetivos. No caso da questão ter transmitido dúvida assinale a coluna (?), descrevendo se for possível, as dúvidas que a questão gerou no verso da folha. Sem mais no momento antecipadamente fico grata pela atenção e presteza em cooperar com o desenvolvimento da minha pesquisa.



**ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA APLICAÇÃO  
COM PROFESSORES DO ENSINO REGULAR**

<b>Geral: Analisar as características do processo de formação continuada na perspectiva do corpo docente e sua relevância na formação de pessoas com necessidades especiais.</b>						
Sobre a formação dos professores.	COERENCIA			CLAREZA		
Qual seu nível de escolaridade? Graduação em: Especialização em: Mestrado em: Doutorado em:	Sim	Não	?	Sim	Não	?
Há quanto tempo atua como professor da rede pública?  ( ) entre 0 e 5  ( ) entre 5 a 10  ( ) mais de 10						
Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino						
<b>2-Obter informações sobre as ações pertinentes à formação continuada promovida pela rede municipal e estadual na cidade de Penedo.</b>						
1-O que compreende sobre formação continuada?						
2-De que forma a formação continuada pode ser realizada?						
3-Você é um professor (a) que sempre busca cursos que lhe favoreçam conhecimentos para trabalhar com os alunos com deficiência?						
<b>Quanto à educação inclusiva.</b>						
4- Encontra obstáculos, em seu dia a dia, no trabalho com os alunos com deficiência no contexto inclusivo?						
5- O que vem a ser inclusão de aluno com necessidade educacional especial e ou deficiente em sala de aula?						

<b>3-Analisar as possíveis dificuldades encontradas – no processo de formação continuada pelos professores que atuam junto a alunos com deficiência em escolas da cidade de Penedo-Al.</b>						
6-Se sente preparado pedagogicamente para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais e ou alunos com deficiência? Se não, o que você acha que está faltando?						
7-Participa ou participou recentemente de alguma formação continuada voltada para a proposta da inclusão de pessoas com deficiência? Como foi ou como está sendo?						
8-Em sua concepção a inclusão do aluno com deficiência atrapalha a qualidade do processo ensino aprendizagem de sua turma? Por quê?						
9-Quanto à aprendizagem, você percebe que os alunos com deficiência sejam capazes de ter uma aprendizagem significativa, e quais são as razões que o leva a pensar dessa forma?						
10-Se sente seguro em trabalhar seus conteúdos referente as áreas de conhecimentos com essas crianças? Explique sua resposta:						
11-Com base em Lacerda (2002), as pessoas com deficiência, ao longo da história, sofreram e ainda sofrem algum tipo de preconceito. Na sala de aula existe esse sentimento por parte dos demais alunos? Caso haja, como você trabalha para minimizar em sala essa ação por parte dos demais alunos?						
12-Ao inicio do ano letivo, como você é orientado ao receber um aluno com deficiência na sua sala de aula?						
13-Nos encontros de reuniões pedagógicas existem discussões a respeito dos alunos com deficiência? Qual a relevância desse momento?						
14-Na escola em que leciona existe algum projeto (PPP, intervenção, social, etc.) relacionado à inclusão escolar de pessoas com deficiência?						

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA APLICAÇÃO  
COM COORDENADORES

<b>2-Obter informações sobre as ações pertinentes à formação continuada promovida pela Rede Municipal e Estadual na cidade de Penedo-Alagoas.</b>						
	COERENCIA			CLAREZA		
	Sim	Não	?	Sim	Não	?
1- Qual a importância da formação continuada para os professores da Rede Municipal de Penedo-Alagoas?						
2- A Secretaria de Educação oferece formação continuada para os professores das salas no ensino regular que tem alunos matriculados? Isso acontece semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente?						
3- Como está sendo abordada a questão da inclusão das pessoas com deficiência para os professores do ensino regular da escola Municipal e Estadual de Penedo-Alagoas?						
<b>1-Descrever as políticas de formação continuada no Brasil e o que o MEC tem, de fato, disponibilizado para formação dos professores.</b>						
4- A Secretaria de Educação tem atualmente projetos relacionados à formação continuada do professor na perspectiva da educação inclusiva?						
5- O que os professores podem esperar da Secretaria de Educação com relação a cursos de formação continuada na perspectiva da educação inclusiva para o processo de ensino aprendizagem?						
6- A Secretaria Municipal fornece recursos didáticos e tecnológicos que possam auxiliar o trabalho do professor em sala de aula? Antes da utilização os professores recebem alguma informação de como manusear os materiais didáticos e tecnológicos?						
7- As turmas que têm alunos com deficiência devem ser menores em sentido quantitativo de alunos? Justifique sua resposta.						

<b>3-Analisar as possíveis dificuldades encontradas – no processo de formação continuada pelos professores que atuam junto a alunos com deficiência em escolas da cidade de Penedo-AL.</b>						
8- Como é feito o requisito de material pedagógico adaptado pela equipe de professores e gestores para os alunos da escola? E neste requisito você inclui formação aos profissionais?						
9-Quais os elementos necessários para que o professor faça acontecer a inclusão de alunos com deficiência em uma escola regular? Você acha que para isso a formação continuada destes profissionais será um ponto chave para diminuir alguns obstáculos?						
10- Os professores da rede regular de ensino estão preparados para receber alunos com necessidades especiais? Justifique.						

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA APLICAÇÃO COM GESTORES

<b>Objetivo Geral:</b> Analisar as características do processo de formação continuada na perspectiva do corpo docente e sua relevância na formação de pessoas com necessidades especiais.						
Quanto a Inclusão	COERENCIA			CLAREZA		
1- Conceitue ou defina o que seja Inclusão?	Sim	Não	?	Sim	Não	?
2- E, na sua visão, o que é uma Escola Inclusiva?						
3- Você, enquanto gestor/a, quais ações tem feito para promover o processo de inclusão da pessoa com deficiência em sua escola?						
4- Houve, em algum momento, por parte destes profissionais, a não aceitação de uma criança com necessidades educacionais especiais em sala de aula? O que você acha que levou a tomada dessa decisão?						
<b>2-Obter informações sobre as ações pertinentes à formação continuada promovida pela Rede Municipal e Estadual na cidade de Penedo-Alagoas.</b>						
5- Os professores contam com momentos de formação continuada voltada para proposta da escola inclusiva? Se sim, como se dá essa formação?						
6- Enquanto gestor/a, como tem contribuído para que essas formações sejam realizadas?						
7-Quais ações de formação continuada você sugere, no sentido de tornar eficaz a inclusão do aluno com deficiência na escola regular?						

8- Há a necessidade de solicitar apoio de pessoas especializadas para o processo de inclusão?						
9- Você solicita apoio de pessoal especializado, e este chega a tempo real para auxiliar o professor no processo de inclusão do aluno com deficiência. Como é feita essa solicitação?						
10- A escola dispõe de recursos didáticos e tecnológicos necessários ao trabalho com os diferentes tipos de deficiência? Estes recursos são utilizados? Se não, por quê?						
<b>3-Analisar as possíveis dificuldades encontradas – no processo de formação continuada pelos professores que atuam junto a alunos com deficiência em escolas da cidade de Penedo-Al.</b>						
11- Há por parte dos docentes a dificuldade no trabalhar junto à pessoa com deficiência? Se sim, há alguma estratégia/ação por parte da gestão para lidar com a insegurança sentida pelo professor?						
12- Como a escola reage quando se encontra frente aos desafios oriundos do processo inclusivo?						
13- No projeto político pedagógico é abordada a questão da inclusão e da formação continuada? Se sim, como este trata sobre estas temáticas?						
14 - A gestão dessa escola tem planejado e realizado ações de formação, sobre a temática da educação inclusiva, para os funcionários da escola? Se não, por quê? Se sim, como isso é realizado?						

**Apêndice B** - Entrevista Semiestruturada para professores atuantes na Escola Municipal Estadual de Penedo-AL.

**ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA PROFESSORES QUE ATUAM NO ENSINO FUNDAMENTAL I.**

Prezado professor (a), essa entrevista dedica-se a coleta de dados de minha pesquisa de campo do mestrado em ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção-UAA, cujo tema é: *Análise do processo de Formação Continuada a partir da perspectiva do professor do ensino fundamental I no município de Penedo-Alagoas e sua incidência na inclusão de pessoas com necessidades especiais.*

Esta pesquisa tem como objetivo geral: *Analisar as características do processo de formação continuada na perspectiva do corpo docente e sua relevância na formação de pessoas com necessidades especiais.*

Os objetivos específicos que orientam essa pesquisa são: Obter informações sobre as ações pertinentes à formação continuada promovida pela rede municipal e estadual na cidade de Penedo. 1- Caracterizar a formação dos professores atuantes do ensino fundamental I da escola Estadual e Municipal da cidade de Penedo-AL; 2- Obter informações sobre as ações pertinentes à formação continuada promovida pela rede municipal e estadual na cidade de Penedo. 3- Analisar as possíveis dificuldades encontradas no processo de formação continuada – pelos professores que atuam junto a alunos com deficiência em escolas da cidade de Penedo-AL. 4- Descrever as políticas de formação continuada no Brasil e o que o MEC tem, de fato, disponibilizado para formação dos professores.

Todos os resultados aqui obtidos serão apenas para fins acadêmicos (dissertação de mestrado), sendo realçado que as respostas dos inquiridos representam apenas a sua opinião particular. Essa entrevista é anônima, não devendo por isso colocar seu nome em nenhuma das folhas. Não existem respostas certas ou erradas. Responda de forma espontânea e franca a todas as questões.

Obrigada pela sua colaboração.

Perfil do professor	
Sexo: Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	Tempo de magistério (em anos): <input type="checkbox"/> entre 0 e 5 <input type="checkbox"/> entre 5 a 10 <input type="checkbox"/> mais de 10
Há quantos anos leciona na Educação? <input type="checkbox"/> entre 0 e 5 <input type="checkbox"/> entre 5 a 10 <input type="checkbox"/> mais de 10	
Qual a sua idade? <input type="checkbox"/> entre 20 e 30 anos <input type="checkbox"/> entre 31 e 40 <input type="checkbox"/> mais de 40	
Qual seu nível de escolaridade? <input type="checkbox"/> Graduação em que? _____ <input type="checkbox"/> Especialização em que? _____ <input type="checkbox"/> Mestrado em que? _____ <input type="checkbox"/> Doutorado em que? _____	

## ENTREVISTA - PROFESSOR/A

1. O que você entende sobre formação continuada?

-----  
 -----

2. De que forma pode acontecer?

-----  
 -----

3. Você é um professor que sempre busca cursos que lhe favoreçam conhecimentos para trabalhar com os alunos com deficiência? Se sim, não ou talvez justifique sua resposta.

-----  
 -----

4. Encontra obstáculos, em seu dia a dia, no trabalho com os alunos com deficiência no contexto inclusivo?

( ) Sim

( ) Não

( ) Talvez

Quais são esses obstáculos?

-----  
 -----

5. O que vem a ser inclusão de aluno com necessidade especial em sala de aula?

-----  
 -----

6. Se sente preparado pedagogicamente para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais? Se não, o que você acha que está faltando?

-----  
 -----



7. Participa ou participou recentemente de alguma formação continuada voltada para a proposta da inclusão? ( ) Não ( ) Sim. Se sim, como foi ou como está sendo?

-----  
-----

8. De que maneira você é orientado ao receber um aluno com necessidades educacionais especiais na sua sala de aula?

-----  
-----

9. Nos encontros de reuniões pedagógicas existem discussões a respeito dos alunos com necessidades especiais? Qual a relevância para você desse momento?

-----  
-----

10. Na escola quem que leciona existe algum projeto relacionado a inclusão escolar?

-----  
-----

**Apêndice C** -Entrevista sem iestruturada para gestores atuantes na Escola M unicipal e Estadual de Penedo -Al.

UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN

FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA  
COMUNICACIÓN MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

**ENTREVISTA SEM IESTRUTURADA PARA OS GESTORES.**

Esta entrevista se destina a coleta de dados de minha pesquisa de campo do mestrado em ciências da Educação pela Universidade Autónoma de Assunção -UAA, cujo tema é: *Análise do processo de Formação Continuada a partir da perspectiva do professor do ensino fundamental no município de Penedo -Alagoas e sua incidência na inclusão de pessoas com necessidades especiais.*

A presente pesquisa tem por objetivo geral: *Analisar as características do processo de formação continuada na perspectiva do corpo docente e sua relevância na formação de pessoas com necessidades especiais.*

Os objetivos específicos que orientam essa pesquisa são: 1.Obter informações sobre as ações pertinentes à formação continuada promovida pela rede municipal e estadual na cidade de Penedo. 2. Analisar as possíveis dificuldades encontradas no processo de formação continuada – pelos professores que atuam junto a alunos com deficiência em escolas da cidade de Penedo-Al. 3.Descrever as políticas de formação continuada no Brasil e o que o MEC tem, de fato, disponibilizado para formação dos professores.

Todos os resultados aqui obtidos serão apenas para fins acadêmicos (dissertação de mestrado), sendo destacado que as respostas dos investigados representam apenas a sua opinião individual. Essa entrevista é inominada, não devendo por isso colocar seu nome em nenhuma das folhas. Não existem respostas certas ou erradas. Responda de forma espontânea e franca a todas as questões.

Obrigada pela sua colaboração.

Perfil do Gestor Escolar	
Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	Tempo de serviço como gestor escolar (em anos): <input type="checkbox"/> entre 0 e 5 <input type="checkbox"/> entre 5 a 10 <input type="checkbox"/> mais de 10
Há quantos anos trabalha na Educação? <input type="checkbox"/> entre 0 e 5 <input type="checkbox"/> entre 5 a 10 <input type="checkbox"/> mais de 10	
Qual a sua idade? <input type="checkbox"/> entre 20 e 30 anos <input type="checkbox"/> entre 31 e 40 <input type="checkbox"/> mais de 40	

Qual seu nível de escolaridade?

Graduação em :\_\_\_\_\_

Especialização em :\_\_\_\_\_

Mestrado em \_\_\_\_\_

Doutorado em \_\_\_\_\_

Em que unidade escolar você atua?

Escola de Educação Básica Santa Luzia

Escola Estadual Professor João Valeriano

### Entrevista - Gestor Escolar

2- Conceitue ou defina o que é Inclusão?

-----  
 -----  
 -----  
 -----

2- E, na sua concepção, o que é uma Escola Inclusiva?

-----  
 -----  
 -----  
 -----

3- Você, enquanto gestor/a, quais ações tem feito para promover o processo de inclusão da pessoa com deficiência em sua escola?

-----  
 -----  
 -----

4- Os professores contam com momentos de formação continuada voltada para proposta da escola inclusiva? Se sim, como se dá essa formação? E você, enquanto gestor/a, como tem contribuído para que essas formações sejam realizadas?

-----  
 -----

5- Houve, em algum momento, por parte destes profissionais, a não aceitação de uma criança com necessidades educacionais especiais em sala de aula? O que você acha que levou a tomada dessa decisão?

-----  
 -----  
 -----

6- Há, por parte dos docentes da escola, uma insegurança no trabalho junto à pessoa com deficiência? Se sim, há alguma estratégia/ação por parte da gestão para lidar com a insegurança sentida pelo professor?

-----  
-----  
-----

7- Há a necessidade de solicitar apoio de pessoas especializadas para o processo de inclusão?

-----  
-----  
-----

8- Você solicita apoio de pessoal especializado, e este chega em tempo real para auxiliar o professor no processo de inclusão do aluno com deficiência? Como é feita essa solicitação?

-----  
-----  
-----

9- A escola dispõe de recursos didáticos e tecnológicos necessários ao trabalho com os diferentes tipos de deficiência? Estes recursos são utilizados? Se não, por quê?

-----  
-----  
-----

10- A gestão dessa escola tem planejado e realizado ações de formação, sobre a temática da educação inclusiva, para os funcionários da escola? Se não, por quê? Se sim, com o que é realizado?

-----  
-----  
-----

11- Como a escola reage quando se encontra frente aos desafios oriundos do processo inclusivo?

-----  
-----  
-----

12- No projeto político pedagógico é abordada a questão da inclusão e da formação continuada? Se sim, com o que trata sobre estas temáticas?

-----  
-----  
-----

13 - Quais ações de formação continuada você sugere, no sentido de tornar eficaz a inclusão do aluno com deficiência na escola regular?

-----  
-----  
-----

**Apêndice D** - Entrevista semiestruturada para coordenadores atuantes na Escola Municipal e Estadual de Penedo - Al.

UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE  
ASUNCIÓN

FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN  
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

**ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS COORDENADORES**

Prezado coordenador (a), essa entrevista dedica-se a coleta de dados de minha pesquisa de campo do mestrado em ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção - UAA, cujo tema é: *Análise do processo de Formação Continuada a partir da perspectiva do professor do ensino fundamental no município de Penedo - Alagoas e sua incidência na inclusão de pessoas com necessidades especiais.*

Esta pesquisa tem como objetivo geral: *Analisar as características do processo de formação continuada na perspectiva do corpo docente e sua relevância na formação de pessoas com necessidades especiais.*

Os objetivos específicos que orientam essa pesquisa são: 1. Obter informações sobre as ações pertinentes à formação continuada promovida pela rede municipal e estadual na cidade de Penedo. 2. Analisar as possíveis dificuldades encontradas no processo de formação continuada – pelos professores que atuam junto a alunos com deficiência em escolas da cidade de Penedo - Al. 3. Descrever as políticas de formação continuada no Brasil e o que o MEC tem, de fato, disponibilizado para formação dos professores.

Todos os resultados aqui obtidos serão apenas para fins acadêmicos (dissertação de mestrado), sendo realçado que as respostas dos inquiridos representam apenas a sua opinião particular. Essa entrevista é anônima, não devendo por isso colocar seu nome em nenhuma das folhas. Não existem respostas certas ou erradas. Responda de forma espontânea e franca a todas as questões.

Obrigada pela sua colaboração.

Perfil do Coordenador (a)	
Sexo: Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	Há quanto tempo atua na coordenação da educação especial? (em anos): <input type="checkbox"/> entre 0 e 5 <input type="checkbox"/> entre 5 a 10 <input type="checkbox"/> mais de 10
Qual a sua idade? <input type="checkbox"/> entre 20 e 30 anos <input type="checkbox"/> entre 31 e 40 <input type="checkbox"/> mais de 40	
Qual seu nível de escolaridade? <input type="checkbox"/> Graduação em que? _____ <input type="checkbox"/> Especialização em que? _____ <input type="checkbox"/> Mestrado em que? _____	

#### Entrevista com coordenador (a)

1- Qual a importância da formação continuada para os professores da rede municipal de Penedo?

-----  
 -----

2- A secretaria de educação oferece formação continuada para os professores das salas Regulares que tem alunos matriculados? Isso acontece semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente?

-----  
 -----

3- Como está sendo abordada a questão da inclusão das pessoas com deficiência para os professores do ensino regular da escola municipal de Penedo?

-----  
 -----

4- A secretaria de educação tem atualmente projetos relacionados à formação continuada do professor na perspectiva da educação inclusão?

-----  
 -----

5- O que os professores podem esperar da secretaria de educação com relação a cursos de formação continuada na perspectiva da educação inclusiva para o processo de ensino aprendizagem?

-----  
 -----

6- A secretaria municipal fornece recursos didáticos e tecnológicos que possam auxiliar o trabalho do professor em sala de aula ? Antes da utilização os professores recebem alguma informação de como manusear?

-----  
-----

7- As turmas que têm alunos com deficiência devem ser menores? Justifique sua resposta.

-----  
-----

8- Como é feito o requisito de material pedagógico adaptado para a escola? E neste requisito você inclui formação aos profissionais?

-----  
-----

9 - Em seu ponto de vista, quais os elementos necessários para que o professor faça acontecer a inclusão de alunos com deficiência em uma escola regular? Você acha que para isso a formação continuada destes profissionais será um ponto chave para diminuir alguns obstáculos?

-----  
-----

10- Será que os professores da rede regular de ensino estão preparados para receber alunos com necessidades especiais? Justifique.

-----  
-----

**Apêndice E - Carta para a direção das Escolas Municipale Estadual de Penedo - Al**

Á direção da Escola

---

S.R.(a) Diretor(a)

-----

Prezado (a) senhor(a)

**Lucicleide Cavalcante Ferreira**, aluna do Programa de Mestrado em Ciências da Educação da Universidade Autônoma de Assunção -(UAA), no Paraguai, está desenvolvendo a pesquisa com o tema, *Análise do processo de formação continuada a partir da perspectiva do professor de ensino fundamental no município de Penedo (alagoas) e sua incidência na inclusão de pessoas com necessidades especiais.* E tem como objetivo geral: *Analisar as características do processo de formação continuada na perspectiva do corpo docente e sua relevância na formação de pessoas com necessidades especiais e ou deficientes.* Já os específicos têm por intenção: 1. Caracterizar a formação dos professores atuantes do ensino fundamental I da escola Estadual e Municipal da cidade de Penedo-Al; 2. Obter informações sobre as ações pertinentes à formação continuada promovida pela rede municipal e estadual na cidade de Penedo; 3. Analisar as possíveis dificuldades encontradas – no processo de formação continuada – pelos professores que atuam junto a alunos com deficiência em escolas da cidade de Penedo-Al; 4. Descrever as políticas de formação continuada no Brasil e o que o MEC tem, de fato, disponibilizado para formação dos professores. Nesta perspectiva, a pesquisadora solicitada a autorização de Vossa Senhoria para Coleta, neste estabelecimento de ensino, através da aplicação de uma entrevista, para obtenção das informações necessárias a fim de que os objetivos sejam alcançados de maneira satisfatória.

Confirma, ainda, que no desenvolvimento de sua dissertação, os nomes dos profissionais ou integrantes voluntários desta pesquisa serão mantidos em segredo, a fim de preservar-lhes a identidade.

Nestes termos, pede e aguarda deferimento;

Penedo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

-----

Lucicleide Cavalcante Ferreira  
(Pesquisadora).

-----

Direção da Escola



**Apêndice F** -Termo de consentimento livre e esclarecido para os professores e gestores da Escola Municipal Estadual de Penedo-AL.

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

- 1- Você esta sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada como: Análise do processo de formação continuada a partir da perspectiva do professor de ensino fundamental no município de Penedo Alagoas e sua incidência na inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais. Estas informações estão sendo fornecidas para sua participação Voluntaria neste estudo, que tem como objetivo.
- 2- A sua participação na pesquisa se dará por meio de uma entrevista com duração aproximada de 20 minutos, ou tempo que achar necessário.
- 3- Não haverá riscos físicos previsíveis, no entanto poderá ocorrer algum desconforto relacionado com o procedimento da pesquisa (preenchimento da resposta da entrevista).
- 4- Garantia de acesso: em qualquer etapa do estudo você poderá ter acesso à pesquisadora responsável pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. Pesquisadora Lucicleide Cavalcante Ferreira. Contato (82) 9-8876-3858, ou e-mail lucicleide.cavalcante1@hotmail.com .
- 5- É seu direito de participante continuar ou não na presente pesquisa, caso opte por abandonar a participação no estudo, basta que entre em contato com a pesquisadora e manifeste sua intenção sem que precise oferecer qualquer justificativa para tal;
- 6- Direito de confidencialidade: as informações obtidas serão analisadas em conjunto com os dos demais voluntários, não sendo divulgada a identificação de nenhum participante.

Consentimento Livre e Esclarecido

Acredito ter sido suficientemente informado (a) a respeito das informações que li da aplicação do instrumento que subsidiará a pesquisa referente análise do processo de Formação Continuada a partir da perspectiva do professor de ensino fundamental no município do penedo-Alagoas e sua incidência na inclusão de pessoas com necessidades especiais.

**Consentimento Livre e Esclarecido**

A pesquisadora apresentou de forma clara os benefícios proporcionados por esse estudo e que será preservado meu anonimato, além disso, estou consciente que estarei isenta de qualquer risco de confidencialidade. Dessa forma concordo em participar do presente estudo e poderei retirar meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante, sem nenhuma penalidade ou prejuízo. Estou cinte que também receberei uma copia deste documento.

-----

Assinatura do participante da pesquisa

-----

Assinatura da Pesquisadora